



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COOPERVIDA NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO NORTE

ANNA CATARINA COSTA DE PAIVA

POMBAL - PB
2016

ANNA CATARINA COSTA DE PAIVA

**IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COOPERVIDA NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre da Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar UFCG/CCTA.

Orientador: Prof. Dr.Sc. Patrício Borges Maracajá

Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a.Sc. Rosilene Agra da Silva

POMBAL - PB
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P149i Paiva, Anna Catarina Costa de.
Importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte / Anna Catarina Costa de Paiva. – Pombal, 2016.

152f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2016.

"Orientação: Prof. D.Sc. Patrício Borges Maracajá, Profa. D.Sc. Rosilene Agra da Silva".

Referências.

1. Agricultura Familiar. 2. Movimentos Sociais. 3. COOPERVIDA (Cooperativa - Rio Grande do Norte). 4. Trabalhadores Camponeses. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Silva, Rosilene Agra da. III. Universidade Federal de Campina Grande, Pombal (PB). IV. Título.

CDU 631-027.553 (043)

ANNA CATARINA COSTA DE PAIVA

**IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COOPERVIDA
NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO NORTE**

COMISSÃO EXAMINADORA

Aprovada em: 20/08/2016



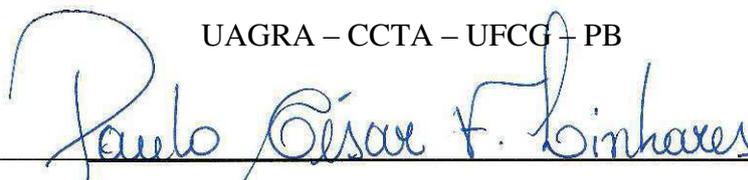
Orientador: Prof.º DSc Patrício Borges Maracajá

UAGRA – CCTA – UFCG – PB



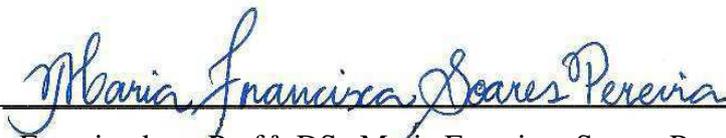
Co-Orientadora: Prof.ª DSc Rosilene Agra da Silva

UAGRA – CCTA – UFCG – PB



Examinador: Prof.º DSc Paulo César Ferreira Linhares

UFERSA – RN



Examinadora: Prof.ª DSc Maria Francisca Soares Pereira

UFERSA – RN



Examinador: Prof.º DSc Antônio Francisco de Mendonça Júnior

CCTA – UFCG – PB

À minha Mãe Altair Alves (*in memoriam*), à
minha filha Amanda Beatriz, ao meu marido
Elias Carlos e ao meu irmão Reginaldo Neto, pela
fonte de inspiração e de amor fraterno.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter me dado a vida e feito dela o instrumento de multiplicação.

À minha Mãe Altair Alves da Costa (*in memoriam*), por toda a educação, dedicação e sacrifício para tornar seus filhos cidadãos de coragem para enfrentar a vida e sua ausência com sabedoria.

À minha família Amanda Beatriz (filha), Elias Carlos (esposo) e Reginaldo Neto (irmão), por estarem sempre ao meu lado em todas as situações, sendo de felicidade ou não, trazendo-me uma força interna para continuar minha trajetória.

Aos meus familiares Tia Claudenice Alves, Tia Claudia Alves, Tio Francisco Tavares, Diogo Carlos, Talita Dutra, Reinaldo Neto, Tio Djalma Alves, Tia Ozelita, Sogra Iracema Evangelista e Sogro Manoel Carlos por todo o apoio e incentivo para vencer mais essa caminhada.

Ao meu Mestre Orientador Professor Patrício Maracajá, por acreditar em minha capacidade. Além de passar confiança, ensinamentos e bom senso nos conselhos de cunho profissional e pessoal.

A minha Professora Co-orientadora Rosilene Agra, por todos os sorrisos belíssimos, carinhos e conhecimento para me fortalecer dentro da pós-graduação.

Ao meu Mestre Orientador Professor Paulo Linhares, por sempre me confortar em meus medos, passando toda a tranquilidade e palavras de apoio aos meus planos.

A minha Professora Orientadora Maria Francisca Soares, por todas as emoções vividas, pela forma humanizada de conduzir seus projetos de vida.

Ao meu Professor Orientador Antônio Francisco, por estar presente em minha banca, transportando conhecimentos e sabedoria neste momento de meu engrandecimento profissional.

A minha Professora Aline Ferreira, por sua felicidade contagiante, mostrando o poder de não desanimar diante das intempéries.

Aos meus professores da pós-graduação Roberlúcia Araújo, Andréa Brandão, Moisés Ferreira, Antônio Victor e André Leandro, pois sem eles não teria conseguido chegar aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar - CCTA da UFCG, Campus Pombal/PB.

Ao Grupo de Pesquisa Jitirana pela belíssima trajetória ao qual desenvolve no mundo acadêmico, pesquisa e extensão.

Aos meus colegas de pós-graduação, por dividir momentos juntos de alegria e que serão levados por toda a vida.

As minhas amigas de moradia Ana Paula, Brenna Veríssimo e Alany Moisa por toda a companhia durante o tempo que residimos juntas em Pombal. Foi muito bom estar ao lado de todas vocês.

A minha amiga Lauvia Moesia que participou ativamente da construção dessa dissertação, dando apoio e opiniões relevantes para a conclusão. Você é mesmo que uma irmã.

Aos meus primos de coração Mickaell Medeiros, Fabrícia Lucas, Tiago Oliveira por toda a cumplicidade da amizade.

A Universidade Federal de Campinha Grande – UFCG – Campus Pombal/PB, pelo desenvolvimento educacional e de formação. Proporcionando a capacitação profissional para os estudantes.

A COOPERVIDA pela oportunidade de meu crescimento profissional e pessoal. Pela abertura de podermos, juntos, desenvolver um trabalho coletivo e expressivo dentro da agricultura familiar, oportunizando a disseminação do saber popular. Em especial aos meus amigos/as Neurivan Vicente, José Edson, Francineide Torres, Raniere Barbosa, Akelina Márcia, Djalma Jorge, Jeane Bandeira, Mariama Carmem, Vylmara Barbosa e Marta Vick, por todas as risadas de felicidades e de alívio, por todo o amor envolvido no que tange à conjuntura da cooperativa. Além de todo o aporte físico para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Às estagiárias da COOPERVIDA, Antônia Rocha e Janine Torres, pela ajuda na extração dos dados no acervo da cooperativa.

A todos e todas que contribuíram de alguma forma para que esse projeto tenha se tornando realidade.

Muito obrigada!

DADOS BIOGRÁFICOS DA AUTORA

ANNA CATARINA COSTA DE PAIVA, filha de Reginaldo Paiva Filho e Altair Alves da Costa (*in memoriam*), nasceu em Mossoró – RN, em 28 de junho de 1984. Iniciou os estudos na cidade de Mossoró – RN, concluindo o nível fundamental (1º grau) no Colégio Sagrado Coração de Maria, no ano de 1999, na cidade de Mossoró – RN. Concluiu o Ensino Médio (2º Grau) no Colégio Geo Mossoró, no ano de 2002, na cidade de Mossoró – RN. Graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, no ano de 2013, na cidade de Mossoró – RN. Em março de 2015, iniciou o curso de Mestrado em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (PAULO FREIRE).

PAIVA, Anna Catarina Costa de. **Importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Pombal – PB, 2016.

Resumo_

A realidade dos movimentos sociais é bastante dinâmica, diversa e complexa. Como exemplo disso, foi o que o Brasil viveu em meados dos anos 1970 e 1980, o qual se tratou de um período em que os sujeitos sociais buscavam seus direitos políticos e igualitários, em virtude da resistência ao regime autoritário da época. Com o passar dos anos, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular institucionalizada que tinham como propósito acessar uma democracia humanizada. Com base nessa conjuntura histórica e na luta oscilante do cooperativismo brasileiro, existe atualmente uma legislação específica. A Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - surgiu de um processo de debate forte e coletivo de uma nova proposta de assessoria técnica voltada para a base agroecológica e camponesa. Pensou-se no nome e na logomarca, para os quais tivessem uma maior representação da proposta a ser trabalhada na agricultura familiar, como sendo Cooper = Cooperativa, Vida = novo, em que a junção desses dois termos surgiu a COOPERVIDA. Já para a logomarca, partiu-se da ideia de terra que brota, mãos que ajuda a semear, transplante. Portanto, em 21 de novembro de 1999 nasceu a organização da referida pesquisa. Este trabalho tem como objetivo realizar o estudo sobre a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte. A metodologia utilizada foi o estudo de caso através de duas fases, uma exploratória e outra de análises de dados. Na primeira, houve o resgate no acervo documental, atas, contratos de projetos, registros fotográficos e, para corroborar com essas informações, foram feitas entrevistas com auxílio de questionário norteador. O grupo de perguntas dependia da função exercida de cada sócio ou membro. A segunda fase trouxe os resultados dos projetos executados e foram avaliados os quantitativos numéricos dos mesmos. As ações desenvolvidas pela cooperativa têm importância no fortalecimento da agricultura familiar, na economia solidária e nos processos de empoderamento das famílias, o que vem a contribuir com a geração de oportunidades de trabalho e renda no campo e consequentemente a redução do êxodo rural. Através da análise dos dados, conclui-se que a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA atendeu a 36.255 agricultores/as, 25 municípios do Rio Grande do Norte, em sete projetos com ações pautadas no campo da agroecologia, agricultura familiar, geração e gênero. Logo pode ser considerada como de suma importância para o setor. Na questão dos desafios, foi constatado que a escassez em capacitação técnico-profissional e a situação financeira são as dificuldades que requerem maiores cuidados, visto que foi citado por 14 entrevistados. Já a via de acesso às comunidades não é um fator alarmante, que foi citado apenas por um dos entrevistados.

Palavras-chave: Trabalhadores camponeses. Cooperativa. Movimento social.

PAIVA, Anna Catarina Costa de. **Socio-economic and cultural importance of COOPERVIDA in family farming in Rio Grande do Norte**. 2016. 152. Dissertation (Masters in agroindustrial systems) - Federal University of Campina Grande (UFCG), Pombal – PB, 2016.

Abstract_

The reality of social movements is quite dynamic, diverse and complex, for instance what Brazil experienced in the mid-1970s and 1980s, that was a period in which the social subjects fought for their political and equal rights, due to the resistance to the authoritarian regime of the time. Over the years, there was the arising of other forms of institutionalized popular organization that were meant to access a humanized democracy. Based on this historical conjuncture and oscillating struggle of Brazilian cooperatives, there is now an specific legislation. The Cooperative Assistance and Multiple Services to Rural Development - Coopervida came from a strong and collective process of debate of a new proposal for technical assistance focused on agroecology and rural based. The name and the logo were thought up to have a better representation of the proposal being worked on the farms of the families, as Cooper=Cooperative = Life = new, where the combination of these two terms became Coopervida. As for the logo, it started from the idea of the land that springs, hands that help to sow, transplanting. So on November 21st, 1999 the organization of the research was born. This paper aims to conduct a study on the socio-economic and cultural importance of COOPERVIDA in family farming in Rio Grande do Norte. The methodology used was the case study through two phases, exploratory and data analysis. At first, there was the rescue of the document collection, minutes, project contracts, and photographic records to corroborate this information, interviews were made with questionnaire aid. The group of questions depended, according to the functions performed by each partner or member. The second phase brought the results of the projects implemented, and evaluated its numerical quantity. The actions developed by the cooperative are important for the strengthening of family agriculture, economic solidarity and empowerment processes of families, which is to contribute to the generation of employment and income opportunities in the countryside and consequently the reduction of the rural exodus. By analyzing the data it was concluded that the Cooperative Advisory and Multiple Services to Rural Development - COOPERVIDA attended 36.255 farmers, in 25 municipalities of Rio Grande do Norte, in seven projects with actions based on the field of agroecology, family farming, generation and gender. The logo can be considered very important for the sector. Regarding the challenges, it was seen that the shortage in professional technical training and financial condition are the difficulties that encumber greater care, since it was cited by 14 interviewees. On the other hand, the route of access to communities is not an alarming factor, since it was cited by only one of the interviewees..

Keywords: Rural workes. Cooperative. Social movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página de assinatura da Ata de Fundação da COOPERVIDA.	41
Figura 2 - Logomarca da COOPERVIDA.....	42
Figura 3 - Fotos ilustrativas das implementações P1+2.	60
Figura 4 - Logomarcas das articulações ao qual a COOPERVIDA participa.	64
Figura 5 - COOPERVIDA: 15 mil Vidas Multiplicadas.....	65
Figura 6 - Eventos para o plantio de sementes e logomarca do Projeto 15 mil vidas multiplicadas.....	66
Figura 7 – Segunda oficina com consultoria externa.	73
Figura 8 - Explicações e questionamento sobre o fortalecimento da COOPERVIDA.	74
Figura 9 - Confraternização de finalização das oficinas com consultoria externa.	75
Figura 10 - Resgate de informações no acervo da COOPERVIDA.....	86
Figura 11 - Cronograma extraído do Termo de contratação do PCPR II Fase 2.....	94
Figura 12 - Atividades de capacitação sobre a convivência com o Semiárido de forma sustentável.	97
Figura 13 - Trabalho de gênero e geração no Sítio do Góis - Apodi/RN.....	98
Figura 14 - Assistência técnica com Zootecnista capacitada para o manejo caprino de aptidão mista no Projeto de Assentamento Tabuleiro Grande - Apodi/RN.	99
Figura 15 - Unidade de beneficiamento de mel e Caixas produtivas para mel em vegetação nativa.	101
Figura 16 – Processos de capacitações em que envolve às famílias beneficiárias ao P1MC, GRH e aula prática para novos cisterneiros.....	108
Figura 17 - Registros fotográficos de algumas famílias após o recebimento da Cisterna de placas de 16 mil litros de água do P1MC.	109
Figura 18 – Agricultoras em apresentação teatral e Feira Saberes e Sabores na festa de lançamento P1+2 em Serra Vermelha - Areia Branca/RN.....	117
Figura 19 - SSMA na Comunidade Rural Senegal - Mossoró/RN.....	118
Figura 20 - Etapas da construção de uma cisterna calçadão com o Cisterneiro Capacitador Valdo.	119
Figura 21 - Capacitação em avicultura caipira (teoria e prática) com a Zootécnica Akidália.	124
Figura 22 - Unidades demonstrativas no Sítio do Góis – Apodi/RN.	125

Figura 23 - Divisão territorial do Estado do RN.	128
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos subprojetos no universo do PCPR II/RN.	44
Gráfico 2 - População residente em zona rural segundo Censo demográfico 2010.	61
Gráfico 3 - Gráfico radar do Swot.	70
Gráfico 4 - Quantificação nos municípios e anos de acesso ao programa PRONAF.	104
Gráfico 5 - Atuação da COOPERVIDA pelo PRONAF nos P. A. no Rio Grande do Norte.	105
Gráfico 6 - Cisternas concluídas pela entidade durante 13 anos de atuação.	111
Gráfico 7 - Quantidade de famílias beneficiadas com a ATES pela COOPERVIDA.	116
Gráfico 8 - Implementações divididas de acordo com os municípios beneficiados, 2013.	121
Gráfico 9 - Implementações divididas de acordo com os municípios beneficiados, 2014.	122
Gráfico 10 - Atuação do período de 1999 a 2015 da COOPERVIDA.	129
Gráfico 11- Porcentagem da Composição familiar rural - IBGE 2010.	131
Gráfico 12 - Número de repetições em que os desafios foram citados nas entrevistas.	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese avaliativa - Método SWOT.....	69
Quadro 2 - Inserção de novos sócios à COOPERVIDA.	89
Quadro 3 - Importância da COOPERVIDA para agricultura familiar.	90
Quadro 4 - Sentimento perpetuado ao ver a concretização do projeto que foi trabalhado..	90
Quadro 5 - Módulos e temáticas abordadas nas oficinas o PCPR Fase 2 - COOPERVIDA	94
Quadro 6 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – FASE II– PCPR II.....	95
Quadro 7 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC.....	101
Quadro 8 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	103
Quadro 9 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC	109
Quadro 10 - Quadro das ações e metas dos serviços ATES com a COOPERVIDA.	112
Quadro 11 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES.....	115
Quadro 12 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa Uma Terra e Duas águas - P1+2.....	120
Quadro 13 - Metas, atividades e resumo que tinha no projeto MDA mulheres	124
Quadro 14 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do MDA Mulheres	126
Quadro 15 - Súmula quantificava dos projetos executados pela COOPERVIDA em 15 anos	130
Quadro 16 - Principais desafios e dificuldades dentro de uma organização do terceiro setor	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC	Associação de Apoio às Comunidades do Campo
ANA	Agência Nacional de Águas
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
Ceacru	Centro De Assessoria às Comunidades Rurais e Urbanas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOA	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GAPA	Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
GRH	Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MI	Ministério da integração
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PAPP	Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PCPR	Programa de combate à Pobreza Rural
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara

PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PMAS	Sistema de planejamento, monitoramento, avaliação, sistematização
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
P.A.	Projeto de Assentamento
POA	Planejamento Operacional
Pronacampo	Programa Nacional de Educação no Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
S.D.	Sem data
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo da Água
TP	Termo de parceria

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	21
APORTE DE DADOS, CONCEITOS E TEORIAS	21
1 INTRODUÇÃO GERAL	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS	24
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E A EXTENSÃO RURAL	27
2.3 COOPERATIVISMO BRASILEIRO	29
REFERÊNCIAS	33
CAPÍTULO II.....	36
COOPERATIVA DE ASSESSORIA E SERVIÇOS MÚLTIPLOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL	36
1 INTRODUÇÃO	37
2 COOPERATIVA DE ASSESSORIA E SERVIÇOS MÚLTIPLOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL – COOPERVIDA	39
2.1 ORIGEM/HISTÓRICO.....	39
2.2 INSPIRAÇÃO DO NOME E CONCEPÇÃO DA LOGOMARCA	41
2.3 PROJETOS - <i>CURRICULUM</i>	42
2.3.1 Projeto de Combate à Pobreza Rural – FASE II– PCPR II.....	42
2.3.2 Projeto Dom Helder Câmara - PDHC.....	45
2.3.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	47
2.3.4 Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC.....	51
2.3.5 Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES.....	54
2.3.6 Programa Uma Terra e Duas águas - P1+2	56
2.3.7 MDA mulheres.....	60
2.3.8 Articulações: conexões naturais entre instituições para fortalecimento popular.....	62
2.4 ANIVERSÁRIO 15 ANOS	64
2.5 PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL COM APOIO DE CONSULTORIA EXTERNA	66
2.5.1 Primeira oficina: Avaliação Institucional.....	67

2.5.2 Segunda oficina: Planejamento Estratégico Institucional e construção do novo Marco Estratégico.....	71
2.5.3 Terceira oficina: Construção do Plano Operacional Anual de 2015-2016.....	73
2.5.4 Quarta oficina: Sistematização de experiências	74
REFERÊNCIAS	76
CAPÍTULO III	80
POSSIBILIDADES TÉCNICAS E METODOLOGIA UTILIZADA, DESAFIOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	80
1 INTRODUÇÃO	81
2 POSSIBILIDADES TÉCNICAS E METODOLOGIA UTILIZADA	83
2.1 FASE EXPLORATÓRIA.....	85
2.2 ANÁLISE DOS DADOS	89
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
3.1 PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL – FASE II– PCPR II.....	92
3.2 PROJETO DOM HELDER CÂMARA – PDHC.....	96
3.3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF.....	102
3.4 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS - P1MC.....	106
3.5 PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA – ATES.....	112
3.6 PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS - P1+2	116
3.7 PROGRAMA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES RURAIS - MDA MULHERES.....	123
3.8 RECAPITULAÇÃO EXTRATIVA DO DESEMPENHO DA COOPERVIDA DURANTE O PERÍODO DE 2009 A 2015.....	127
4 DESAFIOS: O TERCEIRO SETOR EM ENVOLVIMENTO COM ALGO DIFÍCIL.....	131
5 CONCLUSÕES.....	140
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICES	147
APÊNDICE A – FICHA BASE PARA EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS PROJETOS.....	148

APÊNDICE B – PERGUNTAS NORTEADORAS	149
Perguntas norteadoras – sócio/a fundador/a	149
Perguntas norteadoras – coordenador/a administrativo/a e financeiro/a.....	150
Perguntas norteadoras – demais sócios/as	151
Perguntas norteadoras – comunicador/a popular	152

CAPÍTULO I

APORTE DE DADOS, CONCEITOS E TEORIAS

Resumo_

O Brasil viveu um dinamismo complexo nos movimentos sociais em meados dos anos 1970 e 1980, o qual se tratou de um período em que os sujeitos sociais buscavam seus direitos políticos e igualitários, em virtude da resistência ao regime autoritário da época. Com o passar dos anos, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, tais como fóruns e centrais (Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, Central dos Movimentos Populares) e, todas apresentavam o mesmo propósito de ter acesso a uma democracia mais humanizada. A expressividade dessas lutas urbanas alcançaram o meio rural, dentre os vários grupos organizados destacou-se o Movimento dos Trabalhadores sem Terra. O termo agricultura familiar existe múltiplas definições em evolução de acordo com o processo interpretativo e o momento histórico. Por ocasião nas décadas de 1970 e 1980, a agricultura brasileira passou por uma reforma agrária baseada na mecanização, utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos e, o tratamento dado para os agricultores/as era similar àquela ocorrida nos países capitalistas avançados. Perpetuando uma transformação para os chamados complexos industriais, ao qual a modernização era uma meta intensa. Com isso, os pequenos agricultores ficaram marginalizados, no entanto na década de 1990 passou-se mudança dessa realidade através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf - e por formulação de políticas públicas articuladas. Pois até o momento, a pequena produção era vista como de subsistência e o excedente era comercializado nos mercados locais. Atualmente, a agricultura camponesa consiste na produção agrícola e pecuária realizada por pequenos produtores, empregando mão de obra familiar de máxima expressão em termos de produção de alimentos, redução do êxodo rural, setor que mais emprega trabalhadores no Brasil. O movimento cooperativista teve seu ponto de partida com Missões Jesuítas a partir do século XVII. No entanto, o primeiro registro de uma cooperativa brasileira é de 1889, uma cooperativa de consumo em Minas Gerais. Ainda no mesmo estado, surgem as primeiras cooperativas agropecuárias. Com base nessa conjuntura histórica e na luta oscilante do cooperativismo brasileiro, existe atualmente uma legislação específica que destaca a cotas-partes, adesão voluntária, gestão e o que as diferem de uma empresa. O objetivo de estudar a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte

Palavras chaves: Cooperativismo. Participação popular. Trabalhadores/as rurais.

1 INTRODUÇÃO GERAL

O final das décadas 1970 e 1980, no Brasil, foi visto como a temporada mais importante e significativa para a história dos movimentos sociais, lutas pelos direitos e por novos projetos no país, trazendo assim um clima de esperança na rearticulação da sociedade civil e do povo como sujeito na transição democrática, tanto político quanto social. Gohn (2011) afirma que, na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais. Todos atuaram em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante, nesta mesma década, no plano organizativo; estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia, assim como buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares (GOHN, 2011).

A expressividade dessas lutas urbanas alcançou o meio rural, um setor ainda marginalizado e com falta de direitos básicos do cotidiano, porém não deixando de relacionar o seu papel dentro da sociedade atual. Logo, segundo Damasceno, Khan e Lima (2011) a agricultura familiar exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado do país. Os milhões de pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão e de vital importância para o Brasil. Todos os anos a agricultura familiar movimenta bilhões de reais no País, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras. Além disso, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural. De modo a promover o acesso democrático aos recursos produtivos, reduzir as

desigualdades e melhorar o bem-estar das famílias inseridas no setor rural, o governo tem implementado diversos mecanismos de fomento à produção, combate à fome e geração de emprego e renda (DAMASCENO; KHAN; LIMA; 2011).

Dentre os principais mecanismos para o campo, a utilização jurídica e política de uma cooperativa é primordial, o que comprovam Pinheiro e Ribeiro Júnior (2015), ao dizerem que foram criadas cooperativas de trabalhadores, em que inexistia a figura do empregador e os seus próprios membros eram os responsáveis pela gestão da produção, que é o denominado modelo de autogestão. Destaca-se que a principal característica desses primeiros movimentos de cooperativismo e, que perdura nos modelos atuais, é a valorização do indivíduo no processo de produção, o que se torna possível por meio da reversão de lucros para os seus próprios membros.

Diante do exposto, objetivou-se estudar a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

No Brasil, os movimentos sociais originam-se da resistência ao regime autoritário dos anos 1970, e sua construção coletiva se fez na forma de teia ou rede, articulando-se com outras organizações, tais como sindicatos e partidos políticos. Englobando o conceito de cidadania, a característica que se tornou mais forte foi a construção da ‘cultura de direitos’: a partir de lutas específicas e de práticas concretas, novos direitos criados ou inventados incorporam-se à agenda política (AMARANTE; DIAZ, 2012).

Segundo Doimo (1995), os movimentos sociais no Brasil, pós 1970, se pautaram, principalmente, sobre as carências de sobrevivência imediata da população; porém a reflexão teórica produziu diversas interpretações que buscaram identificar qual seria a natureza desses novos movimentos, quais suas chances de sobrevivência e continuidade, e como avaliá-los. Neste contexto, surgiram três matrizes interpretativas que destacamos sob o enfoque da capacidade ativa e autônoma da sociedade:

- A inflexão estrutural-autonomista, que buscava a origem das ações em dois postulados básicos: (1) as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito principal da sociedade capitalista, na medida em que são determinadas pelo caráter classista do Estado, visto que este financia a reprodução do capital em detrimento da garantia de reprodução da força de trabalho; (2) a sociedade civil tem uma capacidade ativa no sentido de organizar-se autonomamente contra a tradição política autoritária, especialmente o regime autoritário. Impulsionados por essas premissas, surgem os novos movimentos sociais para, como novos sujeitos coletivos, autônomos e independentes, protagonizarem a possibilidade de transformação das relações capitalista de produção;
- A inflexão cultural-autonomista (1982-1983), que criticava o reducionismo do modelo anterior e buscava o sentido das ações no campo das experiências, recusando a ideia de sujeito único (o movimento, o partido, etc.), que negava a premissa que estabelecia por antecipação a homogeneidade da classe, e que pregava a descrença na eficácia de ideologias externas, trazendo à tona a pluralidade de sujeitos.

Negligenciando os aportes institucionais, os movimentos foram saudados como novos sujeitos políticos, com uma nova identidade sociocultural, construindo um projeto político para a transformação social e radical renovação da vida política;

- O enfoque institucional, que, contrariando as premissas anteriores, defendia que as ações não eram tão anti-Estado ou contra o Estado, na verdade o que havia era um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, em que o Estado poderia ser amigo ou inimigo, dependendo dos interesses e da ótica cultural.

Os movimentos populares de reivindicação urbana, que começaram a se expandir na década de 1970, nos anos 1980, ganharam nova roupagem e se expandiram, mostrando grande vitalidade. Essa situação pode ser representada pela expansão da literatura produzida por eles, pelo grande aumento de Organizações Não Governamentais (ONGs) que os assessoravam, pela extensão e vitalidade da rede que os unia, e pela ampliação dos órgãos colegiados com participação popular nas administrações públicas. Esses movimentos, na década de 1980, aumentaram sua estrutura e mudaram seu perfil, tornando-se setoriais (saúde, moradia, etc.), porém, mantiveram-se interligados numa rede solidária, sustentada por alguma igreja ou pelas ONGs. Através de pródigos movimentos civis, os segmentos da sociedade marcaram seu espaço e se fizeram presentes nesse período, apesar da criação de canais institucionais destinados a cooptar a vontade civil (CARDOSO, 1995).

Ainda na segunda metade da década de 1970, entraram em cena os movimentos dos atingidos pelas barragens, dos sem-terra, dos boias-frias, mediados especialmente pela CPT, bem como os “novos movimentos sociais”, organizados a partir das lutas identitárias feministas, ecologistas, pacifistas, étnicas, etc. Simultaneamente essas lutas agregaram-se na política e na sociedade. Destacam-se o feminismo, com suas lutas contra o patriarcalismo e o autoritarismo de Estado; o movimento de direitos humanos, com atuações contra a violação dos direitos humanos e civis, contra a tortura e pela anistia; o nascente movimento negro contemporâneo, desenvolvendo uma consciência ou identidade negra e buscando evidenciar a existência de racismo na sociedade brasileira pela denúncia ao mito da democracia racial (ALBERTI; PEREIRA, 2006).

O fim desse período fecha-se com as mobilizações pela Lei de Anistia, assinada em 1979, possibilitando o retorno de exilados políticos, muitos dos quais vieram a fortalecer

importantes ONGs que lutavam pelos direitos de cidadania, e outros aderiram a novas opções partidárias (WARREN, 2008).

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – os fóruns, por meio dos quais se estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para combatê-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais (GOHN, 1999).

Ainda nos anos 1990, os conflitos sociais envolvendo lutas diretas deslocaram-se da cidade para o campo com o Movimento dos Sem-Terra. Dentre os vários grupos organizados que surgiram, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual ganhou atenção até internacional. À medida que as políticas neoliberais avançaram, foram surgindo outros movimentos sociais como: contra as reformas estatais. As lutas de algumas categorias profissionais emergiram no contexto de crescimento da economia informal. Como exemplo, no setor de transportes, apareceram os chamados transportes alternativos (“perueiros”); no sistema de transportes de cargas pesadas nas estradas, os “caminhoneiros”. Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados (GOHN, 1999).

Nesse contexto, uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2011).

Com isso, a despeito de incessante inovação e variação em pequena escala de um contexto político para outro, os elementos do movimento social desenvolveram-se e difundiram-se conectados como um todo. Nesse sentido, o movimento social tem uma história que se distingue daquela de outras formas políticas, como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investiduras de autoridades públicas e luto coletivo (TILLY, 2010).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E A EXTENSÃO RURAL

O termo agricultura familiar propõe várias nuances de sentido em sua definição. Segundo Altafin (2005), a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional. Segundo a autora, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com as formas de produção anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Para Guerra et al. (2007), a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, dada sua utilização, significado e abrangência, assume ares de novidade e renovação nos últimos anos no Brasil, até pelas mudanças que vem ocorrendo no país, tanto na área macroeconômica (estabilidade dos preços, aumento dos investimentos) como no contexto político (criação do MDA, fortalecimento dos movimentos sociais).

Nos anos 1970 e 1980, as transformações que estavam ocorrendo na agricultura brasileira eram analisadas como similares àquelas ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto em seus aspectos positivos como nos negativos. Logo, para o início desse período, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Mais ao final desse momento, amparava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”. Dentro deste quadro analítico, a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável (BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2003).

Até a década de 1990, a forma de tratamento para com os agricultores no Brasil era a mesma. Médios e grandes produtores sempre tiveram acesso ao crédito rural, sinônimo de política agrícola no País, que se mostrou, até então, seletivo e concentrador de renda. Os pequenos agricultores sempre ficaram à margem das políticas públicas. Esse fato começou a mudar com a criação do Pronaf em 1995 (PERACI; BITTENCOURT, 2010). Outro ponto, destacado por Schneider (2003), que merece destaque, pois elucida a formulação de políticas públicas para o setor, é a ativa articulação e os movimentos sociais liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), que congrega os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente com o evento Grito da Terra.

Entre os principais trabalhos que introduziram o conceito de agricultura familiar no Brasil, de acordo com Guanziroli e Cardim (2000), destacam-se os estudos encomendados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO. O estudo apresentado, chamado de Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto, mostrou ao País uma realidade distinta sobre a importância e a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil. O estudo tinha como objetivo era buscar a compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, bem como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do País.

Até este momento, a “pequena produção” era principalmente vista como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Alguns autores destacavam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, conhecido como boia-fria. O estudo atualizava a fotografia da agricultura brasileira em geral, focava e destacava a categoria da agricultura familiar que, até então, não tinha sido utilizada de forma abrangente no País. Em segundo lugar, o trabalho revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante do ponto de vista econômico e social do que aquela que era apresentada pela visão dominante da “pequena produção de subsistência” (GUANZIROLI; BUAINAIN e DI SABBATO, 2012).

A agricultura familiar consiste na produção agrícola e pecuária realizada por pequenos produtores, empregando mão de obra familiar. Em termos gerais, a agricultura familiar caracteriza-se pelas pequenas propriedades, pelo fato de ser a família a dona dos meios de produção e da terra, com pouca tecnologia empregada e voltada em sua maior parte para a subsistência, produção de alimentos e bens de consumo, fixando o homem no campo. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de evitar o êxodo rural e ser também fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando não só a economia do setor agropecuário, mas do próprio país (GUILHOTO et al., 2007).

Trata-se de uma das expressões mais importantes em termos de produção de alimentos no Brasil, já que a maioria dos alimentos consumidos diariamente é produzida pela agricultura familiar, além de ser um dos setores que mais empregam trabalhadores. Também representa uma ação de desenvolvimento regional, colaborando com o meio ambiente num equilíbrio entre o homem e a natureza (CASTRO NETO et al., 2010).

Por expressar uma importância produtiva e social da agricultura familiar para o Brasil, Depontil e Schneider (2013) afirmaram que a compreensão de que o desenvolvimento socioeconômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando o crescimento e o progresso, favoreceu a redução da ideia de desenvolvimento à de modernização. Durante muito tempo, as teorias do desenvolvimento agrícola consideravam que a extensão rural seria o instrumento por excelência de substituição de fatores atrasados e tradicionais por modernas tecnologias.

Portanto, conforme Lusa (2013) que a discussão sobre a extensão rural vem à tona a partir do séc. XX, muito embora, o surgimento desse termo tenha ocorrido ainda na segunda metade do séc. XIX, sendo proveniente do modelo de extensão praticado pelas universidades inglesas.

As discussões que tornaram a extensão rural - especialmente a partir do séc. XX - um objeto de análise de fato, colaboraram muito para situá-la na prática, ou seja, para orientar sua execução, evidenciando inclusive seus limites. Segundo Peixoto (2008), a extensão rural poderia ser compreendida de três diferentes formas: como processo, instituição e política.

No plano das políticas públicas, a Extensão Rural Brasileira, a partir da PNATER 2004, reestrutura-se institucionalmente e pauta-se por novas diretrizes, que a orientam exclusivamente para agricultores familiares em todos os seus segmentos, utilizando-se de metodologias participativas e de tecnologias de base ecológica, visando o desenvolvimento sustentável.

2.3 COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Desde os tempos mais antigos, os organismos sociais mais primitivas já se organizavam em grupo com espírito de cooperação e solidariedade visando a luta pela sobrevivência (ARANTES e SILVA, 2013). Como por exemplo, povos que se organizavam em cooperação como os romanos, babilônios, germânicos, astecas, maias e incas. Através de suas histórias, o homem busca em grupos a cooperação e ajuda mútua (KREUTZ, 2004). Ou seja, o cooperativismo está presente em quase todos os países do mundo e representa importância econômica, social e política (SILVA et. al, 2014).

No Brasil, o movimento cooperativista teve seu ponto de partida com Missões Jesuítas a partir do século XVII. Por mais de 150 anos, esse modelo foi exemplo de sociedade solidária, com base no trabalho coletivo, em que o bem-estar do indivíduo e da

família era mais importante do que o interesse econômico da produção. Essa ação foi movida pelos padres jesuítas que catequizaram os indígenas brasileiros (COOPESP, 2012).

Entretanto, os primeiros movimentos cooperativistas no Brasil vieram a ter início no ano de 1847 quando o francês Jean Maurice Faivre, veio a fundar com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Teresa Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu para a memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro (SANTOS, 1998). Esta organização amalgamou os princípios do incipiente cooperativismo brasileiro, servindo de referencial aos novos empreendimentos coletivos. Após isso, imigrantes alemães e italianos, tinham conceitos trazidos na origem de seu país vindo a difundir de maneira mais eficiente estes conceitos, mais especificamente na região sul do país. Ali de maneira social e comum tentavam resolver problemas de consumo, produção, crédito de insumos e educação (ARANTES e SILVA, 2013).

Conforme Figueiredo (2009), o primeiro registro de uma cooperativa brasileira é de 1889, uma cooperativa de consumo em Minas Gerais, nominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em 1891, surge a Associação Cooperativista dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira/ SP. No Rio de Janeiro, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo no ano de 1894. Em 1895, foi constituída a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco. Em 1913, surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e a Cooperativa de Consumo Operária do Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, em Santa Maria/RS, foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (COOPESP, 2012). Até então, as primeiras cooperativas no Brasil foram de consumo.

Em 1907, em Minas Gerais surgem as primeiras cooperativas agropecuárias. O governador do estado, João Pinheiro, lançou seu projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, sendo o café sua principal preocupação, criou uma seção para isenção fiscal e estímulo material para o produto. Essas cooperativas dividem-se conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. A maioria tem mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados) (COOPESP, 2012).

Com base nesse contexto histórico e na luta oscilante do cooperativismo brasileiro, uma cooperativa é definida como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais

comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Nessas organizações, cada associado possui o direito a um único voto, contrastando com as sociedades de capital, em que o voto depende do volume de capital de cada investidor. As cooperativas não têm uma existência autônoma e independente de seus membros, do ponto de vista econômico, como ocorre nas sociedades de capital (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Para tanto, no Brasil, bem como em outros países, existe uma legislação específica para o cooperativismo. No caso brasileiro, o cooperativismo é regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Dentre as características desse tipo de organização, podem ser destacadas as seguintes: a adesão voluntária, a variabilidade do capital social representado pelas cotas-partes, a impossibilidade de comercialização dessas cotas-partes, a singularidade de voto e o retorno das sobras líquidas do exercício (BRASIL, 1971). A participação nos resultados, nessas organizações, ocorre por meio da distribuição proporcional das sobras, conforme a operação de cada cooperado com sua cooperativa (*pro rata*), ao contrário do que acontece em uma firma de capital, em que é proporcional à integralização de capital (PIVOTO et al., 2014).

Para isso, a adoção das práticas cooperativistas (princípios cooperativistas) levam as cooperativas a se diferenciarem das empresas tradicionais. Segundo Etgeto et al. (2005), “nas cooperativas todos são, ao mesmo tempo, sócios, fornecedores, clientes e, às vezes, empregados, e isto, independente da modalidade de cooperativa (...).” Enquanto que em uma empresa tradicional o poder está determinado pelo capital por meio do número de ações de cada um dos sócios, nas cooperativas a cada sócio corresponde um voto, independentemente do capital por ele aportado à empresa.

Com o crescimento do sistema cooperativista é possível considerá-lo como uma ferramenta de suma importância para o aumento da economia do país, por meio de princípios que constituem uma linha de orientação que rege o sistema e formam uma base sólida através de sua filosofia e doutrina, e é por meio dela que os cooperados levam seus valores à prática. Com a tendência da terceirização na indústria, aumenta o setor de serviços e o mercado informal, possibilitando um grande número de trabalhadores autônomos. Através desse processo de mudanças, os trabalhadores descobriram outras formas de trabalho, como o sistema cooperativista (OLIVEIRA et al., 2014).

Inclusive Benson (2014) comenta a importância da Cooperativa para os pequenos agricultores, pois os mesmos estariam em desvantagem no mercado no momento de negociar seus produtos. Carneiro (1997) relata que há décadas, relegada a segundo plano,

pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária –a pequena propriedade– têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. E, Silva e Campanhola (2000), disseram que com a globalização, as disparidades hoje existentes, sejam em termos regionais, sejam em relação à agricultura familiar, tendem a se acentuar ainda mais.

Nesse sentido, as cooperativas são para a agricultura familiar uma fonte alternativa que apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros (ANDRADE e ALVES, 2013). Além disso, Pires (2010) identifica as cooperativas como uma alternativa capaz de organizar a atividade produtiva, potencializando as vantagens da agricultura familiar e revitalizando os territórios.

Há autores que apresentam a cooperação como uma ferramenta de luta política e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica e amplia a competitividade dos produtos no mercado. A cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de uso coletivo (moradia, infraestrutura, educação, transporte, saúde, lazer, etc.); eleva a capacidade das famílias de permanecerem na terra e possibilita o desenvolvimento da consciência social (SCOPINHO e MARTINS, 2003). Conforme a literatura, as cooperativas são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A.; A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-166, 2006.

ALTAFIN, I.; **Reflexões sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Brasília, 2005. Disponível em < <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>> Acesso: 15 fev. 2016.

AMARANTE, P.; DIAZ, F. S.; Os movimentos sociais na reforma psiquiátrica. **Cad. Bras. Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 83-95, 2012

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C.; Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **RAIMED - Revista de Administração IMED**, 3(3), 2013, p. 194-208 - ISSN 2237 7956.

ARANTES, E. C.; SILVA, E. R. da; Evolução de uma cooperativa agropecuária em Assentamento de Reforma Agrária no Estado de Roraima. **RARR**; Ed. 3, Vol 1, 117 – 132, 1º Sem – Boa Vista, 2013.

BENSON, T.; Building good management practices in Ethiopian agricultural cooperatives through regular financial audits. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 2, n. 2, p. 72- 82, 2014.

BIALOSKORSKI NETO, S.; **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital**. 1998. 254f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, D. F., 16 dez. 1971.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C.; Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, 2003, p. 312-347.

CARDOSO, R. C. L.; Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs.). Lições da década de 80. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 193-200.

CARNEIRO, M. J.; Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, 70-82. 1997.

CASTRO NETO, N.; DENUZI, V. S. S., RINALDI, R.N.; STADUTO, J. A. R.; Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar; **Revista Percorso – NEMO**, Maringá, v. 2, n.2, p.73 - 95, 2010.

COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (COOPESP). **História do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.coopesp.org.br/cooperativismo>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **ESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, 2011.

DEPONTI, C. M; SCHNEIDER, S.; A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. **Revista IDeAS**, v. 7, n.2, p. 176-213, 2013.

DOIMO, A. M.; **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

ETGETO, A. A.; SILVA, C. G. B.; VICENTE, F. C.; GIROTTO, M. W.; MIRANDA, I. T. P.; Os Princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais**, v. 2, n.1, p. 7-19, 2005.

FIGUEIREDO, N. T. C. de; **Cooperativas Sociais: Alternativa para Inserção**. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

GOHN, M. G.; **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo, 1999. Cortez.

GOHN; M. da G.; Movimentos sociais na contemporaneidade. Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, 2011.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006), **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 351-370, 2012.

GUANZIROLI, C. H.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: Incra, 2000.

GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T.; **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C.; A Importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (2007). **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.

KREUTZ, I. T.; **Cooperativismo passo a passo**. 7.ed.Goiânia:[s.n.], 2004.

LUSA, M. G.; Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social: o campo como desafio. **Cadernos CERU**, série 2, v. 24, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, A. C. de S. de; SILVA, L. A. P. da; da SILVA, A. da; A importância das cooperativas e seu papel na sociedade. **Revista Organizações e Sociedade – Multidisciplinar**, Iturama (MG), v.3, 2014.

PEIXOTO, M.; **Extensão Rural no Brasil**: Uma abordagem histórica da legislação. [Textos para discussão, n.48] Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos, outubro/2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A.; Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero**: e experiência brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.

PINHEIRO, P. T.; RIBEIRO JÚNIOR, H. R.; O cooperativismo e sua importância no processo de desinvisibilização social dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Derecho y cambio social**. 2015. ISSN: 2224-4131 | Depósito legal: 2005-5822. 18 p.

PIRES, M. L. L. S. O.; Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

PIVOTO, D.; SPANHOL, C. P.; MORES, G. de V.; ARAÚJO, E. G.; FARIA, J. M.; Análise dos perfis financeiro e estrutural das cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 249-266, 2014.

SANTOS, A. C. L. dos; **Cooperativismo**: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998.

SCHNEIDER, S.; Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências e Sociologia**, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, F. G.; Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. **Psicologia & Sociedade**, 15(2), 124-143. 2003.

SILVA, E. E. da; PEREIRA, A. C. C.; PEREIRA, J. R.; **Roteiro bibliográfico do cooperativismo no Brasil (1966 a 2009)** Cooperativism in Brazil: A bibliographic review from 1996 to 2009. *Economía*, vol. 8, n. 14. by Unisinos - doi: 10.4013/otra.2014.814.06. 2014.

SILVA, J. G. da; CAMPANHOLA, C.; **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Campinas: Empraba/Unicamp, 2000.

TILLY, C.; Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, p. 133-160. 2010.

WARREN, I. S.; **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História: Debates e tendências – V. 7, n.1, 2007, p. 9-21, publ. no 2º sem. 2008.

CAPÍTULO II

COOPERATIVA DE ASSESSORIA E SERVIÇOS MÚLTIPLOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Resumo_

A Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - surgiu de um processo de debate forte e coletivo de uma nova proposta de assessoria técnica voltada para a base agroecológica e camponesa. A vociferação era para uma mudança na agricultura era intensificada, pois havia uma modernização da agricultura baseada em produtos químicos, equipamentos de precisão e modificações genéticas nas sementes. Ao analisar a identidade e a personalidade jurídica, pensou-se no nome e na logo, os quais tivessem uma maior representação da proposta a ser trabalhada na agricultura familiar, como sendo *Cooper* = Cooperativa, *Vida* = novo, A junção desses dois termos, nasceu o nome COOPERVIDA, como sendo a cooperativa da construção/reconstrução da vida. Já para a logo, partiu-se da ideia de *terra que brota, mãos que ajuda a semear, transplante*. Ou seja, as mãos rasgando o ventre da terra, trazendo uma nova vida. Portanto, em 21 de novembro de 1999 nasceu a Cooperativa de assessoria e serviços múltiplos ao desenvolvimento rural e durante esses anos, a entidade participou dos seguintes projetos: Projeto de Combate à Pobreza Rural – FASE II– PCPR II; Projeto Dom Helder Câmara – PDHC; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC; Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES; Programa Um Terra e Duas águas - P1+2; Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS e MDA mulheres. E no tocante as articulações que são entendidas como conexões naturais entre instituições para fortalecimento popular, são elas: Rede Programa de Assessoria Rural para o Desenvolvimento e a Autonomia do Local - Rede Pardal e Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. Em todos os projetos concluídos e redes que a cooperativa esteve envolvida, em ambas as situações tudo foi pautado com significativa participação na vida de várias comunidades e assentamentos os quais foram escolhidos para participar coletivamente de uma opção mais saudável, com geração de renda e com base numa agroecologia e orgânica. Além disso, oportunizaram-se inserir as famílias num modelo de produção que respeita os recursos naturais do semiárido, que trata do gênero, geração e etnia como algo importante para o fortalecimento organizacional da agricultura familiar. Portanto, o objetivo de estudar a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

Palavras chaves: Entidade. COOPERVIDA. Organização popular. Extensão rural.

1 INTRODUÇÃO

A formação de uma cooperativa se dá através da união de pessoas, cujas necessidades individuais de trabalho, de comercialização ou de prestação de serviços em grupo, e os respectivos interesses sociais, políticos e econômicos, fundem-se nos objetivos coletivos da associação. A principal diferença entre uma cooperativa e uma empresa comum é a forma de decidir sobre os fins da organização, ou seja, no princípio de todos/as tem o mesmo poder independentemente dos investimentos de cada um (OLIVEIRA, 2000).

Dito isso, a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA – foi fundada no ano de 1999 na cidade de Mossoró/RN, a partir da iniciativa de profissionais de distintas formações acadêmicas, mas provindos de segmentos sociais, tais como: aos Movimentos Sociais da Igreja Católica; aos Movimentos Estudantis/Acadêmicos, que voltavam seu olhar para a Agricultura Camponesa de base agroecológica e aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais que se propunham a representar e a defender de fato agricultores/as, e não mais os grandes proprietários ligados ao sindicalismo patronal.

A COOPERVIDA buscou, dentro da conjunção dos movimentos sociais, políticos e pastorais da região e adjacências, a construção de diagnósticos sobre a realidade social. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma em que se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos.

Ao longo desses anos de trabalho e dedicação, a agricultura familiar com base sustentável para os recursos naturais e orgânica, a entidade participou de diversas ações e atividades as quais trouxeram como consequência a formação de um *currículum*. Para Moreira et al. (2008), o currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos acumulados.

A exemplo disso, tem-se a PAPP, Projeto Dom Helder Câmara – PDHC; Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC; Programa Uma Terra duas águas – P1+2; Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ATES; Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS; MDA mulheres, entre outros. Como forma de articulação, a entidade acessa duas redes: Rede Pardal e Asa Brasil.

Ultimamente, a COOPERATIVA ainda busca sua consolidação, porém o seu trabalho é bastante conceituado entre membros, sócios, agricultores/as no Estado do Rio Grande do Norte. Por isso, objetivou-se historiar a Cooperativa de Assessoria de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural.

2 COOPERATIVA DE ASSESSORIA E SERVIÇOS MÚLTIPLOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL – COOPERVIDA

2.1 ORIGEM/HISTÓRICO

A priori, os envolvidos no processo, encontravam-se em diversos ambientes, reuniões e assembleias. Cada um a seu tempo. Não havia a pretensão de se criar uma cooperativa de fato. Após vários momentos de trabalho coletivo em comum, passou-se a notar a falta de uma assistência técnica diferenciada, voltada para a linha agroecológica e pautada politicamente na categoria da agricultura familiar.

A ideia da cooperativa de trabalhar com a agricultura familiar, com o meio rural, com a ATER surgiu, pois começou-se a questionar os setores que davam assistência técnica; estávamos insatisfeitos com os modelos que tinham. ARAÚJO, J. E. de A. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 11 abr. 2016.

O clamor para uma mudança na agricultura era imenso, pois no mesmo instante havia uma Revolução Verde sendo disseminada na região com pacotes tecnológicos para o uso intensivo de insumos industriais, mecanização, redução do custo de manejo, dispersão de novas sementes modificadas geneticamente e produção em massa de produtos homogêneos. A insatisfação com o modelo proposto de agricultura na época tornou-se avassalador. Pedia-se uma prática mais diferenciada e participativa.

Então, vários setores passaram a questionar a realidade para uma assessoria diferente e, com todas as inquietações, resolveram o início de reuniões e encontros para construir uma organização. Mas, com o tempo e o estudo acerca do tema de criação, constatou-se que uma cooperativa tinha mais a ver com o pensamento de todos/as.

Após quase 18 meses de debates, acordos e reuniões, foi criada a COOPERVIDA - Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural. Fundada em 21 de novembro de 1999, na cidade de Mossoró/ RN, a partir da iniciativa de um grupo de profissionais de diversas áreas tais como: Agronomia, Serviço Social, Ciências Sociais, Veterinária, Biologia, Pedagogia, Geografia, História, Antropologia e outras áreas. O aporte metodológico centra-se prioritariamente na ATGP - Assistência técnica gerencial e pedagógica e no arcabouço da educação popular (COOPERVIDA, *Site*). O perfil dos profissionais eram os mesmos que já possuíam um trabalho coletivo em outras instâncias em seus ofícios, oriundos de vários movimentos sociais, políticos, militâncias, movimentos

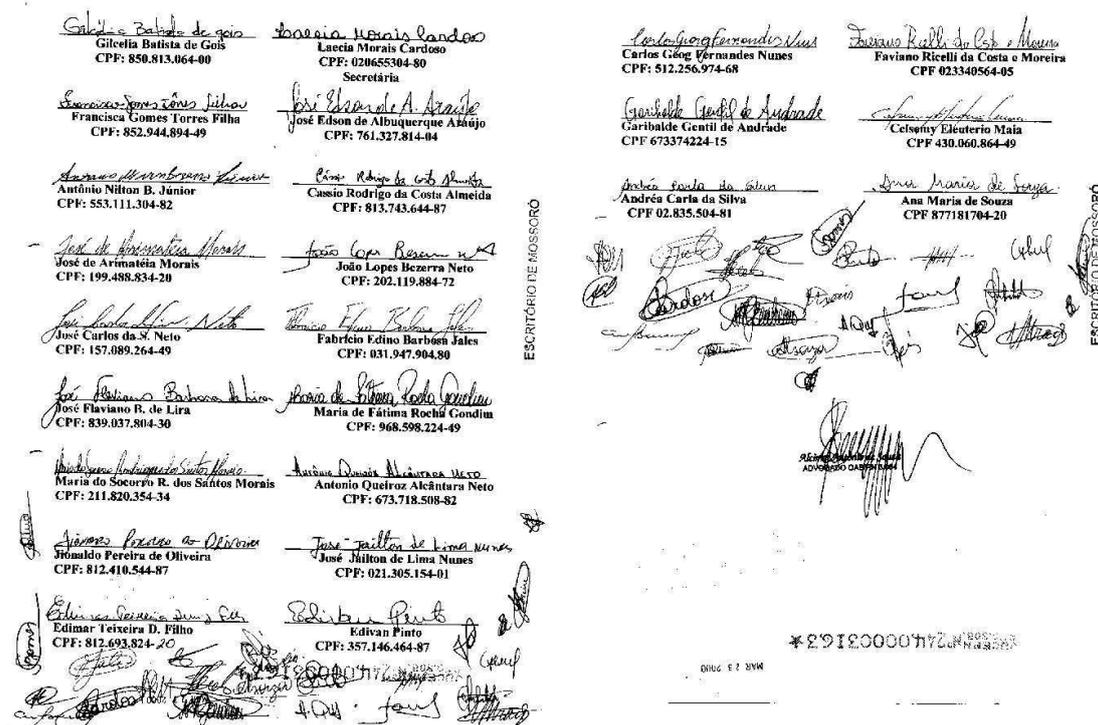
estudantis e pastorais da região e adjacências. Dando uma nova cara à agricultura familiar do Estado Rio Grande do Norte.

O perfil escolhido para os primeiros sócios foram essas atividades, essas afinidades políticas e ideológicas. Era a compreensão da agricultura, por exemplo, do semiárido, mas não como aquela velha forma preconceituosa. Nós fazíamos grandes críticas...discutir o semiárido como viável. TORRES FILHA, F. G. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 01 jun. 2016.

A cooperativa é uma organização de “ondas” que vão e vêm, pois em vários momentos foram tidos como marcantes, tais como: os anos que antecederam a criação da cooperativa, da aquisição do primeiro veículo, da participação em alguns processos de ocupação da terra e a compra da sede, localizada no endereço Machado de Assis, 125, Centro, CEP 59.610-030, Mossoró/RN, Brasil. A entidade está situada nas seguintes coordenadas: Latitude 5°19'36" S e longitude de 37°34'31" W Gr, com altitude de aproximada de 70 m, Mossoró-RN. Segundo Thornthwaite, o clima local é DdAa', ou seja, semiárido (CARMO FILHO et al., 1991).

A criação da COOPERVIDA envolveu sonhos e utopias para a construção de uma nova história, a serviço dos povos do campo, onde se buscavam melhores resultados e era algo imprescindível para que a organização social se mantivesse arranjada e em pleno funcionamento em um cenário cadenciado para atender um novo perfil da agricultura familiar. Para tanto, na Figura 1 há as assinaturas dos sócios fundadores da Ata de Fundação registrada em cartório:

Figura 1 - Página de assinatura da Ata de Fundação da COOPERVIDA.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 1999.

2.2 INSPIRAÇÃO DO NOME E CONCEPÇÃO DA LOGOMARCA

Depois de ter visto a identidade e a personalidade jurídica, foi pensado o nome da futura entidade. “Cooper” veio da perspectiva de cooperativa, “Vida” foi pensada no novo, na semente que gerava vida, o novo gerando vidas, a morte gerando vida, a alma que dá vida e que dá ânimo. Tudo levando em consideração a novidade vivenciada por todos/as na ocasião. Da junção desses dois termos, nasceu o nome COOPERVIDA, como sendo a cooperativa da construção/reconstrução da vida. A forma de círculo do nome ao redor do símbolo maior é para trazer a sensação da ciranda, da dança e da música pernambucanas caracterizadas pela formação de uma grande roda, em ritmo lento e repetido.

A logomarca (Figura 2) fundamentou-se na proposta das pessoas envolvidas na criação provinda da questão teológica. Pensou-se naquela Igreja de libertação e que pensa no mundo. A ideia primordial foi dada pela sócia fundadora Socorro Moraes, e, sobre ela, os demais deram sugestões participativas e coletivas. Começando a pensar com o chão/terra que brota, com as mãos que ajuda a semear e, que ao mesmo tempo dá a entender a ideia de transplantar, visto que existe uma árvore frondosa. Ou seja, as mãos rasgando o ventre da terra, trazendo uma nova vida.

Uma curiosidade na logomarca foi que em uma das mãos tinha polidactilia, anomalia que consiste na alteração quantitativa dos dedos, ou seja, havia seis dedos e não cinco. Essa alteração não foi intencional, mas um erro digital. Assim que foi visto, procedeu-se a mudança.

Figura 2 - Logomarca da COOPERVIDA.



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

2.3 PROJETOS - *CURRICULUM*

2.3.1 Projeto de Combate à Pobreza Rural – FASE II– PCPR II

As reflexões sobre o local, apresentado como um cenário rico de significados e de estratégias de desenvolvimento voltadas para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo, de populações pobres, recoloca o debate sobre o desenvolvimento na pauta dos estudos geográficos (SANTOS, 2012). Ainda com a mesma autora, os atores sociais devem mobilizar as estratégias e os projetos para o desenvolvimento produtivo local devem se consolidar. Aparecem os discursos do empreendedorismo, de autonomia e participação, com a adoção de políticas públicas ditas descentralizadoras. Essas políticas racionalizam

recursos, pois se o território tem seu potencial e as comunidades, o conhecimento para lidar com a produção, então os investimentos podem ser abreviados em função das vantagens ali alocadas.

Além disso, Macêdo e Gois (2012) relata que o processo de descentralização e municipalização impõe a redefinição de papéis, atribuições, competências e responsabilidades do Estado e da sociedade civil; caminha no sentido da construção de uma nova forma de governar; consolida e fortalece e/ou fragiliza e afasta as organizações sociais tradicionais, como as associações e sindicatos e, possibilita a construção de novos espaços públicos de negociação de interesses coletivos, a exemplo dos conselhos e colegiados, concebidos como mecanismo de acesso e de garantia dos direitos sociais.

Com base nesse contexto, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) foi um instrumento de política pública com foco na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento endógeno, mediante a articulação e a integração de recursos locais e externos, e a participação ativa da população local e de suas organizações representativas na gestão dos bens e serviços, assim como dos empreendimentos financiados (BRACERAS et al., 2005).

Sua ação foi direcionada para o financiamento de projetos de investimentos de interesse das comunidades rurais mais pobres do estado, financiando pequenos investimentos (subprojetos comunitários) direcionados às ações de infraestrutura sócio produtivas, geração de ocupação e renda e atividades socioculturais e ambientais. Ademais, as associações foram responsabilizadas, junto com os conselhos e com a assessoria de organizações governamentais, não governamentais, movimentos sociais, pela identificação, elaboração, execução e gestão dos projetos, assumindo toda e qualquer responsabilidade pelo sucesso e/ou insucesso dos projetos implantados (BRACERAS et al., 2005).

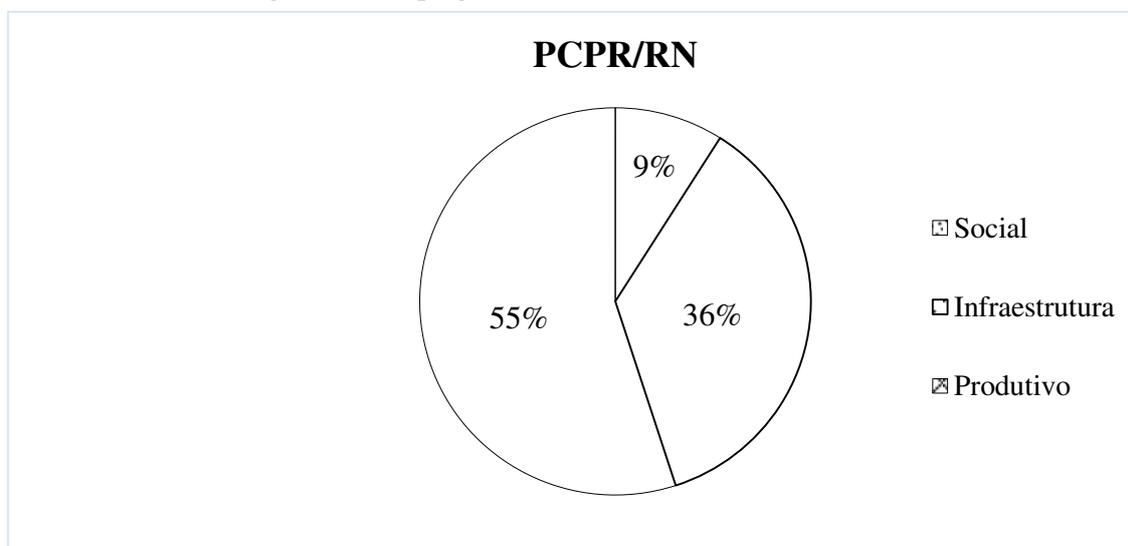
Como sendo o PCPR resultante de acordo de empréstimo firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Mundial, é uma política pública focada na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento local sustentável, com a participação ativa dos atores sociais e das comunidades locais, mediante a provisão de bens e serviços sociais básicos de infraestrutura. Conforme Forbeloni (2014), o PCPR foi a continuação do programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e sua principal diferenciação foi a gestão independente das comunidades rurais na implementação e operacionalização dos investimentos.

Segundo os dados apresentados no Relatório PCPR II/EDF (BRACERAS et al., 2005), o objetivo principal do projeto foi o de contribuir para a redução da pobreza rural, mediante:

- a) provisão de investimentos de infraestrutura básica de natureza econômica e social e de oportunidades de geração de renda, que satisfaçam às necessidades mais urgentes e prioritárias;
- b) descentralização progressiva dos processos de decisão, fazendo da participação dos beneficiários o eixo central da estratégia de implementação dos investimentos financiados pelo Projeto;
- c) participação social local, das comunidades e dos poderes públicos municipais, para a definição e financiamento dos investimentos prioritários;
- d) viabilização de mecanismos econômica e socialmente eficientes de alocação de recursos públicos (municipais e estaduais), para atendimento às camadas mais pobres do meio rural, os quais possam ser "internalizados" pelas administrações públicas após o término do Projeto (BRACERAS et al., 2005, p. 19).

As cláusulas contratuais do acordo de empréstimo então firmado definiram a transferência de responsabilidades, recursos financeiros e poder decisório para os conselhos municipais e organizações comunitárias e a instituição de novas formas de governança local com o objetivo de inter-relacionar os distintos subprojetos entre si e com outras políticas públicas no âmbito municipal, além de estimular as comunidades e o poder municipal para o estabelecimento de novas formas de gestão pública local. Em relação aos investimentos, de forma geral, a subdivisão é demonstrada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição dos subprojetos no universo do PCPR II/RN.



Fonte: Dados da pesquisa.

As informações do gráfico afirmam que a prevalência do capital financeiro do PCPR II no Estado norte-riograndense se deu nos subprojetos voltados para a produção com 55%, sendo, em segundo lugar, os subprojetos de infraestrutura com 36% e, por fim, os subprojetos sociais com 9%.

O PCPR, consoante Macêdo e Gois (2012), assim como toda ação pública tem condicionalidades de acesso aos recursos e investimentos, tais como:

- a) existência de um Conselho Municipal;
- b) existência de organização e/ou associação Comunitária, legalmente constituída, cadastrada e adimplente junto à administração pública federal, estadual e municipal;
- c) garantia da contrapartida da comunidade no subprojeto;
- d) eleição de um comitê de controle formado por usuários para cada subprojeto financiado;
- e) apresentação de demanda e/ou subprojeto identificado como prioritário pelas comunidades e adequados à realidade local (MACÊDO E GOIS, 2012).

O PCPR II – 2ª Fase estava presente no Estado do Rio Grande do Norte em 152 dos 165 municípios atingidos, de tal modo que 2.057 associações foram financiadas em seus 2.691 projetos, beneficiando 89.763 famílias do estado. Porém, há a ressalva de que as comunidades quilombolas, povos indígenas, grupos mulheres e de jovens são usuários prioritários, tendo em vista a perspectiva de inclusão dessa parcela da população historicamente excluída das políticas, programas e projetos sociais públicos.

2.3.2 Projeto Dom Helder Câmara - PDHC

Dom Hélder Câmara foi, ao mesmo tempo, um religioso, um poeta, um profeta, que construiu ao longo da história do século XX um modelo e uma pedagogia da esperança para os excluídos sociais. Esse homem tornou-se, com sua luta, a voz dos que não têm voz no Brasil e na América Latina; um nome de referência mundial quando se trata dos direitos humanos. Dom Hélder carregou consigo o entusiasmo e a esperança de se construir uma sociedade mais igualitária e uma Igreja mais engajada e preocupada com a realidade dos menos favorecidos (CONDINI, 2004).

A sua liderança, na maioria das vezes, foi exercida de maneira democrática, sem nenhum tipo de autoritarismo. Um legado deixado por ele foi a valorização que deu aos

grupos, às comunidades; pensava sempre no coletivo, achava que era dessa maneira que a sociedade iria atingir as transformações por ela almeçadas (CONDINI, 2004).

Baseado no legado de Dom Helder Câmara, foi pensado e posto em prática o Projeto Dom Helder Câmara, que é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF. Na sua essência, o PDHC é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste, embasado conceito de convivência com o semiárido, articulando às dimensões sócio-políticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas e por processos participativos de planejamento, gestão e controle social (PDHC, s.d.).

O objetivo geral estabelecido para o Projeto era “aumentar a participação das famílias beneficiárias nos mercados locais e melhorar a gestão sustentável das suas atividades produtivas”. Este foco, bastante restrito, é, em seguida, ampliado por objetivos específicos que mencionam, por exemplo, a necessidade de proporcionar as mesmas oportunidades para as mulheres, de implementar programas de formação, etc. Documentos recentes do próprio PDHC enfatizam, como objetivo primordial, o fortalecimento de processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável (FETAPE, 2007).

O Projeto Dom Helder Câmara ao longo de sua atuação se consolidou, fundamentalmente, por desenvolver uma proposta de Assessoria Técnica Permanente, multidimensional, diferenciada, concebida como uma ação contínua e sistêmica, focada nas demandas, objetivos e áreas de resultado de interesse das famílias beneficiárias e referendadas em posicionamento técnico e avaliações participativas que garantem a viabilidade das proposições apresentadas. A atuação do PDHC ocorreu em 6 estados do Nordeste Brasileiro (Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Sergipe), envolvendo 8 Territórios Rurais (os seguintes Sertões: dos Inhamuns, Central, Cariri, Pajeú, Araripe, do Apodi, São João Piauí e Sergipano) O PDHC beneficia, diretamente, através das suas ações, 15.021 famílias (PDHC, s.d.).

Segundo Azevedo et al. (2013), o Projeto busca fortalecer capacidades locais e a dinamização política e socioeconômica territorial, bem como integrar iniciativas de educação contextualizada à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ambas norteadas pela Agroecologia e convivência com o Semiárido.

Uma das formas de fortalecimento familiar coletiva é a construção de unidades demonstrativas da tecnologia social conhecida como Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS e tem sido considerada pelos agricultores e gestores uma importante estratégia de desenvolvimento socioeconômico, trazendo melhorias na alimentação e na renda das famílias, levando em conta os aspectos ambientais e de saúde da população (SANTOS e ROZENDO, 2015). Além do cunho produtivo e de comercialização, o PAIS aborda o conceito do modo de ver o mundo, interagindo com o meio ambiente e com a sociedade (SEBRAE, 2012).

A integração e sustentabilidade do projeto busca utilizar-se de sobras das atividades em separado para interagir e integrar as ações. O uso do esterco das galinhas adicionado a todo material vegetal disponível na propriedade, misturados em outros elementos no processo de compostagem, viram um adubo orgânico de excelente qualidade para adubação das plantas; as sobras da horta servem também de alimento natural para as galinhas. Neste ciclo sustentável, utiliza-se dos resíduos (subprodutos) da atividade, reaproveitando-os de diversas maneiras, não impactando o meio ambiente e criando um universo mais independente de insumos agrícolas de fora da propriedade, agindo conseqüente e diretamente na planilha de custo do empreendimento (diminuição de despesas com adubos e ração), entre outros benefícios (SEBRAE, 2013).

O uso de tecnologias sociais como estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar tem recebido elogios por parte da comunidade internacional. Notícias publicadas pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2013) revelam que essas tecnologias têm servido para combater a fome e fortalecer comunidades rurais.

2.3.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Em meados da década de 1990, em virtude da escassez de crédito para o setor rural brasileiro, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com o objetivo de fortalecimento da agricultura e geração de renda para os pequenos produtores familiares. Após 15 anos de sua existência, não restam dúvidas de que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou os recursos destinados ao financiamento e desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias e especificidades, no sentido de proporcionar melhores condições e infraestrutura às famílias dos agricultores (SARTOR et al., 2014).

As novas linhas de financiamento, algumas ainda não consolidadas, pois se aplicam a projetos de médio e longo prazo, estarão contribuindo ainda mais para a especialização e consolidação da incorporação de novas tecnologias, assim como a utilização de recursos de forma mais racional. A qualificação da mão-de-obra, bem como a possibilidade de novos investimentos em melhoria de infraestrutura e tecnologia, são fatores preponderantes para a melhoria da renda dessas famílias e sua manutenção no meio rural. Houve um aumento considerável de recursos destinados ao PRONAF, além de um crescimento no volume dos contratos em todas as regiões (SARTOR et al., 2014).

Para o Banco Central do Brasil (2015), os principais tipos de PRONAF são:

- Pronaf – Agroindústria: Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria) têm como finalidades investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, armazenagem, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural.
- Pronaf – Floresta: Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) estão sujeitos às seguintes finalidades, limites e encargos financeiros: (a) finalidades: projetos técnicos que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); (b) limites por beneficiário; (c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano).
- Pronaf – Semiárido: Os créditos ao amparo do Pronaf Semiárido têm como finalidade investimentos em projetos de convivência com o Semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, e destinados à implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários. A assistência técnica é obrigatória. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos nesta linha, sendo que o segundo fica condicionado ao pagamento de duas parcelas do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento.

- Pronaf – Mulher: Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf - Mulher) têm como finalidade o atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.
- Pronaf – Jovem: Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf - Jovem) têm como beneficiários jovens maiores de 16 (dezesesseis) anos e com até 29 (vinte e nove) anos, integrantes de unidades familiares, que atendam a uma ou mais das seguintes condições, além da apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa: I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; II - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição de ensino superior, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; III - tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira; IV - tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo).
- Pronaf - Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: A Linha de Crédito de Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares) tem como beneficiários: I - agricultores familiares beneficiários do Pronaf, mediante apresentação de DAP ativa; II - os empreendimentos familiares rurais que apresentem DAP pessoa jurídica ativa para a agroindústria familiar; III - as cooperativas e associações constituídas pelos beneficiários do Pronaf que apresentem DAP pessoa jurídica ativa para esta forma de organização.
- Pronaf - Cotas-Partes: São beneficiários os agricultores familiares que sejam associados a cooperativas de produção agropecuária que: I - tenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus sócios ativos classificados como beneficiários do Pronaf e que, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por

cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enquadrados no Pronaf, comprovado pela apresentação de relação escrita com o número da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada associado; II - tenham patrimônio líquido mínimo de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); III - tenham, no mínimo, um ano de funcionamento. As finalidades deste programa são o financiamento da integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural e a aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

- Pronaf - Microcrédito Produtivo Rural: Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito para Grupo "B" do Pronaf (Microcrédito Produtivo Rural), sem prejuízo da observância dos demais procedimentos relativos ao Grupo "B" do Pronaf, sujeitam-se às seguintes condições básicas: a) são beneficiários os agricultores cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente; b) uma das finalidades é o financiamento de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários.
- Pronaf – Agroecologia: A Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) está sujeita às seguintes condições básicas: (a) são beneficiários os agricultores familiares beneficiários do Pronaf, desde que apresentem projeto técnico ou proposta simplificada para: I - sistemas de produção de base agroecológica, ou em transição para sistemas de base agroecológica, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); II - sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); (b) a finalidade deste programa é o financiamento dos sistemas de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

- Pronaf – PGPAF: As instituições financeiras devem conceder bônus de desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio e investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf, sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente, no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), instituído pelo Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.
- Pronaf – Eco: A Linha de Crédito para Investimento do Pronaf Eco tem como finalidades a implantação, a utilização e a recuperação de (a) tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, mini usinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas; (b) tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; (c) armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água; (d) pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; (e) silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros; (f) adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
- Pronaf - PNCF e PNRA: Os créditos para Beneficiários do PNCF e PNRA são destinados exclusivamente às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) enquadradas nos Grupos "A" e "A/C" do Pronaf.

2.3.4 Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC

O binômio água e seca é um dos grandes desafios históricos no Nordeste semiárido, ou seja, a busca pela segurança hídrica para os sertanejos. Enfrentar esse desafio é ter em consideração o contexto de transformações no qual o semiárido está localizado, pois o mesmo não é uma região homogênea, com modificações socioeconômicas e culturais

estruturais de grande impacto no cotidiano de sua população. A discussão em torno do trabalho político, educativo e mobilizatório, que vem sendo realizado no semiárido, busca compreender o sentido das experiências de convivência com o mesmo (PONTES, 2013).

Essa problemática da seca, quase sempre atribuída aos baixos índices pluviométricos, e contestada por muitos (XAVIER, 2001), tem mudado de paradigma, ainda que lentamente. A seca como elemento de poder no Nordeste também já é retratado há muitas décadas (GUERRA, 1981). A conjuntura política por trás do elemento climático, com seus desmandos e interesses próprios é um elemento histórico que acompanha o cotidiano do nordestino. As secas no Nordeste, notadamente no Ceará, são relatadas há vários séculos (FROTA, 1985), assim como o comportamento dos Governos Federal e Estadual frente ao problema. A influência das oligarquias, o sistema de proteção ao grande agricultor e pecuarista, o pseudoconformismo do sertanejo, as leis que compactuam com os mais poderosos, esses são alguns dos fatores tradicionais que condicionaram e perfizeram a situação atual (LUNA E BARBALHO, 1983).

No ano 2000, a ONU, analisando os grandes problemas mundiais, constituiu oito Objetivos do Milênio, ou oito maneiras para mudar o mundo: acabar com a fome e a miséria, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre sexos e valorização da mulher, redução da mortalidade infantil, melhoria na saúde das gestantes, combate à AIDS e outras doenças, respeito ao meio-ambiente e união pelo desenvolvimento sustentável. Não é preciso ações megalômanas para tal, conforme o economista Paul Singer diz que a consciência de um povo muda com as experiências pequenas, concretas e com êxito (*apud* BENICA e ALMEIDA, 2006).

O Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) é um exemplo da atuação da sociedade civil na execução de políticas públicas. Elaborado e executado por iniciativa de mais de 700 organizações da sociedade civil que se congregam na Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA, o P1MC teve início no ano de 2000. O programa é fruto do processo de consolidação por diversos setores da sociedade de uma proposta de convivência com o Semiárido, em oposição às tradicionais políticas de Combate à Seca, e da inserção dessa proposta à esfera pública, tornando-a legítima. Busca a construção de um milhão de cisternas para coleta de água da chuva para consumo humano na região semiárida brasileira, abrangendo: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Minas Gerais. Além da construção de cisternas, o P1MC propõe elementos como a capacitação das famílias envolvidas, e é tido como um gatilho para a mobilização social quanto ao tema

da convivência, prevendo espaços de articulação nacional, estaduais e microrregionais (ASSIS, 2012).

Segundo a ASA Brasil (2016a), os princípios metodológicos que orientam a ação do P1MC garantem a mobilização e a formação das famílias e das comunidades rurais como eixo fundamental da ação do programa. Incluir a participação das famílias em cada etapa do processo contribui para a construção do entendimento de que a água é um direito e a cisterna é uma conquista da família. As atividades do programa são:

- Cadastramento e Seleção de Famílias: Esta etapa envolve comunidades, famílias e organizações da sociedade civil em um processo de mobilização social, que orienta toda a prática pedagógica do P1MC. As comunidades e famílias são selecionadas a partir dos critérios pré-definidos na estrutura do programa e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).
- Capacitação em Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH): aborda questões como relacionadas ao Semiárido e ao cuidado com a cisterna e a água, cidadania, direitos e deveres.
- Capacitação das Comissões Municipais: participação das comissões e a interação das mesmas com as comissões comunitárias e as famílias, além de mobilizar outras organizações que ainda não tiveram oportunidade de acessar o programa P1MC.
- Capacitação de pedreiros em construção de cisternas domiciliares: formação teórica e prática para construção das cisternas de forma segura, como também ser um multiplicador dessa sabedoria.
- Construção de cisternas de placas de 16 mil litros: a construção de fato da cisterna. Seu formato é cilíndrico, cor branca, captação da água de chuva através de calhas do telhado da casa. Tecnologia de baixo custo.
- Registro fotográfico e assinatura de termo de recebimento: após a construção da cisterna e de sua pintura em cal branca, cada família é convocada para o registro fotográfico junto a cisterna, logo após, a assinatura do Termo de recebimento. Após essa atividade, a cisterna torna-se de fato da família beneficiária.

Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água, volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem que pode chegar a oito meses. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva que cai no telhado da casa e escoar para a cisterna através das calhas. Em todas as cisternas são instaladas bombas manuais para retirada da água, placas de identificação, calhas, tampas, coadores, telas de proteção e cadeados. E todas as tecnologias são georreferenciadas, ou seja, são coletadas as coordenadas geográficas de longitude e latitude que permitem a localização da mesma (ASA BRASIL, 2016a).

2.3.5 Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES - implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Essa união prioriza fazer com que os assentamentos tornem-se unidades de produção mais estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

O Programa de ATES é de fundamental importância no desenvolvimento dos projetos de assentamento, uma vez que colabora com a transformação da realidade das famílias assentadas, fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos. Por esta razão, o trabalho da assistência técnica deve assumir como princípios a promoção da igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentados, a utilização de métodos participativos, a adoção dos conceitos da agroecologia, a cooperação e a economia popular solidária, bem como a garantia da capacitação continuada dos assentados (MDA, 2008).

Para tanto, o trabalho do extensionista vem sendo pautado em ações participativas e com preocupações socioambientais, logo Menezes e Miranda (2011) asseguram que o profissional em extensão rural, como agente social construtor do conhecimento e educador, no exercício das orientações técnicas no campo, precisa estar em constante reflexão se está agindo ética e moralmente no exercer de suas atividades. Nas orientações técnicas no campo, o agente deve preocupar-se com as técnicas e procedimentos metodológicos e com sua postura e conduta ética para com o outro presente no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, as ações extensionista visavam a diluição das desigualdades, fazendo com que os problemas sociais fossem “assumidos por todos em comunidade, adiando mais uma vez o embate entre aqueles que fazem as leis e aqueles que vendem suas forças de

trabalho” (FONSECA, 1984). Pensando nisso, a cooperativa realizou junto à comunidade: identificação das prioridades estruturais; acompanhamento quinzenal dos créditos iniciais; uma diagnóstico participativo; uma visita técnica de reconhecimento da área e fazer uma sistematização e uma validação. Com o intuito de tornar as unidades de produção mais estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo produtivo, voltadas para o mercado integrado a dinâmica do desenvolvimento municipal e regional de forma sustentável.

Metodologicamente, o Programa de ATES tem como referencial o que está proposto na PNATER. Assim, a metodologia de ATES tem um caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes de ATES deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas, por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar as soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos. Essa metodologia deve permitir também a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas para situações semelhantes em diferentes contextos (MDA, 2008).

Ainda com mesmo autor, informa que o Programa de ATES tem como princípios:

I – disponibilizar, com exclusividade às famílias assentadas em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, os serviços de assessoria técnica de forma pública, gratuita e de qualidade, visando o desenvolvimento dessas áreas e o apoio ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

II – contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando as famílias assentadas na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

III – adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia.

IV – estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no

planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de modo a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

V – desenvolver processos educativos permanentes e continuados a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

VI – promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do/a trabalhador/a rural e a perspectiva do desenvolvimento territorial.

VII – contribuir no processo de construção de relações igualitárias entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentados/as da Reforma Agrária, favorecendo o protagonismo da mulher na construção e implementação dos projetos.

VIII – contribuir no fortalecimento das organizações sociais dos/as assentados/as.

2.3.6 Programa Uma Terra e Duas águas - P1+2

Apesar do enorme potencial da natureza e do seu povo, o Semiárido é marcado por grandes desigualdades sociais. Historicamente, o governo investiu na construção de grandes obras hídricas como forma de solucionar o problema da falta de água na região. Estima-se que o Nordeste abriga mais de 70 mil açudes, que acumulam 37 bilhões de m³ de água. Todo esse volume de água está concentrado em propriedades particulares e não é compartilhado com a população difusa do Semiárido (ASA BRASIL, 2016b).

A distribuição das terras também é extremamente desigual. Segundo o Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 84,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros são unidades da agricultura familiar, que ocupam apenas 24,3% do total de terras destinadas à produção agropecuária. Já as unidades NÃO familiares representam 15,6 % dos estabelecimentos rurais e detêm 75,7% das terras. A concentração também é mostrada comparando-se a área média dos estabelecimentos familiares (18,37 ha) com a dos não familiares (309,18 ha) (ASA BRASIL, 2016b).

Através dessa contextualização, foi criado em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) sendo integrada como uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA. O programa até os dias de hoje, o P1+2 já construiu 88.074 tecnologias de uso familiar 1.318 tecnologias de uso comunitário.

O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos (SIQUEIRA, 2012).

As implementações são para captação e armazenamento de água de chuva para produção de alimentos de origem animal ou vegetal. Para o acesso das famílias a uma das tecnologias é necessário passar pelos seguintes processos:

- Seleção e cadastramento da família: no cadastramento é preenchida uma ficha de inscrição com dados pessoais, familiares, produtivos e sociais. Após isso, todas as informações são inseridas no sistema do programa.
- Capacitações: quando a seleção e cadastramento da família são aprovados, a próxima etapa é a participação em dois cursos, GAPA e SSMA. O Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos – Gapa- neste, é uma formação voltada sobre o manejo da água, cidadania, meio ambiente e recursos naturais. Já o Sistema Simplificado de Manejo da Água - SSMA- tem uma capacitação prática para produção de alimentos, animais e vegetais, através de práticas agroecológicas, adubos e caldas orgânicas e economia da água.
- Intercâmbios: neste momento é uma visitação para trocar experiências, saberes e sabores entre agricultores/as de outra comunidade, município, território ou Estado do semiárido. Aqui, busca a retirada de dúvidas através do diálogo espontâneo entre agricultores/as.
- Sistematização de experiências: os produtos dessa etapa é a impressão de boletins e banners sobre experiências centradas na história e vida dos/as agricultores/as do semiárido. Promovendo uma divulgação e desmistificação

da produção da agricultura familiar, elevando a autoestima das famílias envolvidas e construindo o conhecimento coletivo e social.

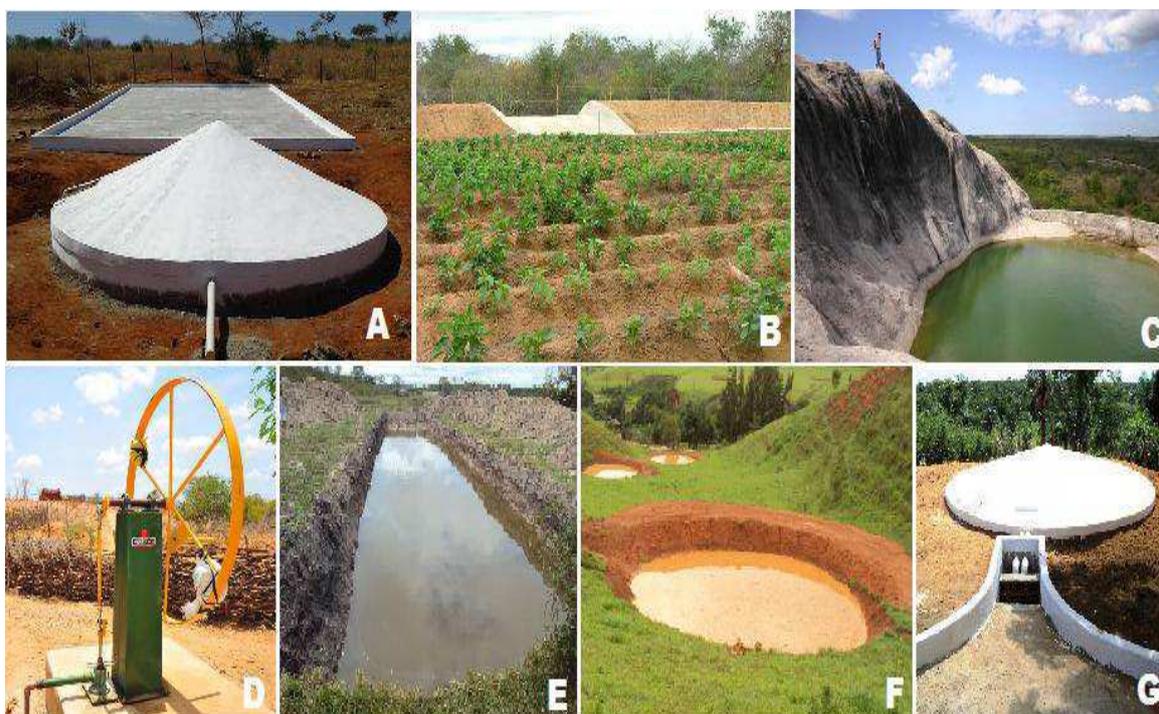
Gonçalves, Rios e Carvalho (2013) afirmam que a adoção de políticas públicas de valorização das tecnologias socialmente apropriadas tem demonstrado relativa contribuição na construção de um modelo de desenvolvimento pautado na convivência com a seca. Contudo, ainda há muito para avançar tanto no aperfeiçoamento técnico dos sistemas de captação e armazenamento de água de chuva, quanto nas estratégias de gestão desse recurso. A ASA Brasil (2016b) possui as seguintes implementações sociais para convivência com o semiárido:

- Cisterna-calçadão (Figura 3a): É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil l. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais.
- Barragem subterrânea (Figura 3b): É construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno, que é a época chuvosa no Semiárido. Sua construção é feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vala é forrada por uma lona de plástico e depois fechada novamente. Por fim, é construído o sangradouro de alvenaria na parte onde a água passa com mais força e por onde o excesso dela vai escorrer. Dessa forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada. Para garantir água no período mais seco do ano, são construídos poços a, aproximadamente, 5 m de distância do barramento. O poço serve para retirar a água armazenada na barragem, que pode ser utilizada para pequenas irrigações, possibilitando que as famílias produzam durante o ano inteiro. No inverno, é possível plantar culturas que necessitam de mais água, como o arroz e alguns tipos de capim. Dependendo do tipo de cultura implantada pode-se ter mais de uma colheita por ano.

- Tanque de pedra ou caldeirão (Figura 3c): É uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funcionam como área de captação da água de chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito. O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque. Para aumentar a capacidade, são erguidas paredes na parte mais baixa ou ao redor do caldeirão natural, que servem como barreira para acumular mais água. Uma tecnologia de uso comunitário. A água armazenada é utilizada para o consumo dos animais, plantações e os afazeres domésticos. Lavar a roupa é uma das práticas mais comuns. As lavadeiras estendem os panos nas pedras e vegetação próxima para secarem ao sol.
- Bomba d'água popular (Figura 3d): Aproveita os poços tubulares desativados para extrair água subterrânea por meio de um equipamento manual que contém uma roda volante. Quando girada, essa roda puxa grandes volumes de água, com pouco esforço físico. Pode ser instalada em poços de até 80 m de profundidade. Nos poços de 40 m, chega a puxar até mil litros de água em uma hora. É uma tecnologia de uso comunitário, de baixo custo e fácil manuseio. Se bem cuidada, pode durar até cinquenta anos. A água da bomba tem vários usos: para produzir alimentos, dar de beber aos animais e usar nos afazeres domésticos. Geralmente, cada bomba beneficia dez famílias.
- Barreiro-trincheira (Figura 3e): São tanques longos, estreitos e fundos escavados no solo. Partindo do conhecimento que as famílias têm da região, é construído em terreno plano e próximo ao da área de produção. Com capacidade para armazenar, no mínimo, 500 mil litros de água, tem a vantagem de ser estreito, o que diminui a ação do vento e do sol sobre a água. Isso faz com que a água evapore menos e fique armazenada por mais tempo durante a estiagem.
- Barraginha (Figura 3f): Tem entre dois e três metros de profundidade, com diâmetro entre 12 e 30 metros. É construída no formato de concha ou semicírculo e armazena água da chuva por dois a três meses, possibilitando que o solo permaneça úmido por mais tempo. A sugestão é que as barraginhas sejam sucessivas. Assim, quando uma sangrar, a água abastece a seguinte.
- Cisterna-enxurrada (Figura 3g): Tem capacidade para até 52 mil litros e é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima

da superfície. O terreno é usado como área de captação. Quando chove, a água escorre pela terra e antes de cair para a cisterna passa por duas ou três pequenas caixas decantadoras, dispostas em sequência. Os canos instalados auxiliam o escoamento da água para dentro do reservatório. Com a função de filtrar areia e outros detritos que possam seguir com a água, os decantadores retêm esses resíduos para impedir o acúmulo no fundo da cisterna.

Figura 3 - Fotos ilustrativas das implementações P1+2.

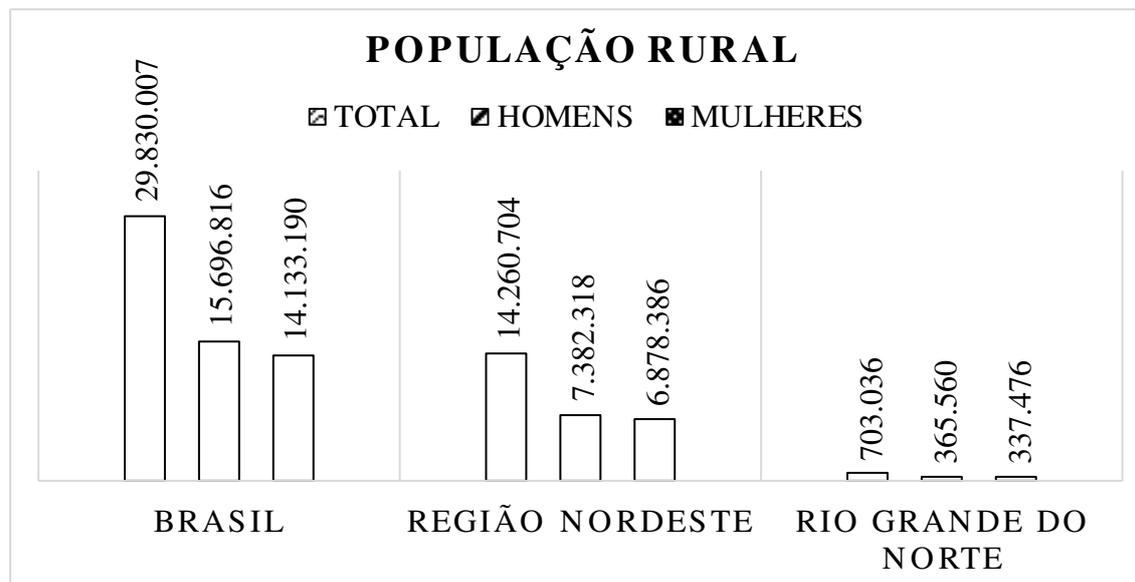


Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2013.

2.3.7 MDA mulheres

As mulheres correspondem a mais da metade da população total brasileira (Gráfico 2), totalizando quase 98 milhões de mulheres na zona urbana e, desse montante quase 15 milhões estão nas áreas rurais conforme Censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Gráfico 2 - População residente em zona rural segundo Censo demográfico 2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

As mulheres rurais têm importante papel na agricultura familiar e camponesa. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares. Além dessa carga de funções, Butto e Dantas (2011) constaram que muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios, e a maioria delas não contam com o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar e camponesa.

Atrelado às questões palpáveis, vem junto um fardo de desigualdade de gênero e geração na zona rural, relatado por Costa e Nunes (2014), tem-se a divisão sexual do trabalho, por meio do qual se dividem tarefas como sendo naturalmente das mulheres e outras dos homens em diferentes espaços. E aos homens ainda são atribuídas maiores responsabilidades no espaço público.

Por isso, organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero. O Governo Federal, em particular o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir das suas atribuições, persegue este desafio com a instituição de políticas públicas para as mulheres, sempre em diálogo

estreito com as protagonistas desta mudança, as trabalhadoras rurais (BUTTO e DANTAS, 2011).

Hoje as mulheres conquistaram espaços que antes não tinham. São donas do próprio destino. Assentada BRILHANTE, I. 42 anos.

O projeto MDA mulheres é desenvolvido através de metodologia participativa e baseado em demandas locais, pois se refere à constatação da marcante diversidade da ruralidade brasileira contemporânea, que é reflexo das distintas relações estabelecidas entre sua população e os recursos naturais, das características edafoclimáticas de seus biomas, da presença notável de uma grande diversidade de atores sociais e de culturas, das diferentes relações que são estabelecidas entre rural e urbano, da trajetória de distintos projetos de desenvolvimento direcionados a essas áreas pelo Estado, bem como dos distintos fluxos e “referenciais globais” que são disseminados por organizações mediadoras (BITTOUN e MIRANDA, 2013; DELGADO, 2013; WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

É por meio de programas formulados por políticas públicas que os bens e serviços públicos são distribuídos ou redistribuídos, em resposta às demandas da comunidade e por fim, permite a observar a minimizar as desigualdades de poder marcadas pela dominação sobre as mulheres. E é justamente este padrão que se visa extinguir através de políticas públicas de gênero, mediante iniciativa do Estado e da Sociedade.

2.3.8 Articulações: conexões naturais entre instituições para fortalecimento popular.

Partindo da acepção de rede (latim *rete*, *is* = “rede ou teia”), originariamente exibe o significado de conjunto entrelaçado de fios, cordas, cordéis, arames, etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas e nós, formando espécie de tecido aberto, destinado às aplicações, na pré-históricas, quer de caça quer de pesca. Analogicamente, trazendo para as realidades sociais, mostra um entrelaçamento de saberes de recursos humanos, naturais e culturais. Logo, as articulações possuem um núcleo semelhante realacionados aos desejos e anseios coletivos.

Por conseguinte, seus principais objetivos são: (1) Fortalecer as parcerias com a área afins na perspectiva da garantia dos direitos e deveres entre gêneros e gerações; (2) Refletir sobre a experiência do trabalho em Redes Sociais; (3) Apresentar os princípios éticos, pedagógicos e metodológicos do trabalho em sistema coletivo; (4) Divulgar as experiências exitosas através de publicações impressas e virtuais; (5) Fortalecer o

paradigma da gestão democrática e participativa, a partir do trabalho inter-setorial e interdisciplinar; (6) Busca de novas articulações entre os atores sociais, diante de questões relacionados à economia, à educação, à política, ao serviço social, à saúde, à justiça, à agroecologia, ao gênero, à geração, à agricultura familiar, em torno do mesmo problema, construção coletiva de proposta de ação em que cada ator social encontrou o seu papel e a sua contribuição efetiva; (7) Propor novas estruturas organizacionais através de parcerias e alianças. Sistema de acordos diplomáticos entre os atores sociais; (8) Veicular as trocas do conhecimento acumulado pela humanidade instantaneamente acessível por qualquer pessoa e em qualquer parte do Planeta.

Baseado nesses objetivos acima citados, a COOPERVIDA está presente a dois processos coletivos em rede, a saber:

- Rede Programa de Assessoria Rural para o Desenvolvimento e a Autonomia do Local - Rede Pardal (Figura 4a): Constituída em 1999, a Rede Programa de Assessoria Rural para o Desenvolvimento e a Autonomia do Local, conhecida por Rede Pardal, no Rio Grande do Norte, e surgiu devido à necessidade de uma ação mais integrada e articulada entre parcerias que possuíam e, reafirmam até hoje, afinidades políticas e institucionais. A rede é composta por dez instituições que assessoram áreas de assentamentos e comunidades rurais no estado, são elas: AACC, Centro Padre Pedro, Centro Terra Viva, Centro Proelo, Ceacru, Coopervida, Techne, CPT, Sertão Verde e Centro Juazeiro. Com uma atuação territorial, nas regiões Oeste e Mato Grande do RN, o objetivo geral da Rede Pardal é prestar assessoria técnica, gerencial e pedagógica às ações populares de desenvolvimento sustentável no RN, visando à expansão e fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de seus atores sociais (CENTRO JUAZEIRO, s.d.). Com a concretização dessa parceria, houve o envolvimento em dois grandes projetos chamados de Semeando agroecologia e Geração de renda e fortalecimento das dinâmicas de economia solidária no semiárido do Estado do Rio Grande do Norte – Balaio.
- Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA (Figura 4b): A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o

projeto político da convivência com o Semiárido. Constituída por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc., ambas atuando com o semiárido brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido referenciado em valores culturais e de justiça social, minimizando a “indústria da seca”. Uma das estratégias utilizadas para a mobilização social é a comunicação popular, assim como processos de sistematização de experiências e de intercâmbio entre as famílias agricultoras, que promovem a construção coletiva do conhecimento (ASA BRASIL, 2016). Para tanto, nesse contexto, a COOPERVIDA atua em diversos projetos com essa articulação, tais como: Programa Um milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Figura 4 - Logomarcas das articulações ao qual a COOPERVIDA participa.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2010.

2.4 ANIVERSÁRIO 15 ANOS

Debutante é a palavra usada para designar a adolescente que completa seus quinze anos de idade. A palavra vem do francês *débutante*, que significa iniciante ou estreante. Com base nesse contexto de maturidade feminina e de seu empoderamento, no dia 21 de novembro de 2014 a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural - COOPERVIDA - completou 15 anos de uma trajetória de muito aprendizado, sempre pautada na valorização dos conhecimentos das famílias camponesas e nas estratégias de convivência com semiárido. São 15 anos lutando pela construção de um

semiárido mais justo e solidário, no qual mulheres e homens possam viver felizes e multiplicar vidas (Figura 5).

Figura 5 - COOPERVIDA: 15 mil Vidas Multiplicadas.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2014.

Para marcar as comemorações dessa data histórica, foram previstas atividades coletivas que compõem o plantio de 15 mil mudas de espécies nativas no decorrer do ano (Figura 6), em comunidades rurais onde foram desenvolvidos projetos pela COOPERVIDA. Essas ações serão embaladas pelo mote: COOPERVIDA 15 Anos: 15 Mil Vidas Multiplicadas. As atividades aconteceram a partir do mês de novembro, envolvendo todos os municípios de atuação da instituição.

Figura 6 - Eventos para o plantio de sementes e logomarca do Projeto 15 mil vidas multiplicadas.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2014.

Para a comemoração dos 15 Anos da COOPERVIDA, produziram-se materiais que foram divulgados ao longo do mês nas redes sociais, em um exercício de relembrar e celebrar as conquistas. A proposta foi que essas ações valorizassem a trajetória e envolvessem agricultores, agricultoras, sócios e demais parceiros da entidade.

2.5 PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL COM APOIO DE CONSULTORIA EXTERNA

O planejamento estratégico de uma entidade é uma metodologia gerencial que se refere à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas e sua evolução esperada. A COOPERVIDA sentiu a necessidade de haver uma avaliação institucional com apoio de consultoria externa, por meio da qual as atividades se desenvolveram de forma participativa, coletiva e dialogada em quatro encontros de três dias cada, afim de que todas

as pessoas envolvidas se sentissem corresponsáveis pelo procedimento, contribuindo efetivamente nas redefinições institucionais e se comprometendo com sua implementação. Assim, cada oficina obteve uma dimensão formativa através da elaboração de "produtos", mas também o aprimoramento dos/as participantes na metodologia de PMAS (planejamento, monitoramento e avaliação). As oficinas se dividiram em:

- Primeira oficina: Avaliação Institucional.
- Segunda oficina: Planejamento Estratégico Institucional e construção do novo Marco Estratégico.
- Terceira oficina: Construção do Plano Operacional Anual de 2015-2016.
- Quarta oficina: Sistematização de Experiências.

Metodologicamente, envolveram-se todas as instâncias da instituição e incluiu, de forma seletiva, representantes das comunidades atendidas, bem como parceiros e instituições amigas. Foram observados fatores internos e externos, recursos humanos e financeiros. Prevendo o futuro da instituição em longo prazo. De uma forma genérica, consistiu em saber o que deve ser executado e de que maneira deve ser executado. Sendo crucial para o sucesso da organização e a responsabilidade na tomada de decisão.

2.5.1 Primeira oficina: Avaliação Institucional

A avaliação institucional da COOPERVIDA foi o resultado de um rico processo participativo, que contou com a construção coletiva de conhecimentos e saberes, assumindo um caráter de oficina e de "reflexão auto-avaliativa". Vale esclarecer que não se tratou de um processo de "avaliação externa", pois não foram realizadas visitas de campo e não se lançou mão de diversos instrumentais avaliativos. Mesmo assim, foi possível alcançar uma "visão diagnóstica" da instituição. Houve a reapropriação dos principais aspectos da identidade institucional, ou seja, buscou-se o resgate histórico, bem como os aportes de debates sobre o "retrato", questões, cenários e desafios.

Na tentativa de montar um "retrato" da instituição, foram apontadas palavras-chaves, lembranças do passado ou questões do presente, conforme a seguir:

- Fortes "laços" entre sócios "internos" e "externos".

- O forte sonho inicial nem sempre contou com apoio suficiente de estrutura e projetos específicos.
- Recentemente convive-se em uma temporada com mais projetos, mas, por outro lado, com menos utopia. Faz-se necessário retomar com força a utopia.
- Tornando-se uma verdadeira "Escola", tanto para seus membros quanto para o público destinatário.
- Percebeu-se uma forte marca de "solidariedade" na caminhada da instituição.
- A COOPERVIDA sempre trabalhou na linha da mobilização do campo.
- A busca de parcerias tem sido sempre uma grande preocupação para garantir êxito por mudanças sociais.
- Alguns conflitos internos poderiam ser vistos como fruto de um insuficiente amadurecimento sobre gestão e sobre prioridades da missão institucional, a partir da identidade da COOPERVIDA enquanto cooperativa.
- A COOPERVIDA tem procurado assumir sempre uma postura humilde - de "igual para igual" - no campo.
- Temas marcantes são parte integrante da história, do trabalho e da identidade, tais como: educação do campo; agroecologia; segurança hídrica; gênero; sindicalismo rural.
- A organização sempre perseguiu a busca de sua própria autonomia.
- O ativismo político foi outra marca ao longa caminhada da instituição.
- A busca de um clima organizacional com boas relações entre as pessoas.
- Houve entradas e saídas de pessoas em sua longa história: isso expressa a continuidade de seu percurso, mas também a inevitável renovação de quadros e sócios que a compõem.

Nesta primeira seção, existiu a construção de uma síntese avaliativa através do Método SWOT como exposto no quadro 1. No desenvolvimento desse método, destacou-se a divisão dos quadrantes em dois ambientes: interno e externo. No ambiente interno, relacionaram-se todos os elementos que dependem exclusivamente da COOPERVIDA. Já no ambiente externo há os elementos que estão fora do controle da organização, sendo algo positivo (oportunidades) ou algo negativo (ameaças).

Então, apesar de tudo aquilo que a gente coloca no plano e muitas vezes o plano é afetado por fatores externos que aquilo que a gente está vivenciando hoje qual a questão de ausência de políticas públicas e de governo em toda essa crise então, claro que prejudica um pouco o planejamento estratégico e precisamos reolhar o planejamento estratégico para readequar a realidade atual. LIRA, R. B. de; Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 31 mai. 2016.

No campo de forças, destacam-se os aspectos internos positivos que propiciam um bom rendimento dos projetos e da cooperativa. Nas fraquezas revelam-se os aspectos internos negativos que acarretam uma diminuição do rendimento dos projetos ou prejuízo em processos operacionais. As oportunidades são elementos externos, ou seja, que não dependem diretamente para entidade para que ocorram. As ameaças são fatores que não estão diretamente no controle da organização e podem impactar negativamente nos projetos.

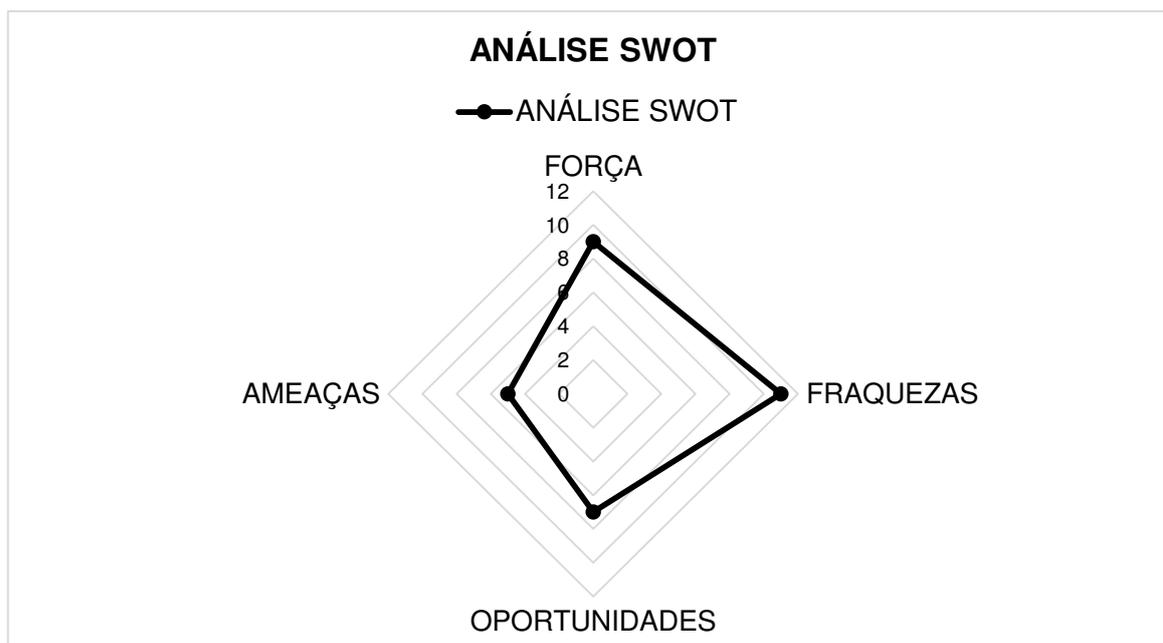
Quadro 1 - Síntese avaliativa - Método SWOT.

		AJUDA	ATRAPALHA
		Forças	Fraquezas
Ambiente interno		<p>Oportunidade de participação para todos/as colaboradores/as; Consolidação do nome/marca, conhecida e reconhecida em espaços de discussão política; Diversidade dos profissionais em suas qualificações. Existência de um conselho consultivo (informal) constituído pelos sócios/as fundadores/as; Boa Estrutura física; Número expressivo de sócios/as; Recursos próprios para sustentabilidade da instituição durante o período de transição entre projetos; Organização da contabilidade da instituição, sendo sistematicamente monitorada; Bons resultados nos processos de auditoria externa.</p>	<p>Insuficiente investimento em projetos na linha agroecológica; Inexistência de autonomia financeira; Falta de investimento em unidades experimentais para torná-las referências em suas áreas; Fragilidade de integração/participação dos sócios/as que prestam serviço (cursos, oficinas) por hora técnica nos programas desenvolvidos pela COOPERVIDA; Falta de profissionais disponíveis para elaboração de projetos; Descontinuidade dos projetos; Falta de formação política e insuficiente qualificação técnica das equipes; Conhecimento insuficiente do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil; Ausência de um sistema de planejamento, monitoramento, avaliação, sistematização – PMAS; Falta de um regimento interno; Insuficiente comunicação institucional,</p>

		interna e externa.
	Oportunidades	Ameaças
Ambiente externo	<p>Amadurecimento dos territórios nas discussões sobre políticas públicas; Reconhecimento pelo território do êxito da atuação da COOPERVIDA; Editais e chamadas públicas para captação de recursos com instituições financiadoras; Possibilidades de parcerias com alguns governos – nas diversas instâncias; Aprovação do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil; Fortalecimento da Economia Solidária no âmbito estadual; Ampliação do debate sobre agroecologia nas universidades e institutos federais.</p>	<p>Avanços da direita e dos setores mais reacionários da política; Crise econômica em nível nacional; Reconfiguração dos territórios nos programas da ASA; Avanço do agronegócio nos territórios da agricultura familiar; Poucas possibilidades de novos financiadores.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 3 - Gráfico radar do Swot.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a realização do levantamento dos fatores internos (forças e fraquezas) e dos fatores externos (oportunidades e ameaças), chegou-se ao momento de intercepção das informações levantadas, criando assim a matriz SWOT (Gráfico 3). Logo, com base no cruzamento de cada fator, avaliaram-se as fraquezas provindas do ambiente externo ainda é que tem maior representatividade dentro da COOPERVIDADE, porém a força e

oportunidade vêm ganhando mais motivação para superar ao que se trata das fraquezas. Sendo por último, as ameaças que tem baixo domínio nos fatores elencados.

Ao final da primeira oficina, foram feitas as considerações finais, onde passou a contar com um referencial avaliativo norteador mais atualizado, para continuar em sua caminhada. Criando condições mais favoráveis para que aconteça, com a disposição de haver nas próximas etapas um salto de qualidade no conjunto das ações institucionais internas e externas, de modo que estas possam cada vez mais impactar na sociedade do RN, principalmente na vida dos segmentos excluídos e vulneráveis da população do campo.

2.5.2 Segunda oficina: Planejamento Estratégico Institucional e construção do novo Marco Estratégico

A partir da visão diagnóstica construída na primeira oficina, foi projetada a visão estratégica com o propósito de que a COOPERVIDA torne-se referência/excelência nos próximos cinco anos, de modo a fazer diferença em sua prática institucional. Por ocasião, através de um debate rico e participativo, resultou na sistematização dos seguintes componentes:

- Missão: prestar serviços de assessoria técnica a agricultores e agricultoras familiares do semiárido brasileiro, com base nos princípios da agroecologia e economia solidária, considerando a cultura local, as relações de gênero e entre gerações, na construção de uma sociedade justa.
- Visão: consolidar-se como referência em assessoria técnica de base agroecológica, com agricultores/as familiares do semiárido brasileiro.
- Valores: respeito, justiça social, transparência, competência profissional, solidariedade, coletividade, equidade de gênero, autonomia dos trabalhadores/as, socialização de informações, controle social de políticas públicas, soberania alimentar e respeito à natureza.
- Principais crenças: (1) Acreditamos na agroecologia como um modo de vida sustentável, que favorece a qualidade de vida dos agricultores/as familiares, utilizando os recursos naturais com respeito à natureza e ao ser humano; (2) Autonomia política, econômica e social dos trabalhadores/as só será

construída a partir de sua auto-organização; (3) Acreditamos que cada gota de autonomia e liberdade das trabalhadoras vem de sua auto-organização; (4) Defendemos a equidade de gênero como condição para uma sociedade justa e igualitária.

- Indicadores (impacto e gestão): A partir dos problemas-desafios - considerados enquanto "situações-problema" - foram projetadas as metas, com seus respectivos Indicadores, isto é, as novas situações que se deseja alcançar até o final do próximo quinquênio de trabalho da COOPERVIDA.

Cada meta tem seus respectivos indicadores de impacto ou de gestão. Esses indicadores de impacto são aqueles que medem o grau de repercussão social da ação da organização e, os indicadores de gestão visam contribuir na verificação da capacidade gerencial da instituição, em vários aspectos: na mobilização de recursos, na formação interna, nas rotinas de PMAS etc. As metas projetadas foram:

- Corpo institucional apropriado acerca da temática da agroecologia.
- Política institucional de captação e mobilização de recursos implementada.
- COOPERVIDA atuando de forma apropriada e qualificada em espaços de discussão e implementação de políticas públicas.
- Equipe técnica qualificada e com formação política para o bom desenvolvimento do trabalho.
- Sistema de PMAS construído, apropriado e implementado com mecanismos de gestão participativa.
- Política de comunicação - interna e externa - implementada, priorizando o público destinatário, com meios de comunicação apropriados.

Ao final da segunda oficina (Figura 7), avaliou-se que o marco Institucional da COOPERVIDA representa seu horizonte estratégico, a ser permanentemente revisitado e implementado. Visão, Missão, Valores e Crenças, bem como Metas e Indicadores, deverão ser a base para uma gestão participativa e competente; deverão, também, nortear programas e projetos, em cada Plano Operacional Anual. Para que dessa forma, na medida em que houver planejamento e replanejamento, monitoramento e avaliação das ações

institucionais, bem como a sistematização de experiências exitosas, será assegurada - ao mesmo tempo - outra importante conquista.

Figura 7 – Segunda oficina com consultoria externa.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2015.

2.5.3 Terceira oficina: Construção do Plano Operacional Anual de 2015-2016

A partir do Marco Estratégico - definido na Segunda Oficina - foi projetado o Primeiro Plano Operacional Anual do novo período. Referimo-nos ao ano de 2016. Este Plano retomou cada meta definida na oficina anterior e detalhou seus necessários desdobramentos operacionais. O produto final do Plano se compõe de dois instrumentos:

- Planilha de resultados: foram definidos os resultados a serem alcançados até o final de 2016, com o detalhamento de ações e atividades, datas e prazos, responsáveis e parceiros e sinalização de previsão orçamentária.
- Planilha do cronograma unificado: refere-se ao cronograma de ações e atividades previstas para 2016, organizadas para o mês a mês. Trata-se de um instrumento prático, útil para o dia a dia da instituição.

Os dois instrumentos têm a finalidade de auxiliar tanto na operacionalização do plano de trabalho de 2016, quanto no monitoramento das ações previstas. Enfim, para que o ano de 2016 começasse num clima institucional favorável, foram definidas algumas estratégias para serem implementadas nos últimos meses de 2015. A POA de 2016 está

sendo de fato um instrumento de apoio e de utilização cotidiana da COOPERVIDA, contribuindo na consolidação institucional e no fortalecimento dos sujeitos sociais (Figura 8).

Figura 8 - Explicações e questionamentos sobre o fortalecimento da COOPERVIDA.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2015.

2.5.4 Quarta oficina: Sistematização de experiências

Durante a quarta oficina, o objetivo geral foi a contribuição para a qualificação da COOPERVIDA em sistematização de experiências. E, como objetivos específicos, teve-se: (1) Proporcionar um espaço de capacitação, de modo a favorecer uma compreensão comum sobre sistematização de experiências, bem como a adoção de cuidados e o uso adequado de instrumentos ou subsídios que assegurem um caminho de aprimoramento efetivo da sistematização de experiências; (2) Produzir Orientações político-metodológicas que se tornem referenciais no processo de sistematização das experiências vivenciadas pela instituição.

Após a abertura - com integração grupal, a oficina se desdobrou em três momentos:

- Primeiro momento: em busca de uma compreensão comum da sistematização de experiências: o consultor externo explanou sobre concepção e métodos de sistematização, destacando orientações acerca de um possível roteiro de sistematização das práticas sociais. Em seguida existiu debate em plenária, para superar dúvidas e aprimorar as sugestões.

- Segundo momento: exercícios coletivos para a aprendizagem de cuidados e do uso adequado de alguns instrumentos de apoio à sistematização de experiências: foi oportunizada a apropriação crítica de alguns instrumentos de apoio à sistematização: a Linha do Tempo; o Mapa Mental ou de Ideias; o Quadro Demonstrativo; a Iconografia; o Mapa Territorial e o Mapa de Perguntas. Para isso, serão constituídos Grupos de Trabalho, que utilizarão, enquanto subsídios: (1) Registros relacionados com três experiências acompanhadas pela COOPERVIDA; (2) Contribuição dada pelo consultor externo por meio da exposição inicial; (3) Textos de apoio metodológico.
- Terceiro momento: para a construção de orientações político-metodológicas por meio de uma dinâmica de construção coletiva – passando por consensos gradativamente mais amplos - serão elaboradas Orientações político-metodológicas - de caráter estratégico e operacional - que auxiliarão no estabelecimento de referenciais comuns, para o processo de sistematização das experiências acumuladas pela entidade.

Ao final da oficina, foi feito um momento de descontração permitindo entre os membros da equipe uma conexão ampla e coletiva (Figura 9). Foram feitos encaminhamentos finais para a concretização de todos os pontos debatidos coletivamente.

Figura 9 - Confraternização de finalização das oficinas com consultoria externa.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2015.

REFERÊNCIAS

ASA BRASIL; **Sobre nós: nossa história.** Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em 17 de jun. de 2016.

ASA BRASIL; **Ações – Cisternas nas escolas.** 2016. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas#metodologia-cisternas-nas-escolas>>. Acesso em 16 de mai. de 2016.

ASA BRASIL; **Programa Um Milhão de Cisternas: P1MC.** 2016 a. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria_img>. Acesso em 16 de mai. de 2016.

ASA BRASIL; **Programa Uma Terra e Duas Águas: P1+2.** 2016b. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em 16 de mai. de 2016.

ASSIS, T. R. de P.; Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Universidade Federal de Lavras (UFLV) **R. Pol. Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p. 179-189, 2012.

AZEVEDO, M. A.; JALFIM, F. T.; BLACKBURN, R. M.; A experiência do Projeto Dom Hélder Câmara no apoio à educação contextualizada: o caso do território do Sertão dos Inhamuns-CE. **Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013; Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 8, n. 2, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL; **FAQ: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** 2015. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#12> Acesso em 15 de mai. de 2016.

BENINCA, D.; ALMEIDA, A. A.; **Ceb's: nos trilhos da inclusão libertadora.** São Paulo: Paulus Editora, 2006.

BITTOUN, J.; MIRANDA, L.; **Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil:** implicações para as políticas públicas. Produto P4 B: Proposta de Tipologia: Versão Final. Brasília: IICA, 2013. (Relatório de Pesquisa) Programa de Combate à Pobreza Rural II (PCPR II).

BRACERAS, F. M. (Org.). **Gestão do desenvolvimento local:** experiências exitosas no Rio Grande do Norte. Natal: IICA, 2004.

BRACERAS, F. M. MATOSFILHO, J; MENESES S.F.; FAGUNDES, L.M.; OLIVEIRA L.S. A Experiência do PCR no Rio Grande do Norte. In: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura/ Projeto de Cooperação Técnica. **Relatório de Implementação** (1997 – 2002). Natal, 2005.

BUTTO, A.; DANTAS, A.; **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural ORG's – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 192 p. 2011.

CARMO FILHO, F. do; ESPÍNOLA SOBRINHO, J.; MAIA NETO, J.M. Dados climatológicos de Mossoró: um município semiárido nordestino. **Coleção Mossoroense**, série C, 30. Mossoró: ESAM, 1991, 121p.

CENTRO JUAZEIRO; **Rede Pardal.** Disponível em <<http://centrojuazeiro.blogspot.com.br/p/fotos-quilombola.html>>. Acesso em 03 de jun.de 2016.

CONDINI, M.; **DOM HÉLDER CÂMARA: MODELO DE ESPERANÇA NA CAMINHADA PARA A PAZ E JUSTIÇA SOCIAL** Mestrado em Ciências da Religião Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo 2004 Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-02-07T13:14:52Z-2642/Publico/Martinho%20Condini.pdf>. Acesso em 18 de mai. de 2016.

COOPERVIDA; **Currículo da COOPERVIDA,** s.d.; Brasil Disponível em <<http://www.coopervidarn.org.br/curriculo.php>> Acesso em 17 de out. de 2015.

COSTA, M. M. M. da; NUNES, J. B. A.; **Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo:** Uma caminhada em busca da cidadania. XI seminário internacional de demandas sociais e políticas na sociedade contemporânea e VII mostra de trabalhos jurídicos científicos. Programa de pós-graduação em direito, Santa Cruz do Sul, RS, 2014.

DELGADO, G.C.; **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003.** In: DELGADO, G. C. Questões Sociais e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Tecnologías sociales en Brasil:** Una nueva asociación para la FAO. Disponível em:< <http://www.fao.org/partnerships/news-article/es/c/198709/>> Acesso em: 14 out. 2013.

FETAPE. **Ano de luta e de mobilizações por melhores condições de vida no campo.** Informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAP, 2007.

FONSECA, M. T. L. da; **A extensão Rural no Brasil.** Um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1984.

FORBELONI, J. V.; **Políticas Públicas de Economia Solidária:** uma avaliação do PCPRII na Microrregião de Angicos do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2014. 219 f. : il. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FROTA, L. S. A.; **Documentação oral e temática da seca.** Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

GONÇALVES, H. V. B.; RIOS, M. L.; CARVALHO, A. J. A. de; Avaliação do manejo de agroecossistemas familiares atendidos pelo programa P1+2 na comunidade Inácio João,

Município de Caém, Bahia. **Enciclopédia biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, N.16; p. 2013.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

HERNÁNDEZ, M.J & GUZMÁN, G.C. Agroecología y Agricultura Ecológica. Aportes y Sinergias para incrementar la Sustentabilidad Agraria. **Revista Agroecología**, Espanha: Universidade de Murcia, v.6, p. 55-62, 2011.

LUNA, L.; BARBALHO, N.; **Coronel dono do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/Pró Memória, 1983.

MACÊDO, A. C. S.; GOIS, M. N. de; **Reuniões territoriais com conselhos gestores do projeto de combate à pobreza rural de Sergipe (PCPR – 2a FASE) – estratégia de participação social e atendimento pela demanda**. V Congresso CONSAD de Gestão pública. Painel 09/031: Desafios da gestão Inter federativa. Brasília/DF, 2012.

MDA; **ATES**: Assessoria Técnica, social e ambiental. Manual Operacional. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Aprovado pelo Norma de Execução INCRA/DD/Nº78, de 31 de out. de 2008.

MENEZES, F. P. D.; MIRANDA, J. R. da S.; Um olhar ético e moral nas ações extensionistas **Revista de C. Humanas**, Vol. 11, Nº 1, p. 139-150, 2011.

MOREIRA, A. F. B.; VEIGA NETO, A.; MACEDO, E. F. de; LOPES, J. de S. M.; SANTOS, L. L. de C. P.; CORAZZA, S. M.; **Currículo: Questões atuais**. Capinas, SP: Papyrus, 1997. – 14ª Edição, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

OLIVEIRA, C. H. de; **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 156 p. (Coleção FGV Prática). 2000.

OTTERLOO, A. [et al.] Rede de Tecnologias Sociais, **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. - Brasília/DF. p. 8. 2009.

PONTES, E. T.; A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido: O Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais; **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 14-21, 2013.

PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA: **Investindo no Ser Humano**: Transformando o Semiárido, s.d. Disponível em <<http://www.projetodomhelder.gov.br/site/o-projeto-domhelder.html>>. Acesso em 18 de mai. de 2016.

SACHS, I.; **Rede de tecnologias sociais**. Videoconferência – Economista Ignacy Sachs – Parte 1. 2013. Disponível em <<http://www.rts.org.br/multimedia/videos/videoconferencia-2013-economistaignacy-sachs-parte-1>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

SANTOS, J. de L.; O desenvolvimento local sustentável como ideologia do protagonismo social. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 60-68, ISSN: 1982-3878. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>. 2012.

SANTOS, R.; ROZENDO. C.; Rupturas e continuidades do sistema de Produção Agroecológica Integrado E Sustentável-Pais Em Macaíba, RN. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 20, p. 305-332, 2015.

SARTOR, M. J.; CAMARA, M. R. G. da; NASCIMENTO, S. P. do; SATO, E. T.; Contribuição do PRONAF para o crescimento das economias locais: Uma análise para o Brasil e Regiões. **Economia & Região**, Londrina(Pr), v.2, n.1, p.7-27. 2014.

SEBRAE; **Cartilha PAIS: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável**. Brasília, 3ª Ed. p1 - 54. 2013.

SEBRAE; **Manual/documento referencial – Versão 2.0 – para orientar os Estados (SEBRAE/UF) na elaboração das propostas e projetos na disseminação da “Tecnologia PAIS” em todo o território brasileiro**. P. 1-23. 2012.

SIQUEIRA, E. da C.; A experiência do Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2 na comunidade Barro Branco II no Município de São José da Lagoa Tapada, Paraíba. **Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 7, No. 2, 2012.**

WANDERLEI, M. N. B.; FAVARETO, A.; **A singularidade do rural brasileiro: as implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas**. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, DF: IICA, v. 21. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável), p. 413-464. 2013.

XAVIER, T. B. S.; **Estudos Climáticos e de previsão para o Ceará e Nordeste Setentrional**. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

CAPÍTULO III

POSSIBILIDADES TÉCNICAS E METODOLOGIA UTILIZADA, DESAFIOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Resumo_

Este trabalho tem como objetivo realizar o estudo de caso sobre a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte. Optou-se pelo estudo de caso em virtude da relevância do tema e o tipo de atividade da instituição, uma vez que a entidade trabalha uma postura socioambiental, cultural e econômica muito voltada para a agricultura familiar de base agroecológica e orgânica, o que implica numa consciência sustentável. Justificando assim que a escolha da Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural - COOPERVIDA não se deu ao acaso e, sua homogeneidade étnica sempre articularam aspectos importantes, como o fortalecimento de uma cultura de trabalho coletivo. Bem como análise das alternativas de convivência da cooperativa com a agricultura familiar e suas vertentes a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda para os/as camponeses/as. A metodologia utilizada foi o estudo de caso através de duas fases, uma exploratória e outra de análises de dados. Na primeira, houve o resgate no acervo documental, atas, contratos de projetos, registros fotográficos e, para corroborar com essas informações, foram realizadas entrevistas com auxílio de questionário norteador. O grupo de perguntas dependia de acordo com a função exercida de cada sócio ou membro. A segunda fase trouxe os resultados dos projetos executados e foram avaliados os quantitativos numéricos dos mesmos. As ações desenvolvidas pela cooperativa têm importância no fortalecimento da agricultura familiar, na economia solidária e nos processos de empoderamento das famílias, contribuindo com a geração de oportunidades de trabalho e renda no campo e, conseqüentemente, a redução do êxodo rural. Através da análise dos dados, conclui-se que a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - atendeu a 65.565 agricultores/as, 25 municípios do Rio Grande do Norte, em sete projetos com ações pautadas no campo da agroecologia, agricultura familiar, geração e gênero. Logo pode ser considerada como de suma importância para o setor. Na questão dos desafios, foi visto que a escassez em capacitação técnico-profissional e a situação financeira são as dificuldades que requerem maiores cuidados, visto que foi citado por 14 entrevistados, já a via de acesso às comunidades não é um fator alarmante, foi citado apenas por um dos entrevistados.

Palavras chave: Estudo de caso. Resgate histórico. Análise qualitativa. Respostas quantitativas.

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção são abordados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para se obter respostas aos objetivos gerais e específicos delimitados neste estudo. Para atingir os objetivos pretendidos, foi realizada uma análise quanto-qualitativa, considerando que essa abordagem é indicada para analisar a interação entre pesquisador e sujeitos, facilitando a compreensão do contexto como proposto no objeto de estudo (WHETTEN e GODFREY, 1998).

Optou-se pelo estudo de caso em virtude da relevância do tema e o tipo de atividade da instituição (YIN, 2005), considerada importante na construção da identidade e consciência sustentável, por se relacionar à agricultura familiar e também pelo fato da entidade estar preocupada com as posturas socioambientais. A coleta dos dados foi desenvolvida utilizando entrevistas em profundidade, baseadas em roteiro semiestruturado com sócios fundadores, sócios/as, membros e agricultores/as que tenham algum vínculo com a instituição.

Como é típico a esse modelo de questionário, buscou-se ir além dos questionamentos às experiências vividas pelos cooperados. Durante as entrevistas, conforme surgia a necessidade, era feito um aprofundamento/ampliação nos questionamentos para melhor compreensão e aferência do relato. As entrevistas foram previamente marcadas e em ambiente tranquilo e com pouco ruído externo, uma vez que todas foram gravadas para posterior análise e documentação. Para complementar a análise dos relatos, houve também a construção de um portfólio documental, constituído do acervo/arquivo da própria cooperativa configurando-se em fontes de evidências para o presente estudo.

A instituição analisada é a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - e o período estudado foi da sua criação em 1999 à atualidade, constituído do ano 2015, totalizando assim quinze anos de resgate histórico-institucional. A análise se estende também a outros documentos de instituições ligadas direta e indiretamente à organização, disponibilizados por contatos na sede da entidade.

Escolheu-se a COOPERVIDA para esta pesquisa devido à acessibilidade às fontes documentais, bem como, aos sócios e membros terem se colocado à disposição para o estudo, pois o mesmo vinha a corroborar com a instituição, à medida que forneceria subsídios para conhecer e formular um diagnóstico estratégico e encontrar soluções para

alguns problemas. Desse modo, pode-se dizer que as investigações possibilitaram descobertas importantes para a entidade.

Finalmente, os dados foram estudados por meio da análise documental e de conteúdo. Os documentos pesquisados para a conclusão desse estudo de caso foram: atas, registros fotográficos, listas de presença, reportagens e publicações que valorizavam e divulgavam as ações protagonizadas pela instituição, registrando a atuação dos profissionais e da entidade na execução de seus projetos junto às comunidades e cooperados.

Diante do exposto, objetivou-se estudar e descrever as possibilidades técnicas e metodologia utilizada, desafios, resultados, sua posterior discussão e conclusões.

2 POSSIBILIDADES TÉCNICAS E METODOLOGIA UTILIZADA

Nesta seção são informados quais procedimentos metodológicos foram utilizados para alcançar respostas aos objetivos gerais e específicos delimitados neste estudo. Portanto, o presente trabalho inseriu-se na perspectiva quanto-qualitativa. Sobre isso, Campomar (1991) afirma que as possíveis inferências não são estatísticas e procura-se fazer análises em profundidade, obtendo-se até as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse (CAMPOMAR, 1991, p. 96).

Baseado nesse contexto, para o âmbito qualitativo, foram usadas técnicas próprias da investigação tais como a leitura das atas, relatórios, entrevistas com perguntas norteadoras e observação dos fatos. A utilização destes diferentes instrumentos constitui uma forma de obtenção de dados de diferentes tipos, os quais proporcionam a possibilidade de cruzamento de informações. Vieira (2005 apud LUDKE e ANDRÉ 1986) descreve as análises qualitativas como sendo caracterizadas por serem essencialmente descritivas, utilizando, com frequência, transcrições de entrevistas e de depoimentos e citações, que permitam corroborar em resultados e oferecer alguns pontos de vista. Assim sendo, tal postura vai além da formulação de perguntas abertas. Nas palavras de Mayring (2002):

Nem estruturas teóricas e hipóteses, nem procedimentos metodológicos devem impedir a visão de aspectos essenciais do objeto [de pesquisa]. Ao mesmo tempo, enfatiza, que apesar da abertura exigida, os métodos são sujeitos a um controle contínuo (...) Os passos da pesquisa precisam ser explicitados, ser documentados e seguir regras fundamentadas.

O princípio da abertura se traduz para Flick et al. (2000) no fato de a pesquisa qualitativa ser caracterizada por:

Um espectro de métodos e técnicas, adaptados ao caso específico, ao invés de um método padronizado único. Ressaltam, assim, que o método deve se adequar ao objeto de estudo.

Para o quantitativo, tomou-se como base o resumo de atividades em tabelas e quadros acompanhados de descrição e comparações de citações de artigos, teses, livros e relatórios. Não passando pelo procedimento estatístico-cientificista desse tipo de pesquisa. Para tal, Günther (2006) afirma que, na pesquisa quantitativa, tenta-se obter um controle máximo sobre o contexto, inclusive produzindo ambientes artificiais com o objetivo de

reduzir ou eliminar a interferência de variáveis consideradas irrelevantes, posto o contexto do estudo. Entre as variáveis irrelevantes e potencialmente interferentes, incluem-se tanto atributos do pesquisador, por exemplo, seus valores; quanto variáveis contextuais ou atributos do objeto de estudo que “não interessam” naquele momento da pesquisa.

Optou-se pelo estudo de caso em virtude da relevância do tema e o tipo de atividade da instituição (YIN, 2005), uma vez que a entidade trabalha numa perspectiva socioambiental, cultural e econômica muito voltada para a agricultura familiar de base agroecológica e orgânica. Isso implica numa consciência sustentável, justificando assim que a escolha da Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural - COOPERVIDA não se deu ao acaso, uma vez que sua homogeneidade étnica sempre articularam aspectos importantes, como o fortalecimento da cultura de trabalho coletivo.

Logo, estudo de caso pode definir-se como o exame de um fenômeno específico, tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição, ou um grupo social (MERRIAN, 1988); ou então, como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real de vida, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são absolutamente evidentes (YIN, 1994). Por outro lado, Bell (1989) define o estudo de caso como um termo guarda-chuva para uma família de métodos de pesquisa cuja principal preocupação é a interação entre fatores e eventos.

Qualquer uma destas definições considera que a especificação do estudo de caso é a natureza singular do objeto de incidência da investigação e não o seu modo operatório (STAKE, 1998). Aquilo que o diferencia de outros desenhos ou formatos metodológicos é o fato de se situar numa unidade - ou sistema integrado (STAKE, 1995a) - que se visa conhecer na sua globalidade: pessoa, acontecimento ou organização. Assim, Miles e Huberman (1994) propõem a seguinte tipologia de estudos de caso: estudos de definição espacial, que incidem sobre indivíduos, papéis sociais, pequenos grupos, organizações, comunidades ou contextos ou em nações; e estudos de definição temporal, que incidem em episódios ou situações, acontecimentos ou períodos limitados de tempo.

Portanto, o presente trabalho terá a abordagem metodológica em um estudo de caso concernente à primeira tipologia, a fim de compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos de uma instituição; e referente a um período de tempo delimitado (quinze anos), conformando-se assim à segunda tipologia.

Porém, a primazia e a perspectiva metodológica de todo o arcabouço que fundamentou teoricamente esse estudo é a que está presente na teoria proposta por Coutinho e Chaves (2002).

2.1 FASE EXPLORATÓRIA

Com a existência imensurável de dados, recurso escasso não é a informação e sim a necessidade constante de conhecer e dar atenção à informação correta (CHOO, 2006). Para tanto, Porto e Magalhães, (2014) inteiram que a gestão da informação inclui o planejamento dos processos de organização e recuperação da informação, atendendo as necessidades de informação para tomada de decisão nos mais variados contextos. O planejamento dos processos de organização e recuperação da informação é composto pelo levantamento das necessidades, dimensionamento e execução das ações incluindo pessoas, processos e tecnologias necessárias à sua implementação.

O resgate planejado das informações do acervo da COOPERVIDA se deu através das seguintes etapas:

- Reunião com cinco membros e sócios da entidade por cerca de duas horas para analisar os projetos que teriam relevância a referida pesquisa. Neste momento foram invocados os pontos necessários e substanciais, tais como: (1) Projetos executados pela organização; (2) Projetos em que houve participação da instituição com o papel de parceria; (3) Recursos humanos e materiais para investigação das informações e (4) Verificação do período dos projetos para enquadramento no recorte temporal deste trabalho.
- Identificação dos tipos de materiais adequados a serem utilizados para a exploração, separando-os nas categorias eventos e projetos.
- Relação dos possíveis locais de investigação em acervo virtual e físico na instituição. Na ocasião, foi verificada, também, as condições de armazenamento inerentes ao acervo e preservação dos artigos, documentos, fotos, relatórios, jornais, notas e diagnósticos de campo.

Para este estudo de caso, foi empregado, como uma das fontes de dados, o acervo da COOPERVIDA, o trabalho com o mesmo buscou basear-se em Lancaster (1993) que afirma ser a recuperação de informação o processo de pesquisar uma coleção de

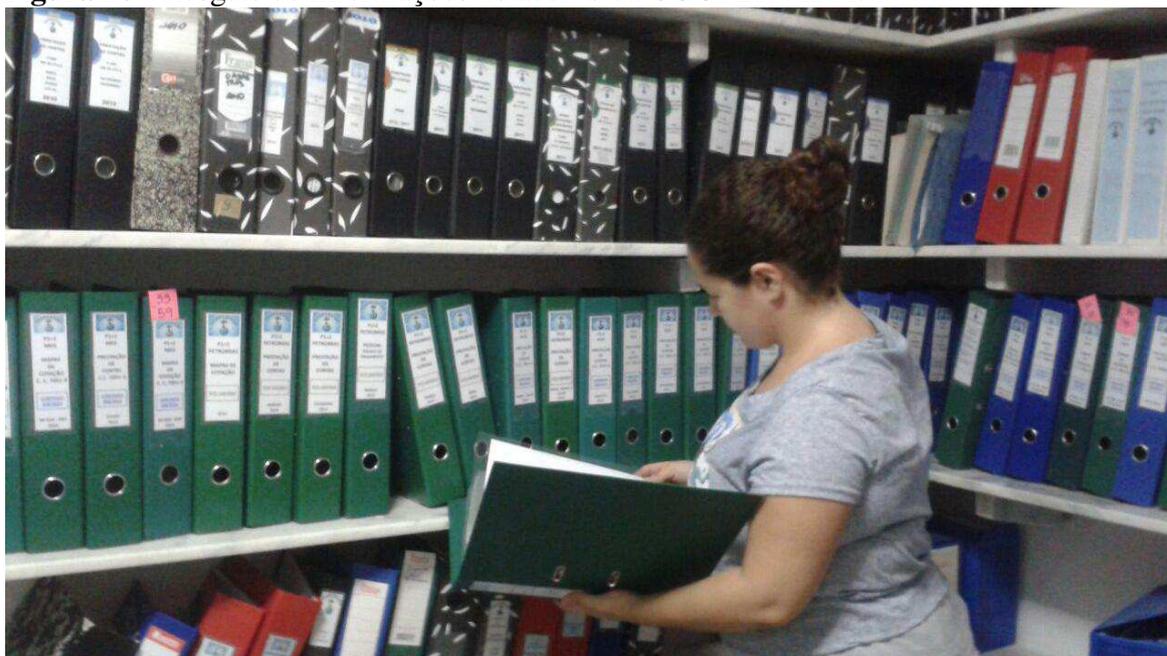
documentos a fim de identificar aqueles documentos que tratam de um determinado assunto. Qualquer sistema destinado a facilitar essa atividade de busca de informação pode ser legitimamente chamado de sistema de recuperação de informação.

O sistema de informação da COOPERVIDA é composto por dados e registros que servem de suporte a qualquer decisão da mesma, permitindo que esta tenha regularmente informação a todos os níveis de gestão. Por essa via está em acordo com o que Baeza e Ribeiro-Neto (2011) dizem ser o objetivo chave de um sistema de recuperação da informação é recuperar todos os itens que sejam relevantes a uma consulta do usuário, além de recuperar o mínimo possível de itens que não sejam relevantes.

Para o alcance do objetivo chave, no entanto é necessária a articulação de objetivos específicos, sendo estes: (1) Fornecer dados organizados; (2) Ajudar quem toma as decisões em qualquer instância na organização; (3) Definir metas dentro dos projetos, coordenadores/as e setor financeiro; (4) Melhorar na execução dos projetos ao ponto de reduzir custos e retrabalho; (5) Expandir a entidade a um novo nível institucional de detecção de excelentes oportunidades concomitante a seu crescimento.

A pesquisa documental (Figura 10) constou do plano de coleta de dados com auxílio de uma ficha para extração das informações (Apêndice A). O material coletado e analisado foi utilizado para corroborar evidências, acrescentar informações essenciais e históricas ao estudo.

Figura 10 - Resgate de informações no acervo da COOPERVIDA.



Fonte: Anna Catarina Costa de Paiva, 2016.

Partindo do pressuposto que nem sempre os documentos relatam de fato a realidade e desafios vividos, foram feitas entrevistas equiparadas a uma conversa, visto que o processo não é rígido e nem com sequenciamento de perguntas.

André (2013) afirma que no estudo de caso qualitativo, que objetiva revelar os significados atribuídos pelos participantes ao caso investigado, a entrevista é utilizada uma das vias principais. Stake (1995b) fornece boas sugestões sobre como conduzir a entrevista.

Antes de tudo, ele alerta que, se a entrevista não for muito bem planejada de antemão, pode não atingir seu objetivo. Fazer perguntas e ouvir é muito fácil, afirma Stake (1995a), mas fazer uma boa entrevista não é nada fácil. Segundo ele, o pesquisador deve elaborar um roteiro baseado nas questões ou pontos críticos, que podem ser mostrados ao respondente, acompanhados do esclarecimento de que não se busca resposta do tipo sim e não, mas posicionamentos pessoais, julgamentos, explicações.

A atuação da COOPERVIDA no Estado do Rio Grande do Norte mostra que é possível desenvolver uma atividade produtiva segura e sem uso de agroquímicos. Fazendo com que o homem e mulher do campo se empodere e consiga passar esse fortalecimento para os jovens. MEDEIROS, M. M. de; Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 09 abr. 2016.

No que corrobora a declaração:

A COOPERVIDA revela uma atuação de trazer o/a camponês/a para uma sustentabilidade reforçada. Mostrando um modelo de agricultura viável. CUNHA, L. M. M.; Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 09 abr. 2016.

Pré-testar a entrevista numa situação similar à real deve ser uma rotina. No desenrolar da entrevista, o pesquisador tem que se preocupar em ouvir, talvez tomar notas, mas, sobretudo, manter o controle da situação, centrando-se nas questões básicas, pedindo esclarecimentos, sempre que necessário. É importante que o pesquisador faça o relato da entrevista o mais próximo possível de sua ocorrência, para que não perca detalhes importantes. O bom entrevistador consegue não só refazer os depoimentos, mas submete o seu relato ao respondente, acrescenta Stake (1995a).

As entrevistas foram realizadas através de um questionário semiestruturado com perguntas norteadoras para responder o objetivo de estudar a importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte. As questões

elaboradas (Apêndice B) para atender ao propósito deste estudo foram direcionadas de acordo com o perfil e as funções exercidas pelos/as sócios/as: a) Sócios/as fundadores/as; b) Coordenadores/as administrativos e financeiros; c) Demais sócios/as e membros/as e d) Comunicador/a popular.

Por conseguinte, as entrevistas tiveram uma duração média de 30 minutos, em que o entrevistado/a fez uma leitura prévia das perguntas e, no decorrer da mesma, houve a indagação por parte do entrevistador para abordar ao máximo as informações.

Para não haver perda de relatos, a todos os momentos procederam-se gravações através do Aplicativo Gravador de voz *Audio Recorder*. Este aplicativo de voz é adquirido de forma gratuita através de *download* em *smartphone*. O motivo pelo qual o mesmo foi escolhido se deu em decorrência de se poder usar como editor de voz, em virtude da qualidade na gravação e, principalmente, por não ter limite de tempo nas gravações.

A transcrição de material verbal pode tomar as mais variadas formas. A maneira mais detalhada é a transcrição literal e fiel de um relato gravado, com a inclusão de sinais indicando entonações, sotaques, regionalismo e “erros” de fala (GÜNTHER, 2006). Por ocasião, a transcrição das gravações se deu apenas com o entrevistador e o manuseio do *notebook* com acesso à *internet*. Cada entrevista teve tempo médio de uma hora nesta etapa. Foi utilizado o Programa *Speechnotes*, um bloco de notas habilitado para fala, disponível gratuitamente e *online* para qualquer usuário. Selecionado por ser uma tecnologia simples, de fácil manipulação e ágil na transformação da voz em texto.

No intuito de contribuir para a presente pesquisa, os/as entrevistados/as autorizaram o uso do material gravado de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Todos/as os/as entrevistados/as exercem e/ou desempenharam papéis estratégicos dentro da cooperativa ao longo dos quinze anos de existência e história.

Por fim, as observações, segundo Stake (1995), dirigem o pesquisador para a compreensão do caso. É preciso fazer um registro muito detalhado e claro dos eventos de modo a fornecer uma descrição incontestável que sirva para futuras análises e para o relatório final.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Levando em consideração que a pesquisa qualitativa gera um volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos, seguiu-se a recomendação de vários autores (BERELSON, 1952; GEORGE, 1959; HOLSTI, 1969; KRIPPENDORFF, 1980) concebem a análise de conteúdo como uma técnica de redução de um grande volume de material num conjunto de categorias de conteúdo. Propõem que o material seja examinado e que a informação nela contida seja fragmentada em termos de ocorrência ou categorias, frequentemente pré-especificadas. Recomendam que todo o material seja classificado de acordo com essas categorias e que sejam de classificação, em termos de sua objetividade e confiabilidade.

Para as análises das entrevistas, foram selecionados trechos de acordo com três categorias: (1) Inserção de novos sócios à COOPERVIDA; (2) Importância da COOPERVIDA para agricultura familiar; (3) Sentimento perpetuado ao ver a concretização do projeto que foi trabalhado.

Conseqüentemente, esse tipo de apresentação do texto das entrevistas acarretou na minimização de material. Assim como é recomendado nos procedimentos para a análise de conteúdo na abordagem de Mayring (2002). A seleção dos trechos e atribuição dos mesmos a referida categoria partiu dos elementos e procedimentos da análise global de Legewie (1994).

Quadro 2 - Inserção de novos sócios à COOPERVIDA.

TÉCNICA DE CAMPO	INSTRUTOR	ANIMADOR DE CAMPO
“Conheci a COOPERVIDA logo após a conclusão do curso de Agronomia através do professor da disciplina de Agroecologia. Por ter tido vivência em práticas agroecológicas.”	“Conheci a COOPERVIDA por meio da divulgação dos projetos atendidos por ela e também quando fiz um curso de capacitação ministrado profissional capacitado.”	“Através das atividades desenvolvidas com os agricultores familiares no município de Apodi.”

Fonte: Dados da pesquisa.

Como visto no quadro 2, todos os entrevistados informaram que passaram a conhecer a entidade por meio das atividades realizadas no Estado do Rio Grande do Norte. Ressalte-se a inserção de novos sócios em virtude da vivência em práticas agroecológicas

como forma de afinidade ao terceiro setor que desenvolve ações nas comunidades rurais em processo de transição ou de experiência exitosa agroecológica.

Quadro 3 - Importância da COOPERVIDA para agricultura familiar.

TÉCNICO DE CAMPO	FACILITADOR	TÉCNICA DE CAMPO
“Facilitar o acesso das famílias aos benefícios sociais oferecidos pelos parceiros Governo Estadual e Federal.”	“A COOPERVIDA tem uma grande importância para a agricultura familiar, por meio dela pequenos produtores conseguem se envolver em projetos sociais, receber esses projetos na comunidade sem tanta burocracia, tendo em vista que essa parte mais burocrática fica por parte da cooperativa e ela também luta para que os projetos aconteçam. Pois conhece a realidade de sua região.”	“Entidades como a COOPERVIDA contribuem eminentemente para a expansão e o fortalecimento da Agricultura Familiar principalmente através de ações de incentivo e de assessoria aos processos de transição agroecológica. Saliento ainda o relevante papel da COOPERVIDA no empoderamento dos jovens e das mulheres do campo através da implementação de projetos específicos.”

Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro acima, encontramos informações a respeito da importância da COOPERVIDA na agricultura familiar. É perceptível a característica de que a entidade é uma ponte para possibilidade de alcance aos programas e políticas públicas ofertadas por parceiros e financiadores. Por isso, por conjectura, as famílias rurais potiguares podem ter melhoria na qualidade de vida baseada principalmente em visitas técnicas, capacitações e intercâmbios norteados por princípios agroecológicos, assegurando às famílias agricultoras não apenas uma produção pautada na sustentabilidade, mas também a sua soberania alimentar e o fortalecimento da economia solidária, visto que estas atividades abrangem não apenas o processo produtivo mas também noções sobre beneficiamento e comercialização dos excedentes produzidos. Desmistificando a ideia de que o camponês/a é desinformado e sem noção de mercado.

Quadro 4 - Sentimento perpetuado ao ver a concretização do projeto que foi trabalhado.

SÓCIO	TÉCNICA DE CAMPO	MEMBRO
“De dever cumprido, sempre me dediquei ao máximo para fazer um bom trabalho. Terminei com a sensação de	“Os resultados gradativamente observados nos traziam uma grande sensação de satisfação por conseguir contemplar os	“Sentimento de gratidão e dever cumprido, principalmente ao ver aquelas pessoas muitas vezes carente se sentindo

satisfação por ver a alegria dos agricultores ao receber algo que eles não conseguiriam construir por meios próprios, mas que era essencial para sua sobrevivência.”	agricultores como protagonistas de suas histórias, tendo uma relação harmoniosa com o meio em que vivem e entre si.”	realizadas com a chegada do projeto, renova a nossa esperança e a deles também.”
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

As declarações apontadas no quadro 4 relatam um sentimento de que as atividades foram desempenhadas com esmero e de que as famílias que, antes padeciam com a ausência de bens considerados básicos, passaram a usufruir de água potável e de uma alimentação saudável e equilibrada como fruto de seu suor, além de uma fonte de manutenção para as suas famílias que resultava, muitas vezes, em um notável aumento na autoestima e na realização pessoal dessas pessoas.

À medida que os dados qualitativos foram coletados, houve o aperfeiçoamento dos mesmos, com o objetivo de chegar a uma compreensão abrangente dos fenômenos, basicamente através de uma forma de conhecimento lógico, objetivo e sistemático. Vale ressaltar que os dados quantitativos serviam como complemento aos qualitativos. Conforme Cervo (1983), a análise tabular e descritiva permite relatar as características de uma população ou fenômeno específico sem manipulá-lo, ou seja, sem a interferência do pesquisador. Procura descobrir, com exatidão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, suas características e sua natureza.

A análise está presente nas várias fases da pesquisa, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados. Entretanto, desde o início do estudo, são usados procedimentos analíticos, quando se procura verificar a pertinência das questões selecionadas diante das características específicas da situação estudada e são tomadas decisões sobre áreas a serem mais exploradas, aspectos que merecem mais atenção e outros que podem ser descartados. Essas escolhas decorrem de um confronto entre os fundamentos do estudo e o que se apreende no desenrolar da pesquisa, num movimento constante que perdura até o final do relatório (GÜNTHER, 2006).

A fase mais formal de análise tem lugar quando a coleta de dados está praticamente concluída. O primeiro passo é organizar todo o material coletado, separando-o em diferentes arquivos, segundo o tipo de instrumento ou a fonte de coleta ou arrumando-o em ordem cronológica. O passo seguinte é a leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias analíticas.

Esse trabalho deverá resultar num conjunto inicial de categorias que serão reexaminadas e modificadas num momento subsequente, em que aspectos comuns serão reunidos, pontos de destaque separados e realizadas novas combinações ou desmembramentos (GÜNTHER, 2006). A variedade de técnicas de análise de dados corresponde à variedade de coleta, embora não exista uma relação direta entre as duas.

No livro de Bauer e Gaskell (2000/2002) há oito capítulos apresentando enfoques analíticos para textos, imagens e sons. À medida que os recortes de cunho metodológico-analíticos variam. Camic et al. (2003) e Denzin e Lincoln (1994) apresentam vários capítulos sobre análise de dados qualitativos. Soma-se a esta diversidade o uso cada vez mais intenso de recursos computacionais na área.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL – FASE II– PCPR II

O Projeto de Redução da Pobreza Rural – PCPR, projeto resultante de Acordo de Empréstimo firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Mundial – foi uma política pública focada na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento local sustentável, com a participação ativa dos atores sociais e das comunidades locais, mediante a provisão de bens e serviços sociais básicos de infraestrutura. Na época, a Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES - vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habilitação e da Assistência Social – SETHAS - era o órgão executor dos Projetos no Estado.

Alicerçou o processo de autonomia aos conselhos municipais e associações rurais, ao qual foi visto a precisão de serem mais democráticos, participativos e inovadores, através de ações contínuas e de fortalecimento da gestão descentralizada e compartilhada, cujo caminho trilhado foi passar por ações de sensibilização, qualificação e formação dos atores locais e organizações comunitárias para exaltar o poder local e ampliação do controle social.

De antemão, foi feita uma análise detalhada sobre o nível de organização social existente nos 165 (cento e sessenta e cinco) municípios que participaram do PCPR II Fase 2, a COPES identificou a necessidade de fortalecer as ações em 118 (cento e dezoito) desses municípios. Mas, por ocasião, a Cooperativa de assessoria e serviços múltiplos ao desenvolvimento rural – COOPERVIDA – trabalhou suas atividades nos municípios da

Região Central, a qual era composta por 18 municípios, a saber: Baraúnas, Ipanguaçu, Pedra Preta, Pedro Avelino, Santana do Matos, Upanema, Fernando Pedrosa, Itajá, Serra do Mel, Tibau, Alto do Rodrigues, Governador Dix-Sept Rosado, Pendências, Porto do Mangue, Areia Branca, Carnaubais, Assú e São Rafael.

Logo, Macêdo e Gois (2012) no artigo Reuniões territoriais com conselhos gestores do projeto de combate à pobreza rural de Sergipe (PCPR – 2a FASE) – estratégia de participação social e atendimento pela demanda chegaram ao resultado que no PCPR II fase II teve participação de 71 municípios da área de abrangência do Projeto. Por essa via, observa-se que o valor é superior aos dados da referida pesquisa. Essa superioridade hipoteticamente é devida à situação do período de atuação ter sido maior para o estado de Sergipe, pois o trabalho desenvolvido perdurou de 2009 à março de 2012, muito diferente do convênio exercido pela COOPERVIDA que foi de julho de 2009 à dezembro do mesmo ano.

O objetivo geral foi a prestação de serviços de consultoria – pessoa jurídica – para apoiar a Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES - no fortalecimento da gestão descentralizada e no controle social do PCPR II Fase 2, por meio de mobilizações, sensibilizações, capacitações dos atores locais e das organizações comunitárias. Os objetivos específicos foram:

- Mobilização e Sensibilização dos Conselhos Municipais e organizações comunitárias que participaram do processo de gestão descentralizada e controle social do PCPR II Fase 2.
- Capacitações de atores locais e organizações comunitárias que participaram do PCPR II Fase 2 em temas relacionados ao desenvolvimento local sustentável.

Para alcançar os objetivos, a metodologia aplicada foi estrategicamente realizada em duas etapas, onde a primeira correspondia a um modo de mobilização e sensibilização das organizações comunitárias com participação ativa na gestão e controle social do projeto. A carga horária das reuniões eram de 6 (seis) horas.

A segunda etapa correspondeu na condução de capacitações dos atores locais e organizações comunitárias, realizou 6 (seis) oficinas regionais contendo 3 (três) módulos cada, sendo 02 (duas) oficinas para cada módulo, com carga horária total de 40 (quarenta) horas. Cada oficina tinha em média de 50 participantes. Temáticas debatidas abaixo:

Quadro 5 - Módulos e temáticas abordadas nas oficinas o PCPR Fase 2 – COOPERVIDA.

MÓDULO	TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA
MÓDULO I	Gestão Associativa; Políticas públicas e Controle Social.	16 horas
MÓDULO II	Gestão ambiental; Relação de Gênero, Geração e Etnia em Programas e projetos sociais.	16 horas
MÓDULO III	Economia solidárias e acesso a Mercados.	8 horas

Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhos desenvolvidos expressaram produtos complementares:

- Cronograma de atividades e material didático utilizados na capacitação (Figura 11).
- Lista de participantes das oficinas, com documentos de identificação, assinatura.
- Registo fotográfico.
- Relatórios das atividades realizadas, contendo a lista de participantes das oficinas e registro fotográfico.
- Sistematização das oficinas e análise das atividades desenvolvidas contendo desempenho dos instrutores/facilitadores, resultados alcançados e desdobramentos e/ou encaminhamentos de acordo com os objetivos.

Figura 11 - Cronograma extraído do Termo de contratação do PCPR II Fase 2.

Tabela I - Cronograma de Atividades

ATIVIDADES	MESES					
	1	2	3	4	5	6
1. Apresentação do Cronograma de atividades e material didático a ser utilizado na capacitação	X					
2. Sensibilização e Mobilização dos atores locais e organizações comunitárias nos municípios	X	X				
3. Capacitação - Módulo I (02 oficinas regionais)			X			
4. Capacitação - Módulo II (02 oficinas regionais)				X		
5. Capacitação - Módulo III (02 oficinas regionais)					X	
6. Sistematização das oficinas e entrega do Relatório Final						X

Fonte: Termo de referência – contrato, 2009.

Para que o trabalho fosse desempenhado e os objetivos fossem alcançados, a equipe de Sensibilização era composta por 01 (um) coordenador geral/facilitador e 01 (um) facilitador, ambos tinham experiência em metodologias participativas, mobilização e sensibilização em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Já a equipe de capacitação era composta por 01 (um) coordenador geral e 02 (dois) facilitadores, ambos com experiência em metodologias participativas, formação, qualificação e capacitação de atores sociais e organizações comunitárias nos temas citados anteriormente.

Os relatórios foram emitidos em português, assinados e encadernados em 01 (uma) cópia impressa e 01 (uma) cópia em meio eletrônico. Os recursos financeiros foram liberados de acordo com a entrega dos produtos previstos e relatórios abaixo identificados:

- Relatório 1: Relatório contendo o cronograma das atividades propostas e material didático utilizado nas oficinas.
- Relatório 2: Relatório contendo a síntese das oficinas de sensibilização e mobilização dos atores locais e organizações comunitárias para participação ativa no processo de gestão e controle social do PCPR II Fase 2, nos municípios identificados na região Central, contendo lista de presença dos participantes, dados, assinatura e registro fotográfico.
- Relatório 3: Relatório contendo a síntese das 06 (seis) oficinas de capacitação realizadas na região Central, contendo lista de presença dos participantes, dados, assinatura e registro fotográfico.
- Relatório 4: Relatório final contendo a sistematização e análise das atividades desenvolvidas e apresentando os resultados alcançados.

Quadro 6 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – FASE II– PCPR II.

ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2009	720 famílias em Baraúnas, Ipanguaçu, Pedra Preta, Pedro Avelino, Santana do Matos, Upanema, Fernando Pedrosa, Tibau, Alto do Rodrigues, Governador Dix-Sept Rosado, Pendências, Porto do Mangue, Itajá, Serra do Mel, Areia Branca, Assú, São Rafael e Carnaubais /RN	720
TOTAL		720

Fonte: Dados da pesquisa.

Levando em conta os dados do quadro 3, houve a participação do projeto com 720 famílias beneficiárias pela COOPERVIDA. Já Figueiredo, Saraiva Júnior e Figueiredo (2016) na obra Política de combate dos efeitos da Seca no Semiárido Potiguar: o caso de Riacho do Sangue em Macaíba/RN, 2002-2010 informaram que no estudo na comunidade de Riacho do Sangue além de participar do PCPR I e II, reúne o segundo maior número de famílias beneficiadas no município de Macaíba: 230 na segunda fase do programa. Sendo esse valor inferior à referida pesquisa. Essa inferioridade se deve, provavelmente, ao fato de os autores terem trabalhado o projeto em apenas um município, deixando evidente a discrepância numérica.

Barros e Barreto Filho (2014) em Economia solidária em Portalegre - RN: as experiências do programa de apoio ao pequeno produtor rural - PAPP e programa de combate à pobreza rural – PCPR relataram que o número de famílias associadas a esses projetos é de 508, totalizando um número de 884 pessoas associadas no município, sendo supostamente inferior ao trabalhado pela COOPERVIDA, isso em virtude do baixo processo de politização dos agricultores familiares, pois a fase de mobilização foi executada por um grupo de voluntários. Por conseguinte, esse valor é inferior à pesquisa em questão, mostrando também a disparidade de números.

3.2 PROJETO DOM HELDER CÂMARA – PDHC

Os contratos de prestação de serviços técnicos celebrou a Unidade Gerencial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Helder Câmara junto com a Cooperativa de assessoria e serviços múltiplos ao desenvolvimento rural – COOPERVIDA. A atuação da entidade foi em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Rurais de Agricultura Familiar no território Sertão do Apodi/RN, município de Apodi/RN. Foram atendidas pelo PDHC de forma direta o total de 2.251 famílias durante o período de 2003 a 2013.

De imediato, Santana (2006) desenvolveu a pesquisa A experiência do Projeto Dom Helder Câmara, com unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-rede em assentamentos e pequenas comunidades rurais do semiárido nordestino e anunciou que no total participaram do projeto 17 grupos, constituídos de 175 famílias, resultando num total de 850 famílias beneficiadas. Atingindo valor inferior à referida pesquisa. Essa

inferioridade se deve eventualmente por existir 17 unidades demonstrativas em cinco estados da região Nordeste que implantaram a atividade no setor pesqueiro. Mostrando a desarmonia de valores.

Porém, Gurgel e Oliveira (2015), no trabalho Os impactos na renda das famílias da comunidade de Sombras Grandes e Milagres: o caso do Projeto Dom Helder Câmara, relatam que a atuação direta está focada em 60 áreas de Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Rurais de Agricultura Familiar, atendendo aproximadamente 2.466 famílias. Portanto, sendo valor superior à pesquisa descrita. Essa elevação se deve presumivelmente pela questão do número de áreas trabalhadas serem mais elevadas permitindo a diferença dos valores quando comparados.

A grande essência do Projeto esteve em desenvolver uma proposta de Assessoria Técnica, diferenciada e multidisciplinar concebida como uma ação contínua, sistêmica, pautada pelas demandas, interesses e necessidades das famílias beneficiárias e referendada também em posicionamento técnico que se baseia nos princípios da agroecologia (Figura 12).

Figura 12 - Atividades de capacitação sobre a convivência com o Semiárido de forma sustentável.



Fonte: Acervo COOPERVIDA.

A assessoria técnica foi executada e composta por técnicos capacitados para atender as demandas locais e realizar junto com as famílias as ações constantes dos contratos anuais firmados, tais como desenvolvimento das linhas de gênero (Figura 13), geração, organização social e produtiva (culturas de sequeiro, apicultura, caprinocultura, avicultura), ambas as questões de acordo com a demanda local levantada pelas famílias em um planejamento anual.

Figura 13 - Trabalho de gênero e geração no Sítio do Góis - Apodi/RN.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2011.

Ao longo desses 10 anos de atuação, a COOPERVIDA buscou parceiros para o melhor desenvolvimento e execução dos objetivos acima citados, promovendo com maturidade a organização e a união da agricultura familiar com igualdades de direitos e deveres, superação das dificuldades e a geração de benefícios.

Para que houvesse a sequência nas atividades, ocorreu a necessidade de a equipe ter sua permanência na assessoria técnica às famílias beneficiadas (Figura 14), a fim de garantir o trabalho e os acréscimos trazidos com as vertentes do PDHC. Os resultados alcançados com a produção dependeram da forma de visualizar a natureza e respeitar o meio ambiente, bem como a comunidade e o entorno, assegurando e envolvendo as gerações futuras.

Figura 14 - Assistência técnica com Zootecnista capacitada para o manejo caprino de aptidão mista no Projeto de Assentamento Tabuleiro Grande - Apodi/RN.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2011.

O objetivo geral do PDHC junto a COOPERVIDA foi a implementação dos programas e ações planejadas em conjunto com a UGP/PDHC, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento humano-integrado-sustentável nas áreas de assentamentos da reforma agrária e comunidades de agricultura familiar.

Os objetivos específicos: (1) Difundir conhecimentos e práticas de convivências com o semiárido através de capacitações em agricultura orgânica, da implantação de unidades demonstrativas de manejo silvopastoril, de prática em arborização de agrovila, de cursos em tecnologias apropriadas e de cursos de educação ambiental para jovens; (2) Fortalecer práticas e organizações democráticas e solidárias através de capacitações e preparação para implantação e bancos de sementes comunitários; (3) Ampliar o acesso aos serviços básicos de infraestrutura e crédito através da elaboração de proposta de educação de jovens e adultos; (4) Ampliar a capacidade tecnológica e de gestão dos agentes produtivos através de consultoria especializada em apicultura, de cursos sobre o potencial das plantas medicinais locais com implantação de farmácia viva, de cursos sobre caprinocultura com aquisição de reprodutores, de oficinas sobre sanidade e técnicas de vacinação em caprinocultura, de cursos de hortas orgânicas e cursos de criação de galinha caipira com aquisição de kits para unidades demonstrativas; (5) Reduzir as desigualdades de gênero, geração e étnica através de intercâmbio com experiências de unidades produtivas de mulheres, capacitações em gênero e agroecologia e oficinas de teatro popular para jovens.

As ações desenvolvidas e executadas foram:

- Capacitações e preparação para implantação de bancos de sementes comunitários.
- Capacitações em agricultura orgânica; práticas em arborização de agrovila.
- Consultoria especializada em apicultura.
- Curso de criação de galinha caipira com aquisição de dois kits para as unidades demonstrativas.
- Curso de educação ambiental para jovens (agentes multiplicadores).
- Curso sobre caprinocultura, com aquisição de quatro reprodutores.
- Curso sobre o potencial das plantas medicinais locais, com implantação de farmácia viva.
- Cursos de horta orgânica.
- Cursos em tecnologias apropriadas.
- Encontro de jovens trabalhadores/as rurais.
- Implantação unidades demonstrativas de manejo silvopastoril.
- Intercâmbio com experiências de unidades produtivas de mulheres; capacitação em gênero e agroecologia.
- Oficina de teatro popular.
- Oficina para elaboração de uma proposta de educação de jovens e adultos.
- Oficinas sobre sanidades e técnicas de vacinação em caprinocultura.

Para a Consultoria especializada em apicultura, as atividades desenvolvidas tiveram: um aperfeiçoamento em apicultura para 25 técnicos e capacitação de 425 apicultores no processo produtivo do mel, voltado para a qualidade e diversidade de produtos e comercialização do entreposto, intercâmbios e seminário territorial de apicultura. Os cursos foram realizados nos seguintes municípios: Apodi (Figura 15), Governador Dix-Sept Rosado, Felipe Guerra, Caraúbas, Umarizal, Paraú, Triunfo Potiguar, Rafael Godeiro, Olho d'água do Borges, Patu, Messias Targino, Janduís, Campo Grande, Itaú, Severiano Melo e Rodolfo Fernandes. O desempenho de todas essas ações foi de dezembro de 2005 a abril de 2007, tendo, portanto, um aditivo de tempo de contrapartida com três meses.

Figura 15 - Unidade de beneficiamento de mel e Caixas produtivas para mel em vegetação nativa.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2014.

Todas as ações tinham as evidências em documentos comprobatórios, a cada etapa cumprida observando sempre o cronograma do plano de trabalho; eram emitidos relatórios e os recursos financeiros eram recebidos mediante a comprovação do recebimento do objeto e objetos específicos acima descritos, acompanhada da apresentação de notas fiscais devidamente atestadas pela área competente.

Quadro 7 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC.

ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2003	60 famílias em P.A. Sítio do Góis– Apodi/RN	150
	60 famílias em P.A. Tabuleiro Grande– Apodi/RN	
	20 famílias em P.A. Moaci Lucena– Apodi/RN	
	10 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2004	60 famílias em P.A. Sítio do Góis– Apodi/RN	150
	60 famílias em P.A. Tabuleiro Grande– Apodi/RN	
	20 famílias em P.A. Moaci Lucena– Apodi/RN	
	10 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2005	78 famílias em P.A. Sítio do Góis– Apodi/RN	205
	82 famílias em P.A. Tabuleiro Grande– Apodi/RN	
	27 famílias em P.A. Moaci Lucena– Apodi/RN	
	18 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2006	78 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	205
	82 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	27 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	18 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2007	78 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	205
	82 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	

	27 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	18 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2008	72 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	220
	76 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	27 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	16 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
	29 famílias em Comunidade Sítio do Góis – Apodi/RN	
2009	72 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	220
	76 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	27 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	16 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
	29 famílias em Comunidade Sítio do Góis – Apodi/RN	
2010	72 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	220
	76 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	27 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	16 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
	29 famílias em Comunidade Sítio do Góis – Apodi/RN	
2011	72 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	220
	76 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	27 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	16 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2012	100 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	228
	87 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	26 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	15 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
2013	100 famílias em P.A. Sítio do Góis – Apodi/RN	228
	87 famílias em P.A. Tabuleiro Grande – Apodi/RN	
	26 famílias em P.A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	15 famílias em P.A. Vila Nova – Apodi/RN	
TOTAL		2.251

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - veio como uma forma de inclusão de projetos para geração de renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Podiam ser destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

A Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - desempenhou a atuação do PRONAF, nas cidades de Upanema, Apodi, Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado e Ponta do mel do Estado do Rio Grande do Norte. Atuando com experiência, um dos principais impactos foi o de permitir que os

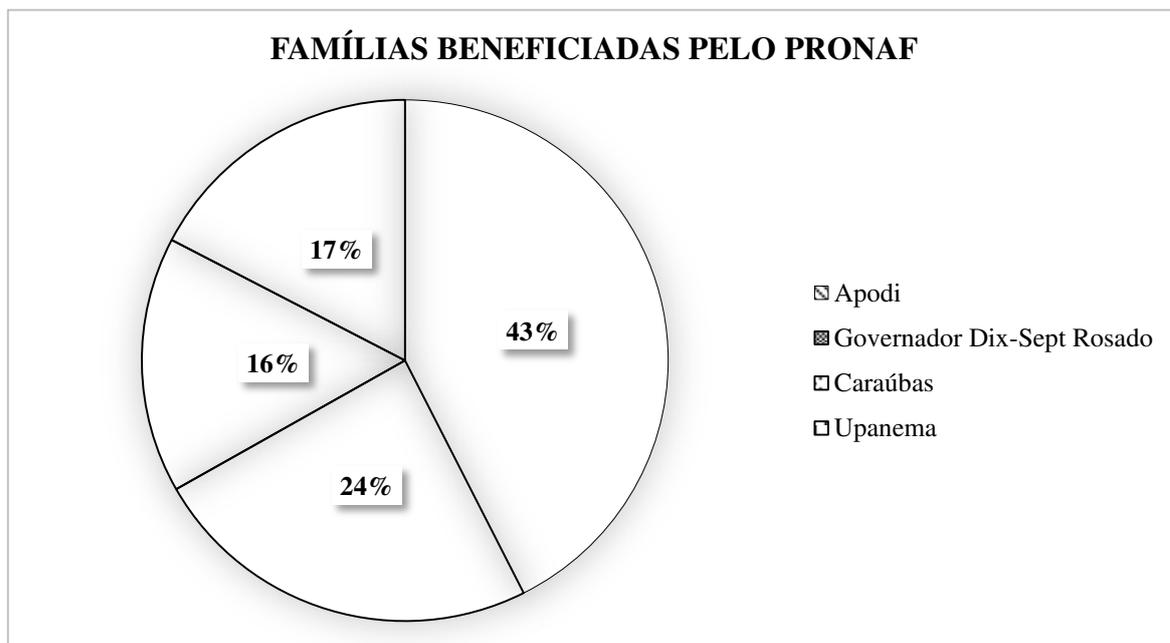
agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas, tais como a aquisição de carroças; ampliação/reforma de cerca; sementes de milho sequeiro, sorgo forrageiro (*Sorghum bicolor*) e/ou leucena (*Leucaena leucocephala*), matrizes e reprodutores (bovino, caprino e ovino); animais de serviço; raleamento da mata nativa; construção de aprisco, compras de equipamentos e ferramentas ; entre outros.

Como material devolutivo dos resultados, a entidade juntamente com os técnicos tinham que escrever três relatórios de assessoria empresarial e técnica; três laudos de assessoria empresarial e técnica; Controle de desembolso. Por ocasião do início da tramitação no banco, apresenta-se carteira de identidade e CPF dos beneficiários, ATA, estatuto, planta baixa da associação da comunidade rural.

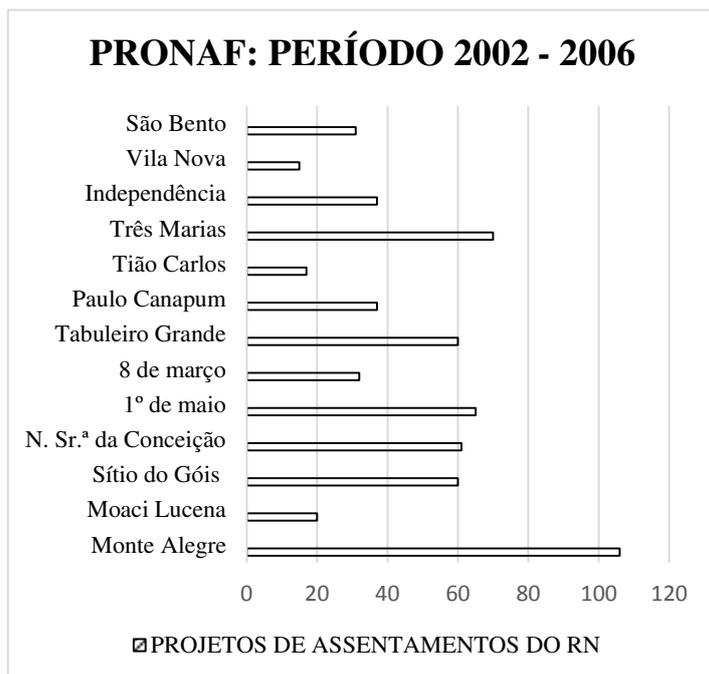
Quadro 8 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2002 - 2006	106 famílias em P.A. Monte Alegre - Upanema/RN	611
	20 famílias em P.A. Moaci Lucena - Apodi/RN	
	60 famílias em P.A. Sítio do Góis - Apodi/RN	
	61 famílias em P.A. Nossa Senhora da Conceição - Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	65 famílias em P.A. 1º de maio - Caraúbas/RN	
	32 famílias em P.A. 8 de março - Caraúbas/RN	
	60 famílias em P.A. Tabuleiro Grande - Apodi/RN	
	37 famílias em P.A. Paulo Canapum - Apodi/RN	
	17 famílias em P.A. Tião Carlos – Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	70 famílias em P.A. Três Marias – Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	37 famílias em P.A. Independência - Apodi/RN	
	15 famílias em P.A. Vila Nova - Apodi/RN	
	31 famílias em P.A São Bento – Apodi/RN	
TOTAL		611

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 4 - Quantificação nos municípios e anos de acesso ao programa PRONAF.

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 5 - Atuação da COOPERVIDA pelo PRONAF nos P. A. no Rio Grande do Norte.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela percepção do gráfico 4 pode-se notar que dentre os 611 (seiscentos e onze) famílias que acessaram ao PRONAF, 43% foram em Apodi, 16% em Caraúbas, 24% em Governador Dix-Sept Rosado e 17% em Upanema. O gráfico 5 mostra que o P. A. Monte Alegre apresentou a maior quantidade ingressante ao projeto, em contra mão disso, o P. A. Tião Carlos apresentou a menor entrada.

Essa implicação é muito provável, apesar de a legislação ora criada estabelecer benefícios diferenciados para os agricultores familiares, os quais não tinham o mesmo acesso ao crédito que os agricultores pertencentes ao setor mais competitivo da agropecuária brasileira (agronegócio). De certa forma, o crédito rural contribuiu para aumentar a concentração de renda no campo e vários são os fatores que contribuíram para o surgimento de uma política pública que atendesse definitivamente as necessidades do agricultor familiar, dentre eles é importante destacar três: (1) a constituição promulgada em

1988 cria instrumentos para que as demandas sociais reprimidas durante o período militar sejam atendidas; (2) o Projeto de Cooperação FAO-INCRA em sua primeira versão datada de 1994, onde a agricultura familiar foi quantificada e caracterizada dando respaldo técnico para a futura criação do PRONAF; e (3) em 1993 a partir da liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de outros movimentos sociais, o governo é convencido a criar uma política agrícola especialmente voltada ao agricultor familiar (SILVA, 2006) elucidado por SERRATO et al., (2010) no Acesso dos agricultores ao PRONAF no estado do Paraná: uma análise do período 2000 a 2007.

3.4 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS - P1MC

O presente contrato teve por objetivo e finalidade a construção de cisternas de placas e capacitação em gerenciamento de recursos hídricos em comunidade rurais e projetos de assentamentos do Estado do Rio Grande do Norte. A Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA participou de convênios assinados para esse projeto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em outros termos com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido – AP1MC e, já teve parceria com a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN – AACC/RN.

Para a efetivação da construção da cisterna de placas com capacidade de armazenamento de 16 mil litros e serviços prestados, todos os requisitos foram obedecidos criteriosamente, pois se observou os critérios de qualidade técnica, metas, etapas, cronograma, estratégia de ação, prazos e custos previstos no plano de trabalho.

Primeiramente, são vistos os critérios para que uma família se enquadre como beneficiária do programa P1MC, logo a COOPERVIDA teve cuidado em analisá-los, isso com o intuito de assegurar o direito à água para consumo humano (beber e cozinhar). Esse perfil compatível obedecia a alguns dos seguintes critérios:

- Residir na zona rural.
- Estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, CadÚnico, do Governo Federal.
- Apresentar renda familiar per capita de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais.

- Possuir atendimento precário por outra fonte hídrica que comprometa a quantidade e a qualidade necessárias para o consumo humano.
- Residir em local coberto com telhado adequado. Não podendo ser telha de amianto.
- Não ter sido beneficiária pelo mesmo programa ou similar.
- Mulheres chefes de família.
- Famílias com número elevado número de crianças frequentando a escola.
- Conter pessoas com necessidades educacionais especiais.
- Famílias com pessoas maiores de 60 anos de idade.

Para isso, Guilherme (2006) em Relatório de Avaliação de Programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água reforçou o objetivo de uniformizar as análises e de facilitar a comunicação entre os membros da equipe de auditoria e outros colaboradores e especialistas. Sendo esse um fato de ratificação do desempenho para averiguação por parte da COOPERVIDA, sendo, portanto, uma conjunção esse fato.

Após a seleção e cadastramento das famílias beneficiadas, teve a etapa de capacitação, por meio da qual buscou-se a difusão da tecnologia da cisterna de placas de cimento pré-moldadas. Com isso, dentro do projeto houve alguns treinamentos, tais como: Capacitação em Gerenciamento de recursos hídricos - GRH e a Capacitação para novos cisterneiros. O caráter social estava presente no sentido de desenvolver ações de convivência com o semiárido, buscando sempre o desenvolvimento local.

A capacitação dos beneficiários em GRH (Figura 16a) era parte essencial para o sucesso do projeto. Essa experiência foi executada com grupos de famílias nas comunidades, com duração de 3 (três) dias de envolvimento da comunidade rural, com a devida orientação e conscientização ofertadas pelo facilitador (instrutor), afim de garantir a adequada utilização das cisternas e a maximização dos benefícios delas decorrentes. As temáticas eram diversas e adaptadas à realidade local e cada famílias beneficiária recebeu material para multiplicar o conhecimento em suas residências.

As capacitações de pedreiros/cisterneiros foram oferecidas para homens e mulheres que tinham aptidão ou interesse em seguir carreira como cisterneiro. Estes cursos procediam em duas etapas. A primeira composta por aulas teóricas, momento em que demonstravam-se os processos e técnicas de construção das cisternas, com carga horária de 16 horas. Estas aulas foram oferecidas nas sedes municipais, em dois dias. Uma segunda

etapa de capacitação ocorreu com a supervisão do instrutor, juntamente com o mobilizador, para cada cisterneiro em atividade, em que se pode constatar o grau de conhecimento e habilidade dos novos cisterneiros na prática e esclarecidas as dúvidas técnicas e operacionais. O objetivo do curso é estabelecer um padrão unificado de atuação dos profissionais responsáveis pela construção dentro da entidade. Garantindo assim a qualidade da obra, evitando falhas na construção e evitando comprometer a qualidade da cisterna de placas (Figura 16b).

Figura 16 – Processos de capacitações em que envolve às famílias beneficiárias ao P1MC, GRH e aula prática para novos cisterneiros.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2013.

Após a seleção de famílias, cadastramento no sistema, iniciava o momento de construção, que era composto pelas fases: Escolha, preparação do terreno e escavação do buraco; Confeção das placas para paredes e cobertura das cisternas; Nivelamento do contra piso e levantamento das paredes; Reboco externo e colocação das vigas; Reboco interno da cisterna e colocação da cobertura; Construção das calhas e colocação dos canos. Deixando claro que o passo a passo não foi rígido, levou-se em consideração a rotina familiar e método participativo-constutivo do cisterneiro. Por fim, as cisternas foram pintadas com tinta cal cor branca e identificadas com placa numerada.

A entrega da cisterna foi consolidada com o registro fotográfico (Figura 17) e com a assinatura do Termo de Recebimento. Neste termo contém informações das famílias, dados de georreferenciamento da cisterna, foto e assinatura do responsável pela cisterna.

Figura 17 - Registros fotográficos de algumas famílias após o recebimento da Cisterna de placas de 16 mil litros de água do PIMC.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2010.

Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água, volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem que pode chegar a oito meses dependendo do consumo da família. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva que cai no telhado da casa e escoar para a cisterna através das calhas.

Quadro 9 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - PIMC.

ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2003	121 famílias em Apodi e Governador Dix-Sept Rosado/RN	121
2004	17 famílias em P. A. São Bento – Apodi/RN	318
	28 famílias em P. A. Nossa Senhora da Conceição em Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	33 famílias em P. A. Três Marias em Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	32 famílias em P. A. 8 de março – Caraúbas/RN	
	64 famílias em P. A. 1º de maio – Caraúbas/RN	
	100 famílias em P. A. Monte Alegre I – Upanema/RN	

	44 famílias em P. A. Monte Alegre II – Upanema/RN	
2005	41 famílias em Ponta do mel/RN	259
	21 famílias em Morro Pintado/RN	
	25 famílias em Upanema/RN	
	05 famílias em Redonda/RN	
	30 famílias em Paraíso/RN	
	27 famílias em São José/RN	
	12 famílias em Freire/RN	
	32 famílias em Casquinha/RN	
	64 famílias em Serra Vermelha/RN	
	02 famílias em Golinha/RN	
2006	60 famílias em Apodi/RN	232
	60 famílias em Governador Dix-Sept Rosado /RN	
	35 famílias em Baraúna/RN	
	77 famílias em Upanema/RN	
2007	468 famílias em Apodi; Gov.Dix-Sept Rosado; Campo Grande e Upanema /RN	468
2008	137 famílias em Mossoró/RN	270
	78 famílias em São Rafael/RN	
	55 famílias em Porto do Mangue/RN	
2009	177 famílias em Carnaubais/RN	375
	95 famílias em Assú/RN	
	33 famílias em Itajá/RN	
	70 famílias em Paraú/RN	
2010	48 famílias em Tibau/RN	706
	212 famílias em Mossoró/RN	
	234 famílias em Assú/RN	
	8 famílias em Porto do Mangue/RN	
	204 famílias em Areia Branca/RN	
2011	150 famílias em Carnaubais/RN	720
	75 famílias em Porto do Mangue/RN	
	150 famílias em Areia Branca/RN	
	287 famílias em Mossoró/RN	
	50 famílias em Serra do Mel/RN	
	75 famílias em São Rafael/RN	
2012	202 famílias em Areia Branca/RN	295
	93 famílias em Porto do Mangue/RN	
2013	754 famílias em Mossoró/RN	754
2014	1.188 famílias em Mossoró/RN	1.319
	33 famílias em Baraúna/RN	
	78 famílias em Porto do Mangue/RN	
TOTAL		5.837

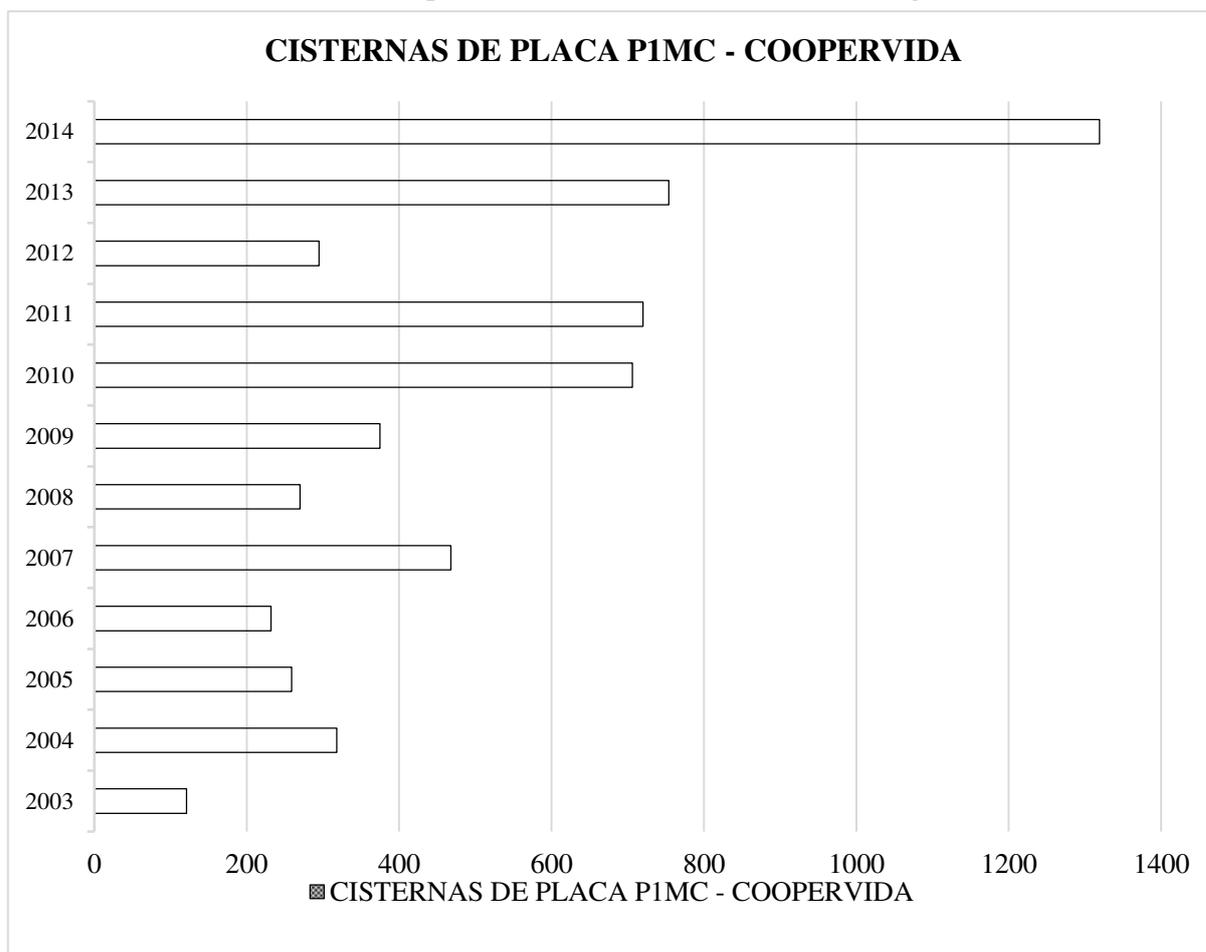
Fonte: Dados da pesquisa.

Durante todo o período de 2003 a 2014 de cumprimento do P1MC, a COOPERVIDA atuou em todas as atividades para que o projeto venha a se concretizar até

obter os resultados acordados em Termo de Referência contratual. Além do mais, as 5.837 famílias beneficiárias puderam acessar a política pública em suas comunidades.

Fazendo um cálculo simples, mensurando a capacidade hídrica de cada cisterna com 16 mil litros multiplicados por 5.837 cisternas concluídas, tem-se o quantitativo de 93392.000 litros de água para consumo humano (beber e cozinhar). Atualmente 584.246 cisternas rurais construídas até 2016. Sendo a assim, a COOPERVIDA participa com cerca de 2% no total construído em todo o semiárido brasileiro.

Gráfico 6 - Cisternas concluídas pela entidade durante 13 anos de atuação.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em meio de 5.837 cisternas de placas com capacidade de 16 mil litros durante o período de 13 anos de construção, o ano de 2014 foi o que apresentou maior número de acessos ao projeto, isso ocorreu devido maior liberação financeira por parte dos financiadores e por haver maior conscientização da importância do projeto para a agricultura familiar. Em oposição a essa questão, o ano de 2003 foi o que apresentou

menor quantitativo, muito provavelmente por ter sido o primeiro ano e por inexperiência da equipe com o mesmo. Em 2010, 2011 e 2013 foram os anos que apontaram uma quantificação equivalente.

3.5 PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA – ATES

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES-, implantado na época pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - teve como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Essa união priorizou fazer com que os assentamentos se tornassem unidades de produção mais estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

O objetivo geral desse projeto foi garantir a execução do serviço de ATES nos Projetos de Assentamentos do Rio Grande do Norte, em áreas de atuação da Cooperativa de Assessoria e Serviços múltiplos ao Desenvolvimento Rural - COOPERVIDA, a partir dos princípios da agroecologia e da economia solidária, visando torná-las unidades estruturadas e inseridas social, política e economicamente no âmbito municipal e regional. Para alcançar o objetivo geral dos serviços de ATES, os objetivos específicos foram trabalhados a partir das seguintes metas e ações:

A COOPERVIDA atuou como ATES no período de 2005 até 2008, atingindo o público de 1.392 famílias de agricultores/as. Os técnicos trabalham nos assentamentos executando atividades como exposto no quadro 10:

Quadro 10 - Quadro das ações e metas dos serviços ATES com a COOPERVIDA.

META	ESPECIFICAÇÃO	RESUMO	AÇÕES
Nº 1	Organização Social	Contribuir para o fortalecimento das organizações, apoiando as iniciativas associativistas, bem como, a organização de jovens e mulheres.	Realizou reuniões mensais da associação, com mulheres e jovens.
Nº 2	Meio Ambiente	Apoio e assessoramento	Promoveu oficinas

		através de práticas educativas e tecnológicas adaptadas para a convivência com o semiárido.	temáticas.
Nº 3	Produção	Orientação às famílias nos tratos culturais e manejo das atividades produtivas.	Executou visitas técnicas e oficina de tecnologias apropriadas ao semiárido.
Nº 4	Infraestrutura	Identificar as necessidades estruturais das áreas, realizando um diagnóstico rápido e participativo (DRP) junto às famílias para assim, elencarmos tais necessidades.	Acompanhamento da implantação dos créditos iniciais (fomento e habitação), bem como o planejamento e a monitoria durante o período de execução.
Nº 5	Planos e Projetos	Elaboração do Plano de Exploração Anual –PEA dos assentamentos Ronaldo Valença e Terra de Esperança.	Realizou oficinas, diagnósticos e visitas de reconhecimento da área dos PA's

Fonte: Dados da pesquisa.

Visando à formação de competências e à mudança de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento rural sustentável, adotando metodologias participativas, Utilizou, assim, para execução do serviço de ATEs nos Assentamentos do Rio Grande do Norte, o objeto desta proposta foi baseado na utilização da ATGP – Assistência Técnica Gerencial e Pedagógica, que teve como aporte básico de atuação a capacitação na ação e o acompanhamento técnico e gerencial sistemático:

- Acompanhamento direto e regular às famílias, na realização de reuniões técnicas e na participação nas assembleias da associação;
- Agendas específicas para jovens e mulheres, em que se discutiu as relações de gênero, trabalhou a formação político-social das mulheres, bem como, sua inserção na discussão e participação nos espaços coletivos da área. Na mesma perspectiva, trabalhou a juventude, enfatizando principalmente, o protagonismo juvenil e a formação de lideranças.

- Capacitação de agricultores através da realização de oficinas temáticas aportadas no saber técnico e camponês das famílias, aproveitando dessa forma, o conhecimento dos/as agricultores e agricultoras;
- Visitas técnicas, onde foram realizadas orientações técnicas das atividades produtivas de forma individual (família), e coletivas em dias de campo;
- Diagnósticos participativos que utilizou a ferramenta para coletar dados que subsidiaram as ações para a meta de infraestrutura.

A equipe técnica foi composta por 5 (cinco) profissionais de diversas formações acadêmicas, tais como Engenharia agrônoma, Ciências sociais e Técnico agrícola. Todos/as tiveram como função de Assessor técnico. A sede de apoio foi na própria COOPERVIDA.

Para tanto, os resultados concluídos com a execução dos serviços de ATES foram: Conhecimento da proposta de assessoria técnica pelas famílias; Grupo de mulheres e jovens organizados, participando dos espaços coletivos de decisão do assentamento; formação de multiplicadores das práticas de educação ambiental; Famílias esclarecidas e desenvolvendo as práticas agroecológicas; Famílias orientadas nos tratos culturais e manejo das atividades produtivas; Maior difusão e diversidade de tecnologias apropriadas ao semiárido nas atividades produtivas das famílias; Famílias participando da aplicação do plano fazendo a gestão das obras e da aplicação do recurso; Plano de aplicação elaborado de forma participativa junto às famílias; Dados socioeconômicos coletados; Visitas realizadas com a contribuição de alguns trabalhadores/as; PEA sistematizado contendo as informações sobre a situação socioeconômica das famílias, infraestrutura física, hídrica, flora, fauna e solos da área.

Como forma de verificação foram estabelecidos os seguintes meios: Lista de presença e cópia da ata da assembleia; Fotos e relatório de execução; Plano de aplicação elaborado; Dados tabulados e sistematizados; Validação do PEA junto às famílias.

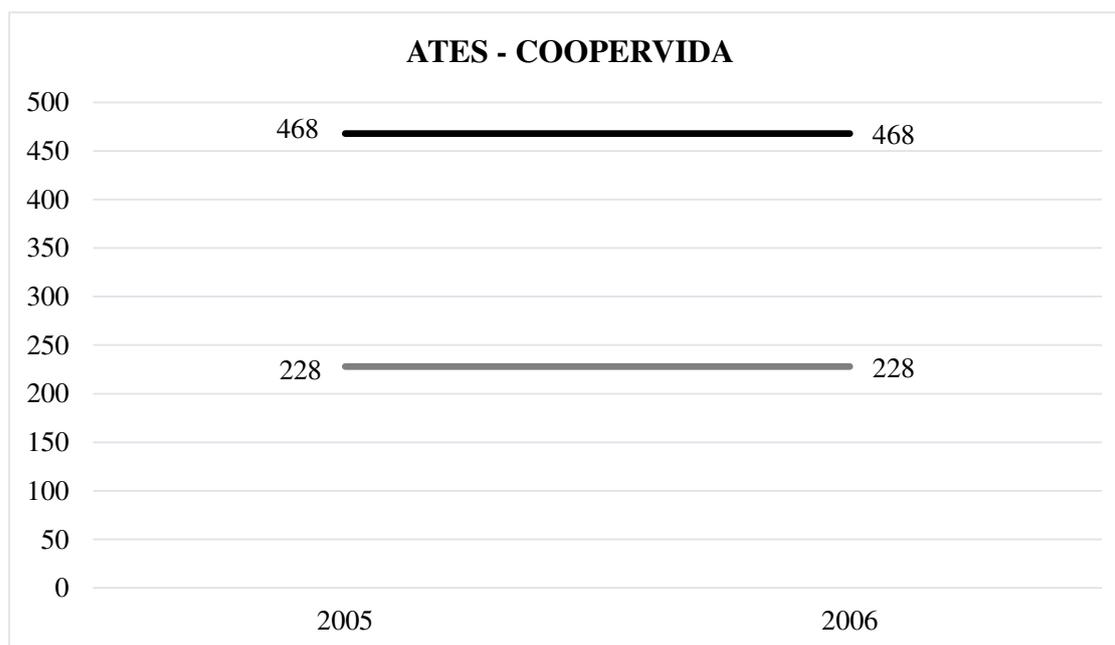
O trabalho do extensionista vem sendo pautado em ações participativas e com preocupações socioambientais. Logo Menezes e Miranda (2011) asseguram que o profissional em extensão rural, como agente social construtor do conhecimento e educador, no exercício das orientações técnicas no campo, precisa estar em constante reflexão se está agindo ética e moralmente no exercer de suas atividades. Nas orientações técnicas no campo, o agente deve preocupar-se com as técnicas e procedimentos metodológicos e com sua postura e conduta ética para com o outro presente no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, as ações extensionista visavam à diluição das desigualdades, fazendo com que os problemas sociais fossem “assumidos por todos em comunidade, adiando mais uma vez o embate entre aqueles que fazem as leis e aqueles que vendem suas forças de trabalho” (FONSECA, 1984).

Quadro 11 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES

ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2005	100 famílias em P. A. Sítio do Góis – Apodi/RN	228
	87 famílias em P. A. Tabuleiro grande – Apodi/RN	
	26 famílias em P. A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	15 famílias em P. A. Vila nova – Apodi/RN	
2006	100 famílias em P. A. Sítio do Góis – Apodi/RN	228
	87 famílias em P. A. Tabuleiro grande – Apodi/RN	
	26 famílias em P. A. Moaci Lucena – Apodi/RN	
	15 famílias em P. A. Vila nova – Apodi/RN	
2007	35 famílias em P. A. Bom futuro – Campo Grande/Augusto Severo/RN	468
	47 famílias em P. A. Ronaldo Valência – Campo Grande, Triunfo Potiguar e Paraú/RN	
	60 famílias em P. A. Caiçara – Apodi/RN	
	60 famílias em P. A. Chico Rêgo – Governador Dix-sept Rosado/RN	
	113 famílias em P. A. Terra de Esperança – Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	76 famílias em P. A. Esperança – Upanema/RN	
	40 famílias em P. A. São Geraldo – Upanema/RN	
	37 famílias em P. A. Padre Pedro Neefs – Upanema/RN	
2008	35 famílias em P. A. Bom futuro – Campo Grande/Augusto Severo/RN	468
	47 famílias em P. A. Ronaldo Valência – Campo Grande, Triunfo Potiguar e Paraú/RN	
	60 famílias em P. A. Caiçara – Apodi/RN	
	60 famílias em P. A. Chico Rêgo – Governador Dix-sept Rosado/RN	
	113 famílias em P. A. Terra de Esperança – Governador Dix-Sept Rosado/RN	
	76 famílias em P. A. Esperança – Upanema/RN	
	40 famílias em P. A. São Geraldo – Upanema/RN	
	37 famílias em P. A. Padre Pedro Neefs – Upanema/RN	
TOTAL		1.392

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 7 - Quantidade de famílias beneficiadas com a ATES pela COOPERVIDA.

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico acima mostrou um evento incomum dentro de um projeto da COOPERVIDA, mostrando que dois anos houve estabilidade no tocante ao quantitativo. Isso se deu por ocasião da preservação e conservação numérico. Mesmo assim, houve relevância do projeto por beneficiar 1.392 famílias em diversos municípios do estado.

3.6 PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS - P1+2

Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA, desenvolveu o trabalho pelo Programa Uma Terra e Duas águas - P1+2, com as implementações cisterna calçadão, cisterna enxurrada, barreiro trincheira e barragem subterrânea. Todas as ações para escolha dos municípios foram baseadas através do diagnóstico com os líderes das comunidades juntamente com os sindicatos e comissões municipais em reuniões marcadas previamente.

Para ter o destaque nacional do P1+2, foi organizado um evento de lançamento na comunidade Rural de Serra Vermelha no município de Areia Branca/RN no ano de 2013. A cerimônia contou com a presença de mais 1.200 agricultores/as provindos de todos os estados do semiárido brasileiro, de representantes de diversas entidades e secretarias.

A solenidade transcorreu em infraestrutura montada para acolher todos/as que estavam no acontecimento histórico para a agricultura familiar. Para alegrar as famílias teve presença de artistas da terra, poesia cantada pela agricultora Francisca Gomes (Figura 18a) que junto a sua filha emocionou a todos com o Pai Nosso do Agricultor e o pernambucano Isaac Galvão. Por ocasião, havia a Feira de Saberes e Sabores com produtos provindos da agricultura familiar (Figura 18b).

Figura 18 – Agricultoras em apresentação teatral e Feira Saberes e Sabores na festa de lançamento P1+2 em Serra Vermelha - Areia Branca/RN.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2013.

Em ambos os termos de parceria, as etapas foram as mesmas. A família beneficiária passou por um processo de seleção, no qual são analisados critérios de enquadramento de perfil, tais como: residir na zona rural, renda per capita, número de membros na família, crianças frequentando a escola, membros com necessidades especiais, idosos nas famílias, mulheres chefes de família. Após a seleção, os cadastros são levados ao escritório onde são registrados em sistema.

Agente procurou a COOPERVIDA para que viesse a nos apoiar no gargalo com relação à água e hoje graças a Deus a gente tem a cisterna de 16 mil litros quanto a cisterna de 52 mil calçada e enxurrada. Alguns agricultores não tem espaço suficiente para colocar a cisterna calçada, mas foi colocada enxurrada e o que melhorou bastante na questão da produção porque muitos agricultores/as que não tinha água suficiente para produzir, o que melhorou a renda das famílias e trouxe maior oferta de produto para a feira. COSTA, L. C. da. P.A. Favela. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 29 mai. 2016.

As famílias selecionadas e cadastradas são mobilizadas para participarem de dois cursos, o GAPA – Gerenciamento de Águas para Produção de Alimentos e o SSMA -

Sistema Simplificado de Manejo de Água para Produção de Alimentos. Cada capacitação ocorreu por 3 (três) dias seguidos. Para comprovação da presença, tem a assinatura nas listas e no registro fotográfico. O GAPA é um curso com temáticas voltadas para a convivência com o semiárido; O SSMA é prático com atividades voltadas para agroecologia vegetais e animais (Figura 19).

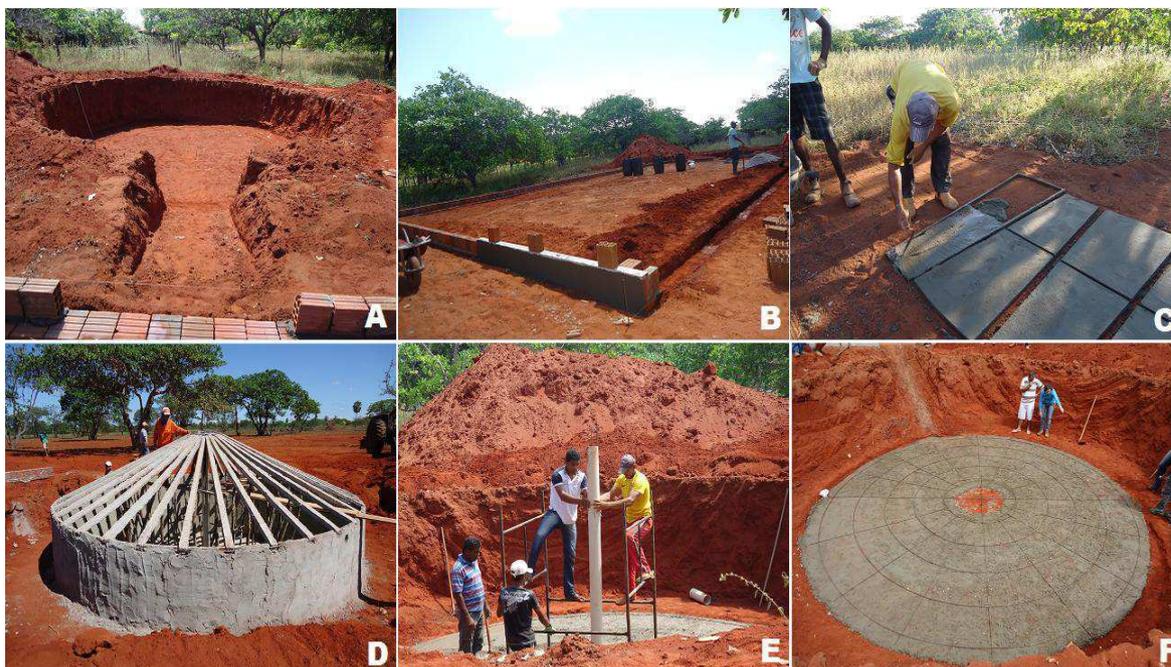
Figura 19 - SSMA na Comunidade Rural Senegal - Mossoró/RN.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2014.

Outra capacitação que houve no programa foi o curso para novos cisterneiros. Mulheres e homens interessados ou que possuíam aptidão com o trabalho podiam participar. Cada participante recebia um kit cisterneiro com moldes para confecção das placas e todo aporte teórico e prático para ficar habilitado em construir as implementações (Figura 20).

Figura 20 - Etapas da construção de uma cisterna calçadão com o Cisterneiro Capacitador Valdo.



Fonte: Anna Catarina Costa de Paiva, 2014.

As contrapartidas que a família tem o compromisso de executar ao receber uma cisterna ou uma barragem subterrânea eram participar dos cursos (GAPA e SSMA), acompanhar e dar suporte ao operador da máquina, planar o local escavado, receber e conferir o material de construção, mobilizar os serventes para o cisterneiro, abrigar o cisterneiro durante o período de construção, cozinhar para a equipe de construção, aterrar os espaços com solo. Para o caso dos barreiros, a contrapartida era semelhante, o que difere é que o serviço era feito por máquina, pois se tratava de uma escavação.

Após todo o processo de conclusão das implementações, a família assina o termo de recebimento e faz o registro fotográfico. Neste documento possuía dados da família e coordenadas geográficas.

No termo de parceria 2013, Nos anos de 2013 a 2014, os municípios de atuação foram cinco do Estado do Rio Grande do Norte: Grossos, Assú, Mossoró, Areia Branca e Serra do mel. A equipe formada para executar as atividades do P1+2 foi composta por um coordenador, um gerente financeiro, sete animadores de campo (técnicos de campo) e um assistente administrativo. Ambos com suas funções, no entanto todas interligadas para que fosse feito o cumprimento das metas estipuladas em contrato. Dentre as atividades que foram executadas pelo projeto P1+2, houve 491 famílias beneficiárias com alguma das

implementações disponíveis, todas participaram dos Intercâmbios intermunicipais e cerca de 100 famílias nos Encontros Territorial e Comunitário.

Já no termo de parceria 2014, nos anos de 2014 a 2015, foram em três municípios, Assú, Mossoró e Serra do mel. A equipe formada para executar as atividades do P1+2 foi composta por um coordenador, um gerente financeiro, quatro animadores de campo e um assistente administrativo. Para que as ações/metass fossem desempenhadas, as funções mantinham uma comunicação permanente. Além disso no Termo de parceria – TP - houve 303 famílias beneficiárias participando dos Intercâmbios intermunicipais e cerca de 100 famílias dos Encontros territorial e comunitário.

Em ambas as equipes, foram incluídas as mulheres nos cargos, tornando ainda mais fácil a confiança no debate de gênero nas comunidades, mostrando assim o diferencial vivenciado em outras entidades.

Levando em consideração a capacidade de armazenamento hídrico das implementações, como sendo 52 mil litros/cada para as cisternas calçadão e enxurrada, 500 mil litros/cada para o barreiro trincheira e não é possível mensurar para a barragem subterrânea, teremos cerca de mais de 88.308.000 litros de água para as famílias beneficiadas no P1+2 para os dois anos de ações com tecnologias voltadas para a convivência com o semiárido e para produção de alimentos vegetais e animais, teve-se 794 famílias beneficiadas com o P1+2.

Quadro 12 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do Programa Uma Terra e Duas águas - P1+2.

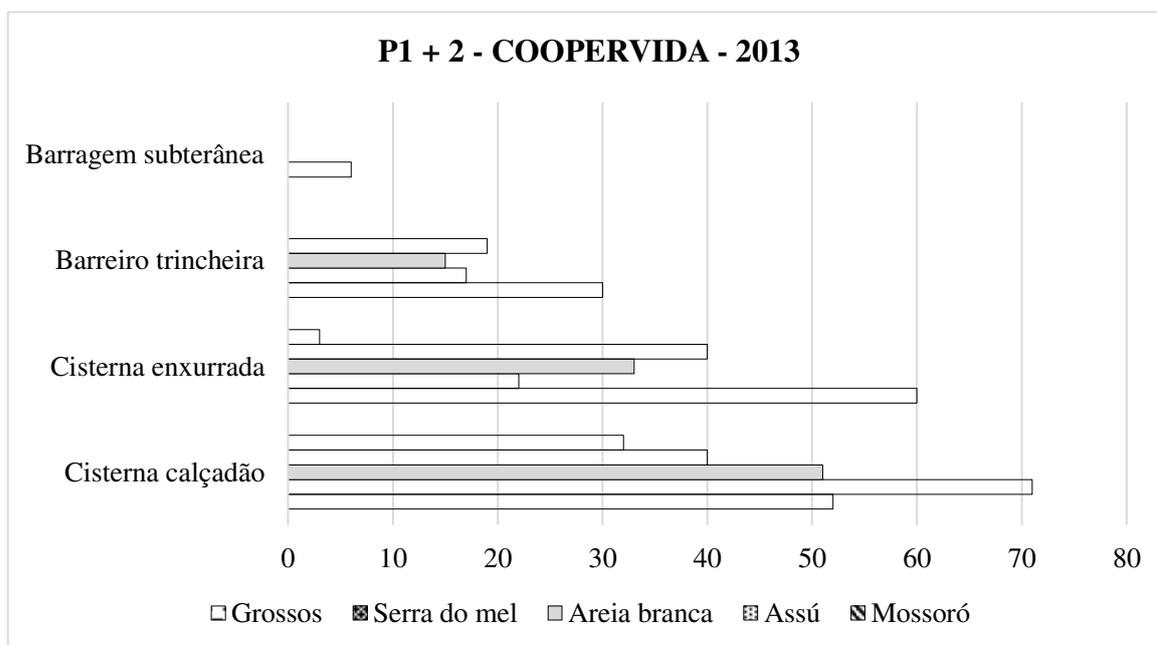
ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2013	116 famílias em Assú/RN	71 CC	491
		22 CE	
		17 BT	
		6 BS	
	143 famílias em Mossoró/RN	52 CC	
		60 CE	
		30 BT	
	99 famílias em Serra do mel/RN	40 CC	
		40 CE	
		19 BT	
	99 famílias em Areia Branca/RN	51 CC	
		33 CE	
		15 BT	
	35 famílias em Grossos/RN	32 CC	
3 CE			

2014	101 famílias em Assú/RN	44 CC	303
		38 CE	
		16 BT	
		3 BS	
	101 famílias em Mossoró/RN	48 CC	
		44 CE	
		9 BT	
	101 famílias em Serra do mel/RN	60 CC	
		41 CE	
TOTAL			794

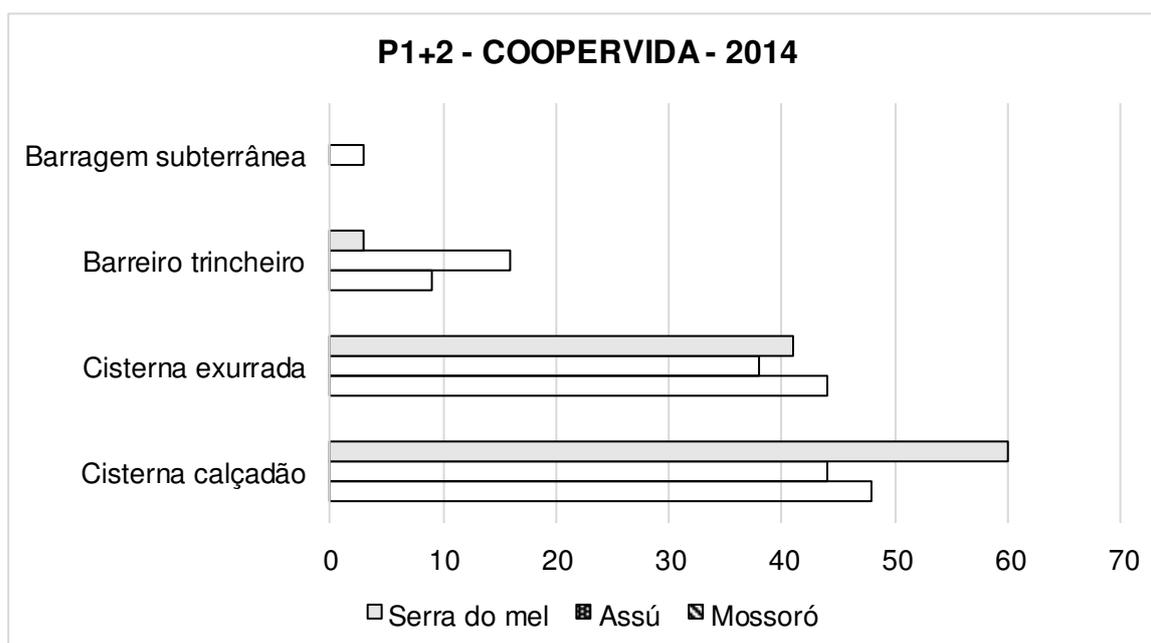
* CC: Cisterna Calçada; CE: Cisterna enxurrada; BT: Barreiro trincheira e BS: Barragem subterrânea.

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 8 - Implementações divididas de acordo com os municípios beneficiados, 2013.



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 9 - Implementações divididas de acordo com os municípios beneficiados, 2014.

Fonte: Dados da pesquisa.

Fazendo um comparativo entre os dois anos de atuação do P1+2 pela COOPERVIDA, pode-se dizer que Assú foi o único município que teve a construção das barragens subterrâneas para os dois termos de parceria, isso se deu em virtude do tipo de solo presente na região, o qual possui uma zona impermeável e com passagem hídrica no inverno, sendo muito propício para a implementação. Melo et al. (2011) informaram em Instruções Técnicas da Embrapa Semiárido - Petrolina sobre Barragem subterrânea, que as áreas ideais para construção de barragem subterrânea são os aluviões em leito de rios temporários (seco no verão); porém, por causa da limitação desses ambientes, também têm sido construídas com sucessos em riachos e linhas de drenagens conhecidas como córregos, locais que formam caminho para água escoar durante as chuvas.

Diferentemente das implementações cisterna calçadão ou enxurrada em que o solo ideal para sua construção é arenoso e livre de afloramento rochoso, devido ao processo de escavação e nivelamento dos componentes de ambas. O que pode ser comprovado no Manual Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água Nº 03 - Cisterna de enxurradas de 52 mil litros, no qual afirma que para a construção do reservatório é necessário fazer uma escavação, pois a cisterna precisa ficar totalmente enterrada para receber a água coletada das enxurradas por gravidade bem como para dar sustentabilidade à sua parede.

Para a barreiro trincheira, a necessidade de um solo com alto poder de retenção hídrica é superior a qualquer dos tipos das implementações acima citados, visto que este

modelo não apresenta nenhum tipo de revestimento para o armazenamento pleno de água. Por isso, as cidades contempladas por essa tecnologia foram Mossoró, Assú e Serra do mel, ficando assim excluído o município de Grossos, pois possui solo arenoso, com baixíssimo teor de argila e elevada drenagem. O que é confirmado por Schistek (1999), ao dizer que o barreiro trincheira é um reservatório aberto, de forma prismática, com profundidade variável, escavado manualmente na proximidade de uma baixada, ou de uma vertente natural, em locais onde existem uma camada de rocha em decomposição, denominada de piçarra.

Concluindo a metodologia comparativa entre gráficos, no primeiro ano tinha o desenvolvimento das ações em cinco municípios, sendo eles: Assú, Grossos, Areia Branca, Mossoró, Serra do mel. Diferentemente do que foi visto no segundo ano, no qual foram apenas três municípios: Mossoró, Assú e Serra do mel. Isso se deu pelo que é chamado dentro do programa P1+2 de “fechamento” da cidade, uma vez que Grossos e Areia Branca tiveram todas as zonas rurais contempladas com as implementações, não havendo espaço para mais um termo de parceria.

3.7 PROGRAMA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES RURAIS - MDA MULHERES

O Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais – MDA Mulheres teve como objetivo promover a execução de ações de capacitação, estudos e pesquisas, promoção comercial e acesso às políticas públicas com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural. Os projetos apresentavam ações voltadas para apoiar a organização produtiva de agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pescadoras artesanais, aquicultoras familiares e indígenas.

Esse termo de parceria entre o MDA Mulheres e a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA constituiu exclusivamente por mulheres rurais e/ou suas organizações produtivas compostas por mulheres. Em cada ano de execução, constou do projeto básico a identificação das categorias sociais, o número de beneficiárias por grupos, nomes dos grupos e/ou redes de produtoras, nomes dos municípios e dos Territórios em que estão localizados.

A Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - desenvolveu o trabalho pelo MDA Mulheres no município de Apodi/RN,

onde trabalhou em comunidades rurais com mulheres agricultoras. Totalizando 480 famílias beneficiárias (Figura 21).

Figura 21 - Capacitação em avicultura caipira (teoria e prática) com a Zootécnica Akidália.



Fonte: Acervo COOPERVIDA, 2013.

As atividades desenvolvidas eram de acordo com as metas, são elas:

Quadro 13 - Metas, atividades e resumo que tinha no projeto MDA mulheres.

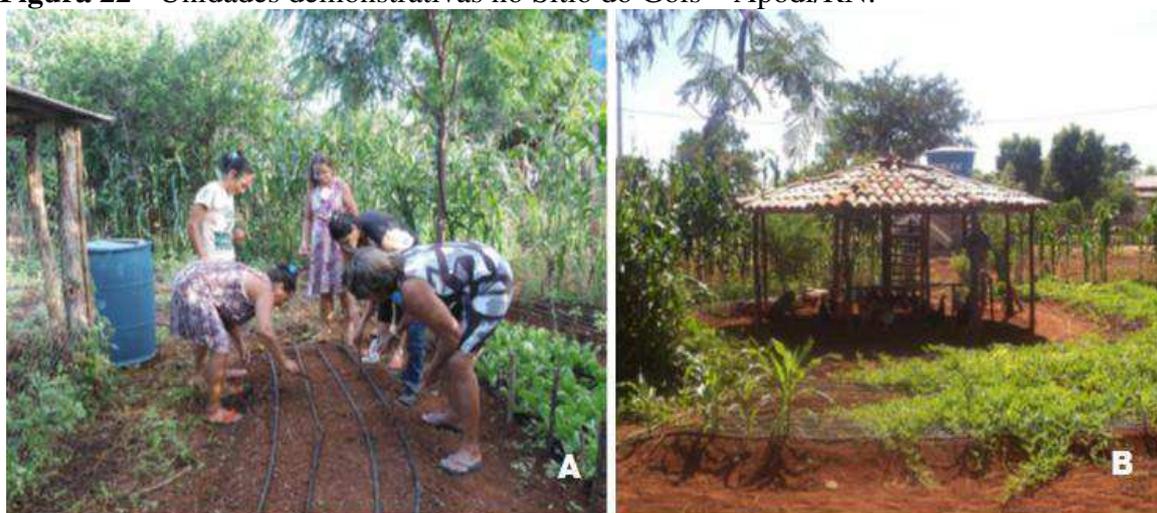
METAS	ATIVIDADES	RESUMO
Formação e Capacitação de Produtoras Rurais em Gênero	Assistência técnica aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais.	Desenvolvimento em procedimento formativo à mulher que luta para conquistar seus espaços políticos de discursão. Temática abordada: Mulher conquistando seus espaços de discursão política.
	Oficinas Temáticas Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero.	
	Oficinas temáticas economia feminista solidária e comercio justo.	

Estímulo de adoção de boas práticas (manejo) de produtos da agricultura familiar pautadas nos princípios da transição agroecológica.	Implantação de unidades demonstrativas de quintais agroecológicos.	Hora técnica de nível superior em consultoria em hortas orgânicas, com o intuito de possibilitar que o grupo passe a utilizar práticas agroecológicas em seus quintais. Foi conduzida uma atividade de campo usando técnicas de manejo e tratos culturais das hortaliças.
	Curso de boas práticas no manejo de produtos (beneficiamento de frutas).	
Realização de intercâmbios	Realização de um intercâmbio intermunicipal.	Houve troca de saber em outras comunidades rurais para a multiplicação do aprendizado em seus quintais produtivos, melhorando a renda familiar.

Fonte: Dados da pesquisa.

O arcabouço metodológico teve uma equipe técnica orientadora às ações participativas, que tiveram como base o diálogo e valorização dos sujeitos envolvidos no processo, observando as características e necessidades de cada grupo. A realização das atividades de planejamentos, reuniões, oficinas temáticas, palestras, cursos, implementação das Unidades Demonstrativas (Figura 22) e acompanhamento as atividades produtivas coletivas deu-se durante o período de 2012 a 2015, com participação de cerca de 17 beneficiárias de cada grupo.

Figura 22 - Unidades demonstrativas no Sítio do Góis – Apodi/RN.



Fonte: SILVA, et al.; 2015.

Realizaram-se intercâmbios para troca de experiência/saberes para entremear as ações teóricas e práticas de auto-organização, produção e comercialização. Para contemplação das atividades foram oferecidos cursos trabalhados em dois momentos o teórico e o prático para que a capacitação em políticas públicas para mulheres, economia feminista e beneficiamento de frutas. Visando sempre na ampliação do conhecimento produtivo, beneficiamento e agregação de valor aos produtos, para cada evento, houve uma média de 27 participantes.

Além das temáticas acima citadas, teve-se a contextualização sobre gênero no trabalho, estabelecendo reflexões sobre a respeito da construção histórica do acesso e da participação das mulheres nos espaços produtivos, pois em muitos casos, o trabalho das mulheres é visto de forma invisível ou quando aparece, é mera ajuda ao trabalho desenvolvido pelo homem.

Como resultados, vê-se o desenvolvimento da experiência: seis grupos de mulheres organizadas em suas comunidades; Mulheres com suas atividades produtivas diversificadas e fortalecidas; Técnicas de produção cada vez mais aprimorada; mulheres com seu espaço de participação política ampliado, dentro e fora da comunidade; Mulheres integradas à dinâmica do Território Sertão do Apodi; Mulheres agricultoras capacitadas em Políticas Públicas para Mulheres e Beneficiamento de Frutas; Mulheres conscientes sobre a Agroecologia e sua contribuição para a qualidade de vida e sustentabilidade dos recursos naturais; Mulheres sensibilizadas sobre a importância da Comercialização Solidária para grupos produtivos e Agricultoras participando e desenvolvendo um projeto experimental organizado e gestado por mulheres.

Quadro 14 - Síntese dos beneficiários e municípios de atuação do MDA Mulheres.

ANO	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
2012	20 famílias em Lagoa Seca - Apodi/RN.	120
	20 famílias em Juazeiro - Apodi/RN.	
	20 famílias em Tabuleiro Grande - Apodi/RN.	
	20 famílias em Caiçara - Apodi/RN.	
	20 famílias em Sítio do Góis - Apodi/RN.	
	20 famílias em Paulo Canapum - Apodi/RN.	
2013	20 famílias em Lagoa Seca - Apodi/RN.	120
	20 famílias em Juazeiro - Apodi/RN.	
	20 famílias em Tabuleiro Grande - Apodi/RN.	
	20 famílias em Caiçara - Apodi/RN.	
	20 famílias em Sítio do Góis - Apodi/RN.	
	20 famílias em Paulo Canapum - Apodi/RN.	

2014	20 famílias em Lagoa Seca - Apodi/RN.	120
	20 famílias em Juazeiro - Apodi/RN.	
	20 famílias em Tabuleiro Grande - Apodi/RN.	
	20 famílias em Caiçara - Apodi/RN.	
	20 famílias em Sítio do Góis - Apodi/RN.	
	20 famílias em Paulo Canapum - Apodi/RN.	
2015	20 famílias em Lagoa Seca - Apodi/RN.	120
	20 famílias em Juazeiro - Apodi/RN.	
	20 famílias em Tabuleiro Grande - Apodi/RN.	
	20 famílias em Caiçara - Apodi/RN.	
	20 famílias em Sítio do Góis - Apodi/RN.	
	20 famílias em Paulo Canapum - Apodi/RN.	
TOTAL		480

Fonte: Dados da pesquisa.

3.8 RECAPITULAÇÃO EXTRATIVA DO DESEMPENHO DA COOPERVIDA DURANTE O PERÍODO DE 2009 A 2015

Quando se fala em microrregião, atribui-se a uma subdivisão de uma região geográfica natural baseada por caracterização em comum. Por sendo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os estudos da Divisão Regional do IBGE tiveram início em 1941 sob a coordenação do Professor Fábio Macedo Soares Guimarães. O objetivo principal de seu trabalho foi de sistematizar as várias "divisões regionais" que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única Divisão Regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras. Com o prosseguimento desses trabalhos, foi aprovada, em 31/01/42, através da Circular nº1 da Presidência da República, a primeira Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. A Resolução 143 de 6 de julho de 1945, por sua vez, estabelece a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios. Estas Zonas foram utilizadas até 1970 para a divulgação das estatísticas produzidas pelo IBGE e pelas Unidades da Federação. Já na década de 1960, em decorrência das transformações ocorridas no espaço nacional, foram retomados os estudos para a revisão da Divisão Regional, a nível macro e das Zonas Fisiográficas.

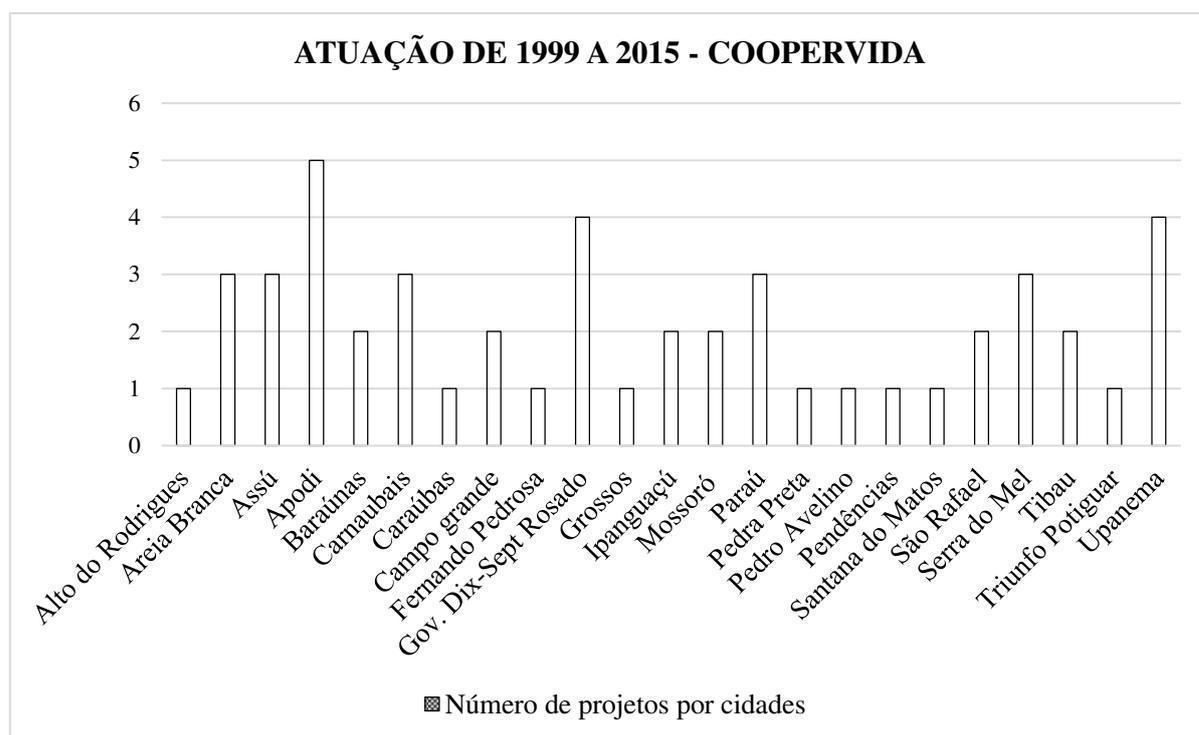
Com base nessa circunstância, a Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural – COOPERVIDA - tem sua laboração na Microrregião Assú-Mossoró, em 11 (onze) municípios do Estado do Rio Grande do Norte, são eles: Mossoró, Tibau, Grossos, Areia Branca, Serra do mel, Assú, Itajá, São Rafael, Carnaubais, Porto do Mangue e Paraú.

O Território da Cidadania Açú-Mossoró localiza-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte (RN), abrange uma área de 7.974 Km², constituído por 14 (quatorze) municípios: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau, conforme a figura 23 (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS, 2010).

Figura 23 - Divisão territorial do Estado do RN.



Fonte: IBGE, 2010.

Gráfico 10 - Atuação do período de 1999 a 2015 da COOPERVIDA.

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos fatos, apenas o município de Apodi/RN teve a máxima atuação da COOPERVIDA através de cinco projetos; em oposição a esta situação, tiveram nove municípios com o trabalho de apenas um projeto em cada, sendo observada a discrepância de valores. Isso se deu supostamente por haver mudanças no mapa de zoneamento ocorridos nos territórios de cidadania no Estado do Rio Grande do Norte, fazendo com que houvesse o fluxo de cidades em microrregionais de uma entidade para outra, impossibilitando assim a admissão de a cooperativa estudar nos nove municípios. As demais cidades ficaram entre 2 e 4 projetos executados pela entidade.

Quadro 15 - Súmula quantificava dos projetos executados pela COOPERVIDA em 15 anos.

PROJETO	ANO	PERÍODO DE VIGÊNCIA (EM ANOS)	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	AGRICULTORES/AS*	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO
PCPR II - FASE II	2009	1	720	2.160	18
PDHC	2003-2013	10	2.251	6.753	1
PRONAF	2002-2006	4	611	1.833	5
PIMC	2003-2014	11	5.837	17.511	16
ATES	2005-2008	3	1.392	4.176	6
P1+2	2013-2014	2	794	2.382	5
MDA MULHERES	2012-2015	3	480	1.440	1
TOTAL			11.830	36.255	-

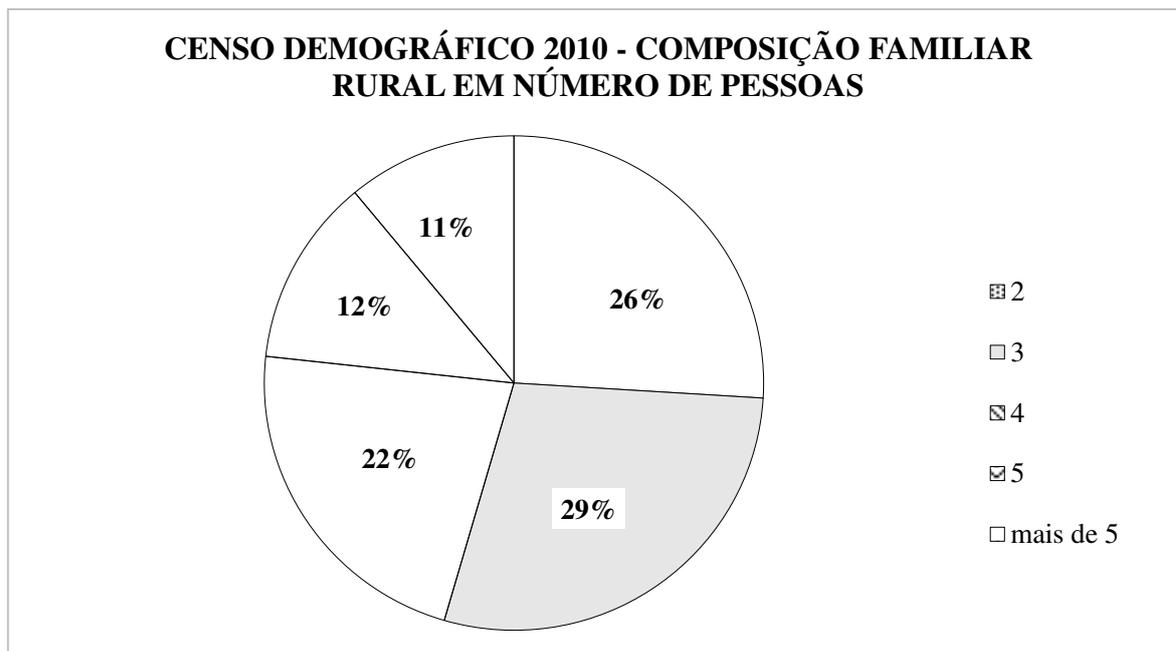
*Índice da composição familiar rural com 3 (três) membros de acordo com o Censo Demográfico do IBGE/2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Comunicação Social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001), o tamanho das famílias brasileiras, que na década de 1980 foi de 4,5 pessoas em média, chega ao fim dos anos 1990 com apenas 3,4 pessoas. A família tradicional, composta pelo casal com filhos, caiu de quase 60%, em 1992, para 55%, em 1999, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção de outros tipos de composição familiar: de mulheres sem cônjuge e com filhos (de 15,1% para 17,1%) e de casal sem filhos (de 12,9% para 13,6%). Cresce também o número de pessoas vivendo só, representando 8,6% em todo o País.

Por conseguinte, o Censo Demográfico de 2010 executado pelo IBGE mostrou que a composição da familiar rural no Rio Grande do Norte os seguintes resultados do gráfico 10, justificando assim o quociente de 35.490 agricultores/as beneficiados pelo trabalho desenvolvido pela COOPERVIDA do período de 1999 a 2015.

Gráfico 11- Porcentagem da Composição familiar rural - IBGE 2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

4 DESAFIOS: O TERCEIRO SETOR EM ENVOLVIMENTO COM ALGO DIFÍCIL

Para adentrar no processo de elocução dos desafios enfrentados por uma cooperativa, deve-se primeiramente, saber a diferenciação dos setores segundo a terminologia sociológica. Veja:

- O Primeiro Setor: é conceituado como o Estado, representado pelas prefeituras municipais, governos dos estados e a presidência da república, além das entidades a estes entes ligadas, pode-se destacar os Ministérios, Secretarias, Autarquias – que possuem e exercem o caráter público, ou melhor, o setor público. É o governo, representando o uso de bens públicos para fins públicos como ações para a sociedade.
- O Segundo Setor: refere-se ao Mercado constituído pelo conjunto de empresas que exercem atividades privadas, ou sejam, atuam em benefício próprio e particular. Esse, tem como principal característica a finalidade lucrativa. Tal setor sobrevive da venda de bens e de serviços, oferecidos ou não pelo Estado, cuja finalidade é o acúmulo de capital. Possuem de fins

lucrativos, investimentos de dinheiro nas suas próprias atividades e almejam lucros.

- O Terceiro Setor: é formado por Organizações sem fins lucrativos, desempenhando ações de caráter público. Seu surgimento só se deu a partir do momento em que o Estado não estava mais atendendo satisfatoriamente, a prestação de bens e serviços aos cidadãos. Portanto, atua nas lacunas deixadas pelos setores públicos e privados, buscando o bem-estar social da população. Tratando-se de um setor que se identifica com uma terceira forma de redistribuição de riqueza em diversas áreas como saúde, educação, defesa de direitos, prestação de serviços, etc.

Diante do breve arcabouço sobre os setores, neste estudo de caso, o Terceiro setor será o mais debatido oportunamente pelo fato da entidade COOPERVIDA está enquadrado no mesmo. Logo, ROCHA (2013) esclarece, resumidamente, que o nome Terceiro Setor indica os entes que estão situados entre os setores empresarial (primeiro setor) e estatal (segundo setor). Os entes que integram o Terceiro Setor são entes privados, não vinculados à organização centralizada ou descentralizada da Administração Pública, que não almejam entre seus objetivos sociais o lucro e que prestam serviços em áreas de relevante interesse social e público.

Para melhor entendimento, a LEI 9.790, de 23 de Março de 1999 anuncia que:

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Haja vista, Vasconcelos e Normanha Filho (2011), afirmam que como o terceiro setor trabalha, também, com a linha de voluntariado e com a premissa básica de não obter lucros, as dificuldades na gestão dessas organizações estão em discussão constante, pois nem sempre as doações de benfeitores, pessoas físicas e jurídicas, ou mesmo a ajuda dos

próprios colaboradores, são suficientes para manter o bom funcionamento das organizações e de seus projetos. Como sendo, Starosky Filho, Carli e Toledo Filho, (2012) comentam que a maioria das pessoas tem na gestão financeira uma fonte de preocupação, pois geralmente é vista como uma atividade difícil, que exige conhecimento de alto nível.

Para fizéssemos um trabalho de qualidade, trabalho a contento, passamos muitos anos auxiliando os trabalhadores/as rurais para reivindicar seus direitos, mas não tínhamos salários ou repasse de sobras. No começo, como era algo de movimento, a remuneração não existia, mesmo sendo importante, mas pensávamos mais no produto final. A questão financeira dentro do terceiro setor como um todo é bastante complexa. ARAÚJO, J. E. de A. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 11 abr. 2016.

Dessa forma, destaca-se a importância de criar-se plano eficaz de captação de recursos, que seja capaz de cobrir as necessidades da organização, bem como proporcionar os resultados esperados. Constata-se que são várias as entidades que não possuem um plano de captação de recursos bem definido, por meio de seus projetos sociais. Em muitas dessas organizações, observa-se que o próprio idealizador ou dirigente, inicia um trabalho sem ter um plano de gestão, comprometendo perigosamente o sucesso de um dado projeto. Portanto, saber escolher a fonte certa de captação de recursos, em momentos propícios, elimina potenciais problemas, afinal, nenhuma organização, seja ela do terceiro setor ou não, sobrevive sem a disponibilização de recursos, em especial os financeiros (VASCONCELOS e NORMANHA FILHO, 2011). Além desses fatores, tem-se também:

O valor que vem para cada projeto às vezes não é o necessário, porque esse projeto é feito anos antes, depois é que vem o recurso. Quando vem o recurso a gente tem que dar aquele malabarismo ou jogo de cintura para poder dar certo o que foi planejado há dois ou três anos atrás e o recurso só chegou agora. Então é umas das dificuldades, principalmente a questão financeira. OLIVEIRA, A. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 11 abr. 2016.

Dessa forma, atualmente, faz-se o financiamento do projeto, enquanto uma opção seria passar para o financiamento da organização. Por conseguinte, a instituição teria a possibilidade de alocar os recursos para mais de um projeto, podendo multiplicar suas ações e manter as características culturais e locais da região. Isso tudo com o propósito de buscar a sustentabilidade, principalmente, em termos financeiros organizacionais, partindo da premissa de que não se pode haver fluxo de caixa. Não podendo esquecer que muitas

delas foram criadas com esforços pessoais e, à medida que foram crescendo em escala e complexidade, passaram a necessitar de mais recursos para garantir a sua sobrevivência.

Outro desafio vivenciado pelas entidades é a desmistificação da visão negativa da com a qual é atribuído ao terceiro setor. Pois, o mesmo ainda tem um conceito frágil e muito estratificado e, como consequência disso, existe uma competição generalizada entre organizações do mesmo setor e o desvio da cooperação, que deveria ser incentivada. Esse processo divisório também pode ser notado entre equipes e projetos de uma mesma instituição. Muito diferente da perceptibilidade de que o terceiro setor é a geração de colaboração coletiva e compartilhada.

A gente sabe que há divergências em diversas instituições, mas o desafio de uma coordenação, acredito que é o maior, é ter o máximo de consenso, máxima unidade entre aquelas pessoas que está coordenando ou liderando. SILVA, N .V. da.; Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 13 abr. 2016.

Além desses itens acima citados, há o caso da profissionalização politizada pessoal, que deve ocorrer não apenas internamente à organização, mas estender-se aos parceiros, principalmente aqueles que repassam o recurso. Com o pensamento de inteirar dos fatos ocorridos no campesinato, participar de forma ativa e não passiva da construção da história rural, senão os profissionais e parceiros se constituirão apenas como meros executores de metas dos projetos. Não promovendo, portanto, a inovação nas atividades presentes e necessárias para impulsionar às práticas consistentes transformadoras.

Nós vivemos um pouco da saída de pessoas importantes na formação de opinião na liderança política e isso, acabou trazendo dificuldades para que nós pudéssemos manter aquele nível de discussão política. Já que eram pessoas novas recém-formados, com pouca vivência, com poucas experiências boas vindas do Campo, vindas da cultura familiar, mas ainda para amadurecer. da SILVA, N .V. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 13 abr. 2016.

Para tanto, o que provoca inquietação também é o engessamento ocorrido dentro dos projetos, os quais contêm atividades pré-fixadas que tem por objetivo atingir principalmente o sujeito-alvo da ação como público a ser trabalhado, deixando pouco espaço para a atuação alicerçada no desenvolvimento local sustentável. Portanto, a busca pela formação de ambientes libertos para tratar do desenvolvimento local sustentável deve ser instigada e constantemente aprimorada, pois não é possível pensar mais em

desenvolvimento local como a maneira trivial de conclusão de projeto, obtenção de número e entrega de certificados.

Além dessas observações, abrange como desafio a verdadeira participação da comunidade na formulação das políticas públicas e de projetos advindos de entidades, organizações ou empresas. Para a comunidade rural se fortalecer, essa participação tem que ocorrer nos processos, nas estratégias e nas decisões. Ou seja, convidar um grupo representante da sociedade civil para a participação em um evento de lançamento de política pública ou projeto desenvolvido pelo setor privado, e dizer que a comunidade está participando. Enquanto, na realidade, não fez parte do processo construtivo-elaborativo para ter o perfil mais fiel às necessidades básicas, logo, não pode ser chamado de participação.

A função primordial de todo projeto é atender o público alvo atuando na formação social e econômica, na transformação política. Acima de tudo ser um projeto de Formação. Além de transformar a realidade socioeconômica e também transformar a família politicamente. Quando falo politicamente, é dar família o poder de discussão, de argumentação e a capacidade de solicitar seu direito. BARBOSA, F. R. J. Entrevista concedida a Anna Catarina Costa de Paiva. Mossoró, 11 abr. 2016.

E, por fim, a falta de clareza de comunicação entre os setores atinge os trabalhos das diversas organizações de modo negativo bem como informações adversas. Apesar de parecer algo simples, a clareza na comunicação é uma das habilidades mais difíceis de manter no ambiente de trabalho, sendo a falta dessa clareza apontada como um dos fatores responsáveis pela desestruturação do clima e queda da produtividade. Esse desequilíbrio proporciona o refazer trabalho, mas popularmente conhecido como retrabalho.

É necessário implantar políticas e processos inovadores a fim de enfrentar os desafios, e isso requer estratégias e escolhas apropriadas do estilo de liderança, baseadas na compreensão e análise das abordagens de orientação. Cândido (2002) informa que entre os principais fatores que caracterizam o atual ambiente organizacional está a necessidade das organizações atuarem de forma conjunta como uma forma de as organizações garantirem a sustentabilidade de seus projetos.

Veja no quadro 16 os principais desafios listados pelos sócios e membros da COOPERVIDA:

Quadro 16 - Principais desafios e dificuldades dentro de uma organização do terceiro setor.

DESAFIOS		
Situação problema	Contexto	Possível solução
Ausência dos sócios	Em alguns casos, a insuficiente participação de parte dos sócios da entidade.	Convidar constantemente e enfatizar da relevância da participação dos sócios nos espaços.
Capacitação profissional	Está em constante processo de aperfeiçoamento profissional.	Participar de cursos, pós-graduações e afins. Envolver nas atividades e espaços da organização.
Comunicação interna	Produção de consenso e conversas para evitar o processo de rompimento da entidade.	Formulação de mensagens impressa ou virtual para os sócios. Deixar clara a necessidade e importância de que cada um dentro das equipes. Buscar o respeito e diálogo.
Elaboração de projetos	Falta de qualificação interna para elaboração de projetos próprios.	Saber da importância e a significação do futuro projeto para a entidade. Observar as necessidades internas.
Falta de publicações de editais	Redução forte de recursos para execução de projetos para a agricultura familiar.	Lutar por políticas públicas brasileiras.
Marco Regulatório	Desapropriação do Marco Regulatório entre Estado e sociedade.	Sofrer adequações na instituição para se encaixar na proposta do Marco Regulatório.
Origem histórica	Constata-se um certo distanciamento em relação à utopia inicial	Fazer resgate histórico sempre quando ter introdução de nossos sócios e membros.
Primeiro emprego	Falta de experiência profissional ou esclarecimento sobre a função a ser contratado, pois é a primeira experiência profissional (recém-formado/a)	Colher informações com sócios mais capacitados. Retirar dúvidas nas situações.
Questão financeira	A questão financeira, pois existe uma tendência a uma dificuldade crescente de acessos a recursos públicos e políticas públicas.	Criar um Plano de captação de recursos bem definido e colocá-lo em prática.
Resistência por partes dos/as Agricultores/as	A resistência a práticas agroecológicas por parte de alguns agricultores, desmotivação em participar de atividades coletivas. e de credibilidade de alguns	Divulgar experiências exitosas. Trocamos experiência entre os/as agricultores/as.

	agricultores na transição agroecológica.	
Sistematização de informações	Carência de um processo sistemático de formação política das equipes	Procurar mídias para sistematização. Formar parcerias para futuras divulgações.
Vias de acesso às comunidades	Dificuldade no translocamento até chegar às comunidades, em virtude ao estado de conservação das estradas carroçais.	Incentivar as comunidades rurais para o pedido da manutenção das estradas carroçais junto ao poder público.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise dos estudos realizados a fim de detalhar o histórico da referida pesquisa, pôde-se constatar que, levando em consideração os desafios citados acima, é importante também mencionar um processo diferenciado utilizado pela instituição que resultou na falta de algumas documentações essenciais, as quais seriam de grande relevância para a comprovação dos números informados nesse trabalho. Assim, em muitos dos casos, a cooperativa não tinha acesso aos contratos referentes aos projetos, ficando a disposição somente dos financiadores.

No ano de 1999, fase inicial de desenvolvimento da Cooperativa, a documentação institucional ainda se dava sem a realização de auditorias, ou sem contratos que deixassem claro a duração dos projetos, a quantidade de famílias ou até mesmo os municípios nos quais a COOPERVIDA tivesse de fato atuado. Diante dessa situação, muitos projetos não puderam ser contabilizados em virtude de não haver documentos que viessem a colaborar de forma verídica para esta pesquisa.

Essa realidade diverge da atual, sendo realizadas constantemente auditorias, tanto internas como externas, para que, dessa maneira, possa ser comprovado que os projetos foram de fato desenvolvidos, e o capital totalmente investido. Com as modificações tecnológicas, hoje a Cooperativa dispõe de um acervo também de forma digital. Com isso, nesses últimos anos, ficou mais fácil o acesso à veracidade dos projetos.

Gráfico 12 - Número de repetições em que os desafios foram citados nas entrevistas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os quatorze entrevistados, apenas um citou como desafio as vias de acesso à comunidade rural; essa precariedade das estradas dificulta e atrasa o trabalho da equipe de profissionais. Dois entrevistados destacaram a Resistência por parte dos agricultores/as e a dificuldade por ter sido o primeiro emprego como entraves importantes numa instituição. Nesse caso, vale ressaltar a importância de se trabalhar tanto a preparação dos novos contratados, através de capacitações, por exemplo, como também a maleabilidade na aceitação por parte dos agricultores, para que esses venham a ter uma maior confiabilidade nos agentes de campo. Por outro lado, quatro entrevistados deram ênfase à Falta de conhecimento da origem histórica da COOPERVIDA e de Pessoas capacitadas em elaboração de projetos. Já cinco pessoas falaram da ausência de comunicação externa, que dificulta a veracidade e o andamento dos projetos. No que diz respeito à carência em sistematização de informações, o conhecimento sobre o marco regulatório e a inexistência de publicações de editais, seis entrevistados frisaram esse déficit. E, por último, todos os entrevistados relacionaram a Escassez em capacitação e a Situação financeira como desafio primordial para um bom desenvolvimento cooperativo.

Pereira et al. (2013), avaliando as Especificidades da gestão no Terceiro Setor, observaram que a captação de recursos é uma das principais fontes para obtenção das condições materiais, exigindo do gestor maior atenção para a gestão dos recursos recebidos

por doação e das respectivas prestações de contas financeiras, correlacionando os recursos investidos com os respectivos resultados obtidos.

Via de regra, a sustentabilidade financeira dessas organizações considera um modelo misto de recursos gerados pela própria instituição e doações a fundo perdidas, como ressalta Armani (apud FIEGE, 2003), ou seja, além da articulação com os técnicos dos projetos para o planejamento adequado dos recursos envolvidos, exige que o gestor conheça os projetos com suficiente grau de profundidade para articular com diferentes atores sociais na captação de recursos de variadas fontes, com exigências distintas.

5 CONCLUSÕES

Com efeito, no PCPR II – Fase II, a ideia de bem estar, de inclusão social, de combate à pobreza, a COOPERVIDA atingiu o público alvo de 720 famílias beneficiárias com esse projeto em 18 municípios do Estado do RN.

No PDHC, é importante registrar que os dados aqui apresentados tratam de produtores diversos e que houve o beneficiamento de 2.251 famílias para agricultura familiar.

A elaboração do P1MC tem por base as inúmeras experiências bem-sucedidas de captação e armazenamento de água de chuva em cisternas. Logo para esse projeto a COOPERVIDA esteve presente na conclusão de 5.837 cisternas. Nesse contexto, a capacidade de armazenamento hídrico para esse programa foi 93.392.000 litros água para o consumo humano.

Para agricultura familiar foi possível verificar a importância do PRONAF nas economias regionais do Estado do Rio Grande do Norte com atuação da COOPERVIDA, logo este projeto influenciou a vida de 611 famílias beneficiárias.

A partir da realização do trabalho de ATES, a COOPERVIDA atendeu 1.392 famílias com o projeto, pois se percebe que a proposta da extensão nestes moldes foi válida e inovadora.

A relevância do P1+2 na construção de sistemas de produção agrícola com água de chuva armazenada nas implementações trabalhadas pela COOPERVIDA contribuiu para que 794 famílias fossem beneficiadas.

Ainda no tocante ao projeto P1+2, houve um potencial de armazenamento hídrico para as cisternas calçadão e enxurrada de 35.308.000 litros e para os barreiros trincheiras de 530.000.000 litros, totalizando cerca de 88.308.000 litros de água de chuva para produção animal e vegetal.

O fortalecimento do gênero e a participação das mulheres que consta do projeto MDA mulheres pode consolidar 240 famílias através do acompanhamento da COOPERVIDA.

No período de 15 anos de atuação da COOPERVIDA, houve o beneficiamento de 13.113 famílias através dos projetos concluídos. E levando em consideração a composição familiar rural de 3 (três) membros, este número passa a ser cerca de 36.255 beneficiários/as no Estado do RN.

A região com maior atuação da COOPERVIDA foi o município de Apodi/RN com o total de 5 (cinco) projetos para as comunidades rurais. São eles: PCPR II FASE II, PDHC, P1MC, ATES e MDA MULHERES.

Os municípios que possuíram menor representação da COOPERVIDA foram Alto do Rodrigues, Caraúbas, Fernando Pedrosa, Grossos, Pedra Preta, Pedro Avelino, Pendências, Santana do Matos e Triunfo Potiguar, pois tiveram apenas um projeto executado em cada.

A região com maior atuação da COOPERVIDA foi o município de Apodi/RN com o total de 5 (cinco) projetos para as comunidades rurais, são eles: PCPR II FASE II, PDHC, P1MC, ATES e MDA MULHERES.

Os municípios que possuíram menor representação da COOPERVIDA foram Alto do Rodrigues, Caraúbas, Fernando Pedrosa, Grossos, Pedra Preta, Pedro Avelino, Pendências, Santana do Matos e Triunfo Potiguar, pois tiveram apenas um projeto executado em cada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; O QUE É Um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ARMANI, D.; Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras. Disponível em <<http://www.abong.org.br>> Acesso em: 10 de abr. de 2005. _____
Sustentabilidade: Desafio Democrático In FIEGE, Hans-Jürgen. Ongs no Brasil – Perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. BRUYNE, Paul de. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

ASA BRASIL; **Programa Um Milhão de Cisternas: P1MC**. 2016^a. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria_img>. Acesso em 16 de mai. de 2016.

ASA BRASIL; **Programa Uma Terra e Duas Águas: P1+2**. 2016^b. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em 16 de mai. de 2016.

BAEZA, Y. R.; RIBEIRO-NETO, B.; **Modern Information Retrieval - The Concepts and Technology behind Search**. 2nd Edition, Pearson, 2011.

BARROS, A. V. M.; BARRETO FILHO, B. de F.; **Economia Solidária em Portalegre - RN**: as experiências do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP e Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR. *GEOTemas*, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 4, n. 1, p. 15-25, 2014.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) (2002). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes (Original publicado em 2000).

BELL, J.; **Doing your research project**: a guide for the first-time researchers in education and social science. 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, pp. 145,1989.

BERELSON, B.; **Content analysis in communications reseach**. New York: Free Press. 1952.

CAMIC, P. M.; RHODES, J. E.; YARDLEY, L. (Orgs.); **Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design**. Washington: American Psychological Association. 2003.

CAMPOMAR, M. C.; **Revista de Administração**. Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. – v. 26, n. 3, p. 95-97, jul/set., 1991– São Paulo: EAD/FEA/USP, 1991.

CERVO, A. L.; **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 144p.1983.
CHOO, C.W.; ROCHA, E.; **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2006.

COOPERVIDA; **Currículo da COOPERVIDA**, s.d.; Brasil. Disponível em <<http://www.coopervidarn.org.br/curriculo.php>> Acesso em 17 de out. de 2015.

CRESWELL, J.; **Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches**, Thousand Oaks: SAGE Publications. 1994.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) (1994). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage.

FIGUEIREDO, S. C. da S.; SARAIVA JÚNIOR, J. C.; FIGUEIREDO, J. de S.; Política de combate dos efeitos da Seca no Semiárido Potiguar: o caso de Riacho do Sangue em Macaíba/RN, 2002-2010. **Caderno de Geografia**, v.26, n.45, 2016.

GEORGE, A. L.; (1959) **Quantitative and qualitative approaches to content analysis**. In Itihel de Sola Pool (ed.) Trends in content analysis. Urbana, 11.: Unisersity of Illinois Press.

GOHN, M. G.; **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo, Cortez. 1999.

GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T.; **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GÜNTHER, H.; **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210 Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. 2006.

GURGEL, R. F. S. e OLIVEIRA, K. B.; Os impactos na renda das famílias da comunidade de sombras grandes e milagres: o caso do Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC. 2015. DOI: 10.15628/holos.2015.1531. **Holos**, Ano 31, Vol. 6

HOLSTI, O. R. (1969) **Content analysis for the social sciences and humanities**. Reading, Mass.: Addison Wesley.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo Demográfico: Famílias - Amostra de 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=censodemog2010_famil>. Acesso em 09 de ago. de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Divisão regional. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em 15 de jul. de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; **Brasil termina o século com mudanças sociais**. Comunicação Social, 2001. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>>. Acesso em 09 de ago. de 2016.

LANCASTER, F.W. **Vocabulary control for information retrieval**. 2th ed. Arlington: Information Resources Press, 1986._____. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LEI 9.790, de 23 de Março de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em 24 de jun. de 2016.

MANUAL MODELO DA TECNOLOGIA SOCIAL DE ACESSO À ÁGUA Nº 03 Cisterna de Enxurradas de 52 Mil Litros – Programa das cisternas.

MAYRING, P. H. (2002). *Einführung in die qualitative Sozialforschung* [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ª ed.). Weinheim: Beltz. Flick, U., von Kardorff, E. & Steinke, I. (Orgs.) (2000). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução.]. Em U. Flick, E. von Kardorff & I. Steinke, (Orgs.), *Qualitative Forschung: Ein Handbuch* [Pesquisa qualitativa - um manual] (pp. 13-29). Reinbek: Rowohlt.

MELO, R. F. de; ANJOS, J. B. dos; PEREIRA, L. A.; BRITO, L. T. de L.; SILVA, M. S. da; Barragem Subterrânea. Instruções Técnicas da Embrapa Semiárido - Petrolina, Dezembro de 2011. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. ISSN 1809-0001.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; **Qualitative Data Analysis: an Expanded Sourcebook**. (2th. ed.). London, 1994. Sage.

PEREIRA, R. da; MORAES, F. C. C. de; MATTOS JÚNIOR, A. B.; PALMISANO, A.; Especificidades da Gestão no Terceiro Setor. Organizações em contexto, São Bernardo do Campo, ISSN 1982-8756 • Vol. 9, n. 18, jul.-dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v9n18p167-195>.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu/Mossoró- PTDRS. Março, 2010.

PORTO, R. M. A. B.; MAGALHÃES, A. M. de; Gestão da informação como suporte à redução de incerteza no processo decisório: estudo de caso do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG. **Informação & Tecnologia (ITEC)**: Marília/João Pessoa, 1(1): 81-95, 2014.

PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3ª ed. São Paulo, Rêspel, 2007.

PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA: Investindo no Ser Humano. Transformando o Semiárido, s.d. Disponível em <<http://www.projetodomhelder.gov.br/site/o-projeto-domhelder.html>>. Acesso em 18 de mai. de 2016.

SANTANA, A. C. A. de; **A Experiência do Projeto Dom Helder Câmara, com unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-rede em Assentamentos e Pequenas Comunidades Rurais do Semiárido Nordestino**. Trabalho de Conclusão apresentado ao Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de

Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Rural, para a obtenção do título de Especialista em Administração Rural. LAVRAS - MINAS GÉRIAS – BRASIL, 2006.

SCHISTEK, H.; **Caldeirão, caxio e cacimba:** três sistemas tradicionais de captação de água de chuva no nordeste brasileiro. Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva e 9th International Rainwater Catchment Systems Conference – Petrolina, Pe/Brasil: IRCSA, Jul. 1999.

SERATTO, C.D.; SOUZA, R. G.; PARRÉ, J. L.; LOPES, R. L.; Acesso dos agricultores ao PRONAF no estado do Paraná: uma análise do período 2000 a 2007. In: XIII Encontro Regional de Economia - ANPEC Sul, 2010, Porto Alegre. XIII Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC Sul, 2010.

SILVA, A. A. N. M; CLARO, J. A. C S.; COSTA, L. V.; TINOCO, J. E. P.; Gestão ambiental e universidade o estudo de caso do programa metodista sustentável. **Revista Gestão Ambiental e Universidade**, Editora Unijuí • ano 13 • n. 32 • out./dez. • 2015 p. 146-177.

SILVA, R. M. A. da.; **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Série BNB Teses e Dissertações Fortaleza, CE, BNB, 2008.

SILVA, V. B.; POSTAI NETA, M. V.; ARAÚJO, J. E. de A.; SILVA, N. V.; MORAES, A. M.; BARBOSA, J. B.; Sistema produtivos de base agroecológica: experiência das mulheres da Chapada do Apodi/RN. I congresso de Agroecologia do semiárido e VII simpósio brasileiro sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável do semiárido. Mossoró/RN, 2015.

STAKE, R. E. **The art of case study research.** London: SAGE Publications, 1995a.

STAKE, R. E.; (1995b). **The Art of Case Study Research.** Thousand Oaks. Sage.

STAKE, R. E.; (1998) “Case Studies”, in N. K. Denzin e Y S. Lincoln (Ed.), **Strategies of Qualitative Inquiry.** Thousand Oaks. Sage (86-109).

STAROSKY FILHO, L.; CARLI, S. B.; TOLEDO FILHO, J. R.; **A importância da administração financeira nas organizações do terceiro setor.** Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – 2012. Florianópolis - Março/2012.

VASCONCELOS, S. S. de; NORMANHA FILHO, M. A.; **Organização do terceiro setor: desafios na captação de recursos.** ISSN: 1679-3765. Vol. 1. Nº. 09. Ano 2011.

VIEIRA, M. M. F.; **Por uma Boa Pesquisa (Qualitativa) em Administração.** In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Deborah Moraes Zouain. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, p. 13-28. 2004.

WHETTEN, D. A.; GODFREY, P. C.; *Identity in Organizations, building theory through conversations.* London: Sage, 1998.

YIN, R. K.; **Case Study Research. Design and Methods.** (2^a ed.). Thousand Oaks. Sage. 1994.

YIN, R. K.; **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FICHA BASE PARA EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS
PROJETOS.

FICHA PARA EXTRAÇÃO DE DADOS POR PROJETO	
NOME DO PROJETO	
PERÍODO DE EXECUÇÃO (DATA DE INÍCIO E FIM)	
COMPOSIÇÃO DA EQUIPE/QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS	
PÚBLICOS ALVOS/QUANTIDADE	
MUNICÍPIO (S) DE ATUAÇÃO/ COMUNIDADES	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
RESULTADOS	
FORMA DE DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS (RELATÓRIOS, FOTOS, CD, DOCUMENTOS...).	

APÊNDICE B – PERGUNTAS NORTEADORAS

Perguntas norteadoras – sócio/a fundador/a

- Seu nome completo, formação e histórico profissional.
- Qual (is) o(s) projeto(s) de que você participou? Faça um retrospecto do(s) projeto(s) que trabalhou? Relate sua vivência em cada um deles.
- Resgate o surgimento da ideia de se construir uma cooperativa. O que motivou para isso? Como foram buscados os/as primeiros/as sócios/as (fundadores)? Qual perfil escolhido para essa caminhada?
- Qual (is) o(s) ano(s) ou período que marcou de fato a COOPERVIDA para você?
- Quais os desafios que apareceram no contexto da criação da COOPERVIDA? E o que foi feito para enfrentar os desafios constantes?
- Enquanto sócio/a fundador/a, você chegou a visualizar a COOPERVIDA consolidada (com todos os anos de existência) e com esses anos de existência?
- Como foi que surgiu o nome COOPERVIDA? E qual objetivo/significado?
- Surgimento da logomarca da COOPERVIDA e qual o objetivo/significado dela?
- Qual a importância da COOPERVIDA para agricultura familiar?

Considerações finais. (Nesta, poderá falar sobre alguma situação que marcou sua vida profissional ou pessoal e/ou algo que deseja discorrer).

Perguntas norteadoras – coordenador/a administrativo/a e financeiro/a

- Seu nome completo, formação e histórico profissional.
- Qual (is) o(s) projeto(s) de que você participou? Qual foi o período de sua atuação? Faça um retrospecto do(s) projeto(s) que trabalhou? Relate sua vivência em cada um deles.
- Como se orientou enquanto coordenação nas tomadas de decisão?
- Na sua avaliação, houve desafios enquanto coordenador? Quais?
- Ainda há espaço para o surgimento de novas entidades que trabalhem com a agricultura familiar no RN?
- Qual a política desenvolvida ou executada para manter a equipe satisfeita?
- Qual sentimento perpetuado em você ao ver a concretização do(s) projeto(s) que atuou?
- Qual importância do(s) projeto(s) para a agricultura familiar?

Perguntas norteadoras – demais sócios/as

- Seu nome completo, formação e histórico profissional.
- Como conheceu a COOPERVIDA?
- Qual o projeto que você participou? Faça um retrospecto do(s) projeto(s) que trabalhou? Relate sua vivência em cada um deles.
- Qual sentimento perpetuado em você ao ver a concretização do(s) projeto(s) que atuou?
- Qual importância do(s) projeto(s) para a agricultura familiar?
- Quais desafios que existiram na sua jornada profissional que acabaram interferindo na agricultura familiar?
- O que marcou você enquanto estava na COOPERVIDA?
- Qual a importância da COOPERVIDA para agricultura familiar?
- Considerações finais. (Nesta, poderá falar sobre alguma situação que marcou sua vida profissional ou pessoal e/ou algo que deseja discorrer).

Perguntas norteadoras – comunicador/a popular

- Seu nome completo, formação e histórico profissional.
- Como conheceu a COOPERVIDA?
- Fale o que é a comunicação popular. Qual seu papel (o que faz)? E qual diferença em referência a uma reportagem padrão?
- Como eram selecionados os materiais ou entrevistados/as para as publicações populares?
- Qual importância da comunicação popular para a agricultura familiar? E qual é sua interferência na agricultura familiar?
- Quais desafios existiram no papel do/a comunicado/a popular?
- O que marcou você enquanto estava na COOPERVIDA?
- Qual a importância da COOPERVIDA para agricultura familiar?
- Considerações finais. (Nesta, poderá falar sobre alguma situação que marcou sua vida profissional ou pessoal e/ou algo que deseja discorrer).